



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Contributo para o estudo da cidade romana de *Ossonoba*: *A terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60

Volume I

Ana Isabel Gonçalves Martins

Orientação: Professor Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Coorientação: Professor Doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de Especialização: Estudo de Impacte Ambiental

Dissertação

Évora, 2019



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Contributo para o estudo da cidade romana
de *Ossonoba*: A terra sigillata da Rua Infante D.
Henrique nº 58-60**

Volume I

Ana Isabel Gonçalves Martins

Orientação: Professor Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro

Coorientação: Professor Doutor João Pedro Pereira da Costa Bernardes

Mestrado em Arqueologia e Ambiente

Área de Especialização: Estudo de Impacte Ambiental

Dissertação

Évora, 2019

Constituição do júri:

Presidente:

Leonor Maria Pereira Rocha

Vogais:

André Miguel Serra Pedreira Carneiro (Orientador)

José Carlos Quaresma (Arguente)

“E ao desembarcar junto às veneradas pedras da muralha de Faro, creio dever saudar nelas – como devoto peregrino o faria em anos de Afonso o Sábio – a terra de Santa Maria, a única e verdadeira Ossónoba, mais de dois mil anos de História!”¹

¹ Viana, A. (1952). Ossónoba. O problema da sua localização. In *Revista de Guimarães*, 42 (pp.250-285). Guimarães.

Resumo

Contributo para o estudo da cidade romana de *Ossonoba*: *A terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60

Apresentam-se, nesta dissertação, os resultados do estudo da *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60, Faro. Estes materiais foram exumados aquando da escavação arqueológica levada a cabo no local, no âmbito de um acompanhamento de obra numa unidade hoteleira.

O contexto no qual estes materiais surgem encontra-se enquadrado numa zona mais recente da cidade romana. Esta poderá ter sido uma área residencial, ou ainda, em parte, industrial. Fruto do crescimento que a cidade teve, consequência de um momento de prosperidade ligado à estabilidade que se fez sentir no Império após as campanhas de Cláudio e a conquista da Britânia, ou seja, ainda durante a primeira metade do séc. I d.C. Porém, esta área terá sido habitada apenas até ao primeiro terço/metade do séc. V.

Identificaram-se dois picos de importações de *terra sigillata*, um entre os meados do séc. I d. C. e inícios do II, e outro entre a segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. IV.

Este é um novo contributo para o conhecimento das importações cerâmicas e do dinamismo económico da cidade de *Ossonoba*.

Palavras-chave: *Ossonoba*; *Terra Sigillata*; Ligações Comerciais; Economia; Cidade Romana

Abstract

Contribute to the study of the Roman city of *Ossonoba*: The *terra sigillata* from Rua Infante D. Henrique nº 58-60

In this dissertation, the results of the study of the *terra sigillata* from Rua Infante D. Henrique nº 58-60, Faro, are presented. These materials were recovered during the archaeological excavation carried out at the site during archaeological investigation in a hotel. These materials were recovered from the later phases of the Roman city of *Ossonoba*. The sector-use of the area is unclear, it may have comprised a residential or industrial zone, buoyed by the prosperity of the Julio-Claudian period, linked to the period of economic stability after the conquest of Britannia in the 1st century AD. The area was inhabited continuously until the first half or middle of the 5th century.

Two peaks of *terra sigillata* imports were identified, the first dating between the middle of 1st century AD and the beginning of the 2nd century and the second from the second half of the 3rd century into the first half of the 4th.

This is a new contribution to the understanding played by ceramic imports in the economy of the city of *Ossonoba*.

Key-words: *Ossonoba*; *Terra Sigillata*; Commercial Interactions; Economy; Roman City

Agradecimentos

A realização deste trabalho teria sido impossível sem a ajuda e apoio de várias pessoas, com quem tanto aprendi e às quais estarei sempre grata.

Em primeiro lugar quero agradecer aos meus orientadores, Professor André Carneiro e Professor João Pedro Bernardes, que são, muito provavelmente, as pessoas mais pacientes do mundo. Obrigada por terem aceitado orientar este trabalho, por toda a ajuda e disponibilidade, pela resposta rápida sempre que enviava um email ou sempre que aparecia na UÉ ou na UAAlg com dúvidas relativas aos “cacos”. Obrigada aos dois por nunca me terem deixado desistir deste projeto. Obrigada pelo profissionalismo, exigência e pelo excelente exemplo que são.

À Câmara Municipal de Faro, e ao Museu Municipal de Faro, agradeço a oportunidade de levar a cabo este estudo. Um grande agradecimento ao Dr. Marco Lopes, diretor do MMF, por toda a simpatia, disponibilidade e profissionalismo. Aos Drs. Nuno Beja e Nuno Teixeira, membros do Serviço de Arqueologia, por toda a ajuda, apoio, bons conselhos, ensinamentos e amizade. Obrigada por toda a confiança que depositaram em mim, por acreditarem no desenvolvimento deste trabalho, por me receberem sempre tão bem, com um bom humor contagiante, por toda a bibliografia disponibilizada e até pelas excelentes dicas sobre desenho arqueológico. Aos membros do Serviço de Conservação e Restauro, Drs. Susana Paté, Susana Laneiro, Maria José Barradas, Engrácia Guerreiro, André Gonçalves e Luís Mansinho, por tudo o que me ensinaram enquanto completava este “puzzle de cacos”. E aos restantes colaboradores do museu que sempre me receberam com a maior amabilidade.

Aos arqueólogos da Câmara Municipal de Tavira, Drs. Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro e Celso Candeias que me sugeriram este tema.

Ao Dr. Manuel Maia que prontamente me recebeu, nas instalações do Museu da Lucerna, disponibilizando-se para esclarecer dúvidas relativas à escavação.

À Direção Regional de Cultura do Algarve. Ao Dr. Frederico Tátá Regala que me recebeu nesta instituição e me auxiliou na procura de documentação relacionada com os trabalhos arqueológicos da Rua Infante D. Henrique nº 58-60.

Ao Sr. José Teixeira, ex-proprietário do Hotel Sol Algarve, que me disponibilizou algum do seu tempo para falar sobre a obra, demonstrando sempre grande interesse pelo tema em questão. Agradeço também à Sra. Cindy Mendes e aos novos proprietários do hotel o acesso aos materiais expostos, assim como a cedência de fotografias da escavação.

Aos Professores Leonor Rocha e Jorge de Oliveira, por estarem sempre tão disponíveis para os seus alunos. E ao Professor José Mirão pelas sugestões bibliográficas relativas à geologia de região.

À Professora Catarina Viegas, por toda a disponibilidade e simpatia, e pelos conselhos e sugestões de quem tão bem conhece as problemáticas que envolvem este tipo de estudo, que me levaram a melhorar este trabalho.

Ao Professor José Carlos Quaresma que, enquanto arguente da defesa pública desta dissertação, contribuiu para o seu melhoramento apontando sempre questões extremamente importantes relativas à ceramologia e aos ritmos da economia romana. Tenho também a agradecer as críticas a este trabalho e as sugestões bibliográficas que, certamente, o enriqueceram.

À Dra. Mónica Rolo pelos valiosos conselhos e até orientação, por ter sempre uma palavra amiga e um extraordinário pensamento positivo, por todo o auxílio e amizade. E à Dra. Vanessa Dias, por tudo o que aprendi com ela desde os meus anos de licenciatura, por todas as explicações que me deu sobre os processos que envolvem um estudo de materiais.

Ao Dr. Edgar Fernandes, por toda a disponibilidade, ajuda, troca de ideias e partilha de bibliografia. Ao Dr. Carlos Pereira pelas explicações referentes ao estudo de lucernas. Ao Dr. Rui Almeida pelos bons conselhos sobre estudos de materiais e informática aplicada aos mesmos. Agradeço também ao Dr. Jesús García Sánchez pelas dicas relativas a questões informáticas.

Às minhas colegas e amigas, Eva Basílio e Sílvia Ricardo, pela constante troca de ideias e críticas construtivas.

Também à Daniela Nunes Pereira, pelo apoio, bons conselhos e amizade.

Aos meus colegas e amigos Rute Colaço, Patrícia Quina, Marta Garcia, Daniel Rosa e Diogo Geda, alunos da Universidade de Évora, Daniela Martins, da Universidade do Algarve, e Irene Salinero Sánchez e Frederico Vieira, da Universidade de Alcalá que me ajudaram na marcação das cerâmicas. Obrigada pelos bons conselhos, apoio, e, claro, pela boa disposição que vos caracteriza, não apenas durante as tardes de trabalho, mas sempre.

Ao James Dodd, pela partilha de bibliografia e explicações relativas à “dark earth”. E também ao meu colega Humberto Veríssimo, pela troca de bibliografia.

Aos meus amigos. Aos de sempre, aos que Évora me deu e aos que a Arqueologia me tem vindo a dar ao longo dos tempos. Um agradecimento especial, e à Maria João

Lopes, à Paula Afonso, à Emília Borrega e ao João Fusco, por me terem ouvido falar de “cacos” e unidades estratigráficas até mais não. E às minhas amigas de longa data Tatiana Machado e Leonor Loureiro (que, mesmo sem terem qualquer ligação à arqueologia, por tanto me ouvirem falar da *terra sigillata* de *Ossonoba*, já estão familiarizadas com o tema), por lerem esta dissertação, e, acima de tudo, pela vossa amizade.

E, claro, às pessoas mais importantes da minha vida: os meus pais. Que são, no fundo, os responsáveis por tudo isto. Agradeço por sempre acreditarem em mim e por me apoiarem incondicionalmente. A eles dedico este trabalho.

Muito obrigada por tudo o que fazem por mim!

Índice

1. Introdução	16
2. <i>Ossonoba</i>, cidade romana	17
2.1. Enquadramento geográfico e geológico	17
2.2. <i>Ossonoba</i> , o historial da investigação	21
2.2.1. Primeiras referências: os textos clássicos.....	21
2.2.2. Entre Faro e Milreu.....	22
2.2.2.1. <i>Ossonoba</i> em tempos de Humanismo	22
2.2.2.2. Os primeiros trabalhos e a (re)descoberta de uma cidade	23
2.3. Cidade, economia e território. Ontem e hoje: o estado da questão	26
2.4. <i>Ossonoba</i> , uma breve introdução à cidade	31
2.4.1. A <i>urbs</i>	31
2.4.1. A envolvente da cidade romana	38
2.5. Trabalhos arqueológicos em Faro	42
2.5.1. As diferentes áreas da cidade romana.....	43
2.5.1.1. Espaços funerários: os limites da cidade	43
2.5.1.2. Área monumental	44
2.5.1.3. Porto	49
2.5.1.4. Área industrial	50
2.5.1.5. Área residencial	51
3. A terra sigillata da Rua Infante D. Henrique nº 58-60	52
3.1. A escavação arqueológica na Rua Infante D. Henrique nº 58 – 60.....	52
3.2. Metodologia de estudo	53
3.3. Análise tipológica	60
3.3.1. Terra sigillata itálica	60
3.3.2. Terra sigillata sudgálica.....	61
3.3.3. Cerâmica de imitação de produção bética	73
3.3.4. Terra Sigillata Hispânica	74
3.3.5. Terra Sigillata Africana	80
3.3.5.1. Terra Sigillata Africana A	81
3.3.5.2. Terra Sigillata Africana A/D	85

3.3.5.3. Terra Sigillata Africana C.....	86
3.3.5.4. Terra Sigillata Africana D	90
3.3.5.5. Lucernas	94
3.3.6. Terra Sigillata Luzente	95
3.4. Contexto estratigráfico	96
4. Interpretações relativas ao sítio. Um breve acréscimo às conclusões pós-escavação	102
4.1. Considerações alusivas à cronologia do sítio	103
5. Comparação do padrão de importações da <i>terra sigillata</i> da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 com o de outros sítios arqueológicos.....	105
5.1. Comparação entre a TS da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 e de outros conjuntos estudados em Faro	105
5.1.1. Um novo contributo para o conhecimento de <i>Ossonoba</i>	109
5.2. Comparação entre a TS da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 e de outros sítios arqueológicos.....	110
6. Conclusão	114
Bibliografia.....	118

Índice de Anexos

Anexo I - Cartografia e documentação auxiliar

- Figura 1 – Localização do concelho de Faro
- Figura 2 – Localização da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 no concelho de Faro
- Figura 3 – Carta Geológica da Região do Algarve - Folha Oriental
- Figura 4 – Carta Militar de Portugal, Folha 611
- Figura 5 – Localização da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 na cidade de Faro - vista aérea)

- Figura 6 – *Ossonoba* e o povoamento rural na sua envolvente
- Figura 7 – Planta da escavação e respetiva orientação (Maia, 2004 (Adaptado))
- Figura 8 – Fotografia aérea de Faro | A - Rua Infante D. Henrique nº 58-60 / B - Vila-Adentro
- Figura 9 – Carta de Sensibilidade Arqueológica da cidade de Faro, (Câmara Municipal de Faro, 2014)
- Figura 10 – Reconstituição do urbanismo de *Ossonoba*, segundo Bernardes, 2014 e Bernardes, *et al.*, 2014 - adaptado - e enumeração dos sítios arqueológicos de cronologia romana identificados na cidade de Faro
- Quadro 1 - Sítios arqueológicos de cronologia romana identificados na malha urbana de Faro

Anexo II - Documentação relativa à escavação

- “*Relatório preliminar das sondagens arqueológicas realizadas no terreno da Rua Infante D. Henrique nº 58 – 60, Faro*”
- Outro registo fotográfico da escavação
- Figura 11 – Vala 3 (paredes 2 e 1) durante o decorrer dos trabalhos
- Figura 12 – Escavação da Vala 3
- Figura 13 – Vala 3 (paredes 1 e 2) durante o decorrer dos trabalhos
- Figura 14 – Vala 3 (paredes 2 e 3) durante o decorrer dos trabalhos
- Figura 15 – Área aberta em extensão (paredes 2, 1 e 5, e pavimento em terra batida) durante o decorrer dos trabalhos

Anexo III - Lista de contentores com os materiais recolhidos na escavação arqueológica na Rua Infante D. Henrique 58-60, Faro (RAF/04)

Anexo IV - A terra sigillata da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 - Documentação auxiliar

- Enquadramento geral dos fragmentos de *Terra Sigillata* em estudo nos respetivos locais de depósito
 - Quadro 2
 - Gráfico 1 – Percentagem de fragmentos de *Terra Sigillata* diagnósticos e não-diagnósticos

- Relação quantidade/peso dos fragmentos de *Terra Sigillata* em estudo
 - Quadro 3
 - Gráfico 2 – Percentagem equivalente do peso dos fragmentos diagnósticos e não-diagnósticos
- *Terra Sigillata* Itálica
 - Quadro 4 - Formas Lisas
- *Terra Sigillata* Sudgálica
 - Quadro 5 - Formas Lisas
 - Quadro 6 - Formas Decoradas
 - Gráfico 3 - Distribuição das formas de TSSG (NMI)
- Cerâmica de imitação de produção bética
 - Quadro 7
- *Terra Sigillata* Hispânica
 - Quadro 8 - Formas Lisas
 - Quadro 9 - Formas Decoradas
- *Terra Sigillata* Africana
 - Quadro 10 - *Terra Sigillata* Africana A
 - Quadro 11 - *Terra Sigillata* Africana A/D
 - Quadro 12 - *Terra Sigillata* Africana C
 - Gráfico 5 - Distribuição das formas de TSA A (NMI)
 - Gráfico 6 - Distribuição das formas de TSA C (NMI)
 - Quadro 13 - *Terra Sigillata* Africana D
 - Gráfico 7 - Distribuição das formas de TSA D (NMI)
- Distribuição percentual do NMI
 - Quadro 14
 - Gráfico 8 - Distribuição percentual do NMI
- Gráfico 9 - Distribuição geral das formas (NMI)
- Gráfico 10 - Distribuição cronotipológica das formas identificadas
- Gráfico 11 - Evolução cronológica dos diferentes tipos de TS recolhidos na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (NMI)
- Importação média anual
 - Quadro 15
 - Gráfico 12 - Distribuição percentual do valor de importação média anual

- Quadro 16: Fabricos identificados na Rua Infante D. Henrique nº 58-60
- Quadro 17 - Marcas de oleiro sudgálica
- Quadro 18 - Marcas de oleiro hispânicas
- Quadro 19 – Grafito
- Quadro 20 – Decorações
- Faro – Percentagens dos NMI correspondentes aos diferentes estudos de TS levados a cabo até então
 - Quadro 21
 - Gráfico 13 – Distribuição geral da soma das percentagens dos NMI de Faro
 - Gráfico 14 – Distribuição das percentagens dos NMI de Faro pelos respetivos sítios
- Importação média anual de *Ossonoba*
 - Quadro 22
 - Gráfico 15 - Distribuição percentual do valor de importação média anual de *Ossonoba*
 - Figura 22 - Localização das regiões de produção dos fabricos identificados em Faro (localizações aproximadas)

Anexo V - Distribuição das formas (NMI) por valas e camadas

- RAF 04 Vala 1
 - Figura 16 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).
 - Gráfico 16 - Distribuição das formas (NMI) por camadas (Vala 1).
- RAF 04 Vala 2
 - Figura 17 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).
 - Gráfico 17 - Distribuição das formas (NMI) por camadas (Vala 2).
- RAF 04 Vala 3/4
 - Figura 18 - Implantação das valas 3 e 4 e do testemunho entre ambas (Maia, 2004, Adaptado)
 - Figura 19 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).
 - Gráficos 18 a 20 - Distribuição das formas (NMI) por camadas (Vala 3/4).
- RAF 04 Vala 5

- Figura 20 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).
- Gráfico 23 - Distribuição das formas (NMI) por camadas (Vala 5).
- RAF 04 Vala 6
 - Figura 21 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).
 - Gráfico 24 - Distribuição das formas (NMI) por camadas (Vala 6).
- RAF 04 Vala 7
 - Figura 22 - Registo gráfico da escavação, desenho de perfis (Maia, 2004, Adaptado).

Anexo VI – Estampas

Anexo VII – Catálogo

Anexo VIII - Base de dados geral

1. Introdução

A presente dissertação tem como principal objetivo o estudo da *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60, Faro. Estes materiais foram exumados aquando da escavação que antecedeu as obras na unidade hoteleira aí existente. Os trabalhos arqueológicos foram levados a cabo entre os dias 4 e 26 de outubro de 2004, sob direção de Maria Garcia Pereira Maia.

O facto de o vasto espólio recolhido nesta escavação ter ficado armazenado durante mais de 10 anos não é um caso isolado. Poucos têm sido os resultados de intervenções arqueológicas levadas a cabo nos últimos anos em Faro, no âmbito de acompanhamentos de obra, a ser publicados. Esta é uma consequência da emergência em salvaguardar, maioritariamente apenas pelo registo, os vestígios existentes, e da falta de investimento na investigação.

No entanto, não podemos deixar de chamar a atenção para a importância da informação que se pode retirar a partir dos dados destas intervenções. Tratam-se de peças para a (re)construção da história de *Ossonoba*, uma das mais importantes cidades do litoral hoje algarvio.

Como tal, o sítio aqui em estudo não poderia ser tratado como um ponto isolado em Faro. E de forma a que a *civitas ossonobensis* seja, cada vez mais, vista como um todo, a primeira parte deste trabalho tem como objetivo enquadrar histórica e geograficamente a sua área, desde a *urbs*, à sua envolvente. O estado da questão mostramos que já muito se avançou em termos de conhecimento sobre este tema, mas também que ainda há muito por descobrir.

Entre as diferentes áreas da cidade romana, é a designada como “monumental” que melhor se conhece. Contudo, o espaço funcional que se identificou no atual lote 58 – 60 da Rua Infante D. Henrique poderia ter estado enquadrado numa área residencial da cidade, relativamente próxima da industrial, ou até mesmo numa zona que desempenhasse ambas as funções. Estas zonas da cidade “nasceram” com o grande impulso económico que *Ossonoba* terá sentido ainda na primeira metade do séc. I d.C.

Os estudos de materiais exumados em Faro têm vindo a ser um grande auxílio para a interpretação das diversas áreas e fases de ocupação da cidade. Pontos para os quais pretendemos contribuir com a presente dissertação. Dada a impossibilidade de se realizar o estudo de toda a coleção, optámos pela escolha da *terra sigillata*. Enquanto “fóssil diretor”, esta é das tipologias cerâmicas que melhor nos ajuda a atribuir cronologias a um

sítio arqueológico, e é também um grande auxílio quando se trata de entender as ligações económico-sociais de um sítio. Devido, principalmente, ao estado do conhecimento relativo à mesma, através da classificação das formas existentes torna-se possível entender qual a sua proveniência e qual o seu reduzido tempo de produção.

A comparação de padrões de importação de vários sítios arqueológicos é também essencial para o seu conhecimento, pois permite-nos entender, entre outros aspetos, as diferentes evoluções do consumo dos produtos. Neste caso, e devido ao número de trabalhos já existentes relativos a esta categoria cerâmica, optámos por estabelecer paralelos com os pontos já estudados da cidade, assim como com outros quatro sítios urbanos e dois rurais, todos eles localizados em zonas litorais, ou dele próximas.

É então com o estudo de 1618 fragmentos desta cerâmica fina de mesa importada, dos quais resultou um NMI equivalente a 370, dividido por 49 diferentes formas, e respetivas variantes, quando possível a sua identificação, que pretendemos acrescentar novos dados ao conhecimento relativo às relações comerciais desta cidade. Da mesma forma acrescentamos nova informação relativa à ocupação, desenvolvimento e abandono desta área.

Apresentamos então, nas páginas que se seguem, o nosso contributo para o estudo da cidade romana de *Ossonoba*.

2. *Ossonoba*, cidade romana

2.1. Enquadramento geográfico e geológico

É com recurso a várias evidências arqueológicas que hoje podemos afirmar que, desde o séc. IV a.C., povos do Mediterrâneo começaram a estabelecer contacto com uma pequena península enquadrada pela Ria Formosa (Arruda, Bargão e Sousa, 2005; Bernardes, 2011). Esta pequena península corresponde hoje a uma leve colina conhecida por Vila-Adentro, local onde terá nascido a cidade de Faro, antiga *Ossonoba*.

Localizada no Sul de Portugal, sendo a capital do Distrito de Faro, na região denominada Algarve, esta cidade é também sede de concelho, que se encontra dividido em 4 freguesias (Figuras 1 e 2 – Anexo I). *Ossonoba*, cuja designação terá sido alterada para Santa Maria, em época medieval, e à qual se acresceu a denominação *Harune*, e que acabou por evoluir para o atual nome, Faro, é hoje uma cidade de planta radioconcêntrica implantada numa zona de costa em que os valores altimétricos rondam os 0 e os 50 metros. A sua planta é resultado das já mencionadas características topográficas, sendo,

portanto, dada como exemplo por Teresa Barata Salgueiro: “(...) produto da forma do sítio, como sucede em Faro (...), onde o crescimento se processou numa encosta em que as ruas principais seguem as curvas de nível” (Salgueiro, 2005, p.236).

A cidade viu os seus limites crescer para além da área da Vila-Adentro em época romana, quando a *urbs* se começou a expandir maioritariamente nas direções Oeste, ao longo da ria, e Norte (Bernardes, 2011, p.17). E em épocas posteriores o seu perímetro sofreu ainda outras alterações, questões que poderemos ver referidas *infra*. No entanto, a Vila-Adentro adquiriu o estatuto de centro de poder político e religioso, que manteve até à atualidade. Esta área é hoje um núcleo amuralhado com malha urbana radioconcêntrica, de raiz medieval, que terá sido estruturada sobre a planta ortogonal romana (SIPA, 2019).

Nas figuras 4, 5 e 8 (Anexo I) é possível observar características como as dimensões da cidade de Faro. O crescimento desta levou à extinção de linhas de água como a Ribeira de Lethes, que passaria nas proximidades do limite da cidade romana. Outras linhas de água próximas da cidade são a Ribeira das Lavadeiras e o Rio Seco, sendo que nas suas imediações também foram implantados alguns sítios romanos.

No entanto, não podemos fazer referência à geografia de Faro sem incluir também a região em que se enquadra, ou seja, o Algarve central/oriental. Esta região é provida de uma geografia com três unidades geomorfológicas distintas. É limitada a Norte pela serra e a Sul pelo mar, “há dois Algarves: o povo só conhece por êste nome a orla do maciço antigo; o resto é a serra, um mar de cerros de xisto que sobe a mais de 500 metros” (Ribeiro, 1945, pp.233-234). A serra, ou Alto Algarve, é, das três unidades geomorfológicas, a que separa e/ou protege a região do restante território, dificultando durante séculos a sua comunicação por vias terrestres devido à complexidade na sua penetração. Esta área incluída na Faixa Piritosa Ibérica, terá tido a exploração mineira como principal ponto de atração para a fixação de populações, embora muito dispersas, em época romana (Rodrigues, 2004, p.11) ou até anterior (Gonçalves, 1989). Embora tenha sido mais povoada desde a época medieval e moderna até inícios do séc. XX, esta área encontra-se hoje quase desertificada, consequência da emigração para países da Europa Central após a Segunda Guerra Mundial e da migração das populações jovens, cada vez mais, para o litoral (Anica, 2001, p.237; Rodrigues, 2004, p.11). A vegetação, por sua vez, é constituída por espécies com registos no Sudeste Meridional (Flora-on, 2019), com arbustos como a esteva ou outras plantas autóctones como o tremoço-bravo, a marioila, o rosmaninho, entre outros, e árvores de montado, como a azinheira ou o sobreiro, e de sequeiro como amendoeira, figueira ou alfarrobeira.

Já a orla a que Orlando Ribeiro se referia em 1945 é então dividida entre as restantes unidades: o barrocal e o litoral. O primeiro, de povoamento concentrado, encontra-se definido entre ocidente de Lagos e oriente de Tavira, e é caracterizado pelo relevo ondulado, onde se destacam algumas rochas sedimentares como os arenitos, argilas, conglomerados e calcários datados do Jurássico e do Cretácico, como se pode ver na Carta Geológica da Região do Algarve - Folha Oriental (Figura 3 – Anexo I).

É também dotado de uma flora de características mediterrânicas como os olivais e os pomares de sequeiro, onde se destacam novamente a amendoeira, figueira e alfarrobeira, arbustos como o zambujeiro ou a murta, ou ainda algumas espécies endémicas como o tojo, a erva abelha ou a alcachofra-brava (Gomes e Ferreira, 2005; Flora-On, 2019). São também comuns nesta área as hortas e os pomares de citrinos, e, nos últimos anos tem vindo a crescer a aposta em estufas de frutos vermelhos.

O litoral, por sua vez, é o grande motor económico da região, tem uma densidade populacional muito elevada, um povoamento concentrado com dispersão intercalar. O turismo é a principal atividade económica desta região, no entanto, a pesca tem também uma grande relevância a nível económico. No que diz respeito à atividade agrícola, embora as culturas sejam praticamente as mesmas que as existentes no barrocal, os solos mais férteis e os recursos aquíferos existentes em maior número acabam por melhorar as suas condições. Também a exploração de sal é um recurso importante para economia desta região desde época clássica, ponto que se pode comprovar pela quantidade existente de sítios dedicados à produção de *garum* e outros preparados de peixe para os quais era necessária a utilização de sal.

O Algarve é ainda dividido por dois sectores, cujas diferenças são mais notáveis no litoral: Barlavento e Sotavento. O primeiro, a ocidente, destaca-se pela costa alta, de arribas em rochas relativamente duras formadas no Mesozóico e Cenozoico (Viegas, 2011, p. 53). E o segundo, a oriente, onde se localiza a cidade de Faro, é caracterizado por uma costa baixa, com praias de areia. Esta é uma área com formações geológicas do período Terciário, divididas em zonas de arenitos e calcários, siltes glauconíticos da Campina de Faro, conglomerado das Galvanas, formação de Cacela e camadas do Morgadinho, e do período Quarternário, com as areias e cascalheiras de Faro-Quarteira, cascalheiras, terraços e tufos calcários, dunas, areias de duna e areias de praia, e, aluviões e sapais (Carta Geológica da Região do Algarve - Folha Oriental, 1992).

Como referido anteriormente, a cidade de Faro encontra-se no litoral, área onde mais populações se fixaram ao longo dos séculos (Rodrigues, 2004, p.11), e junto à Ria

Formosa, um sapal que se estende desde a praia do Ancão (Loulé) até à praia da Manta Rota (Vila Real de Santo António). Sendo este um parque natural, tem um ecossistema com uma fauna e flora muito próprias onde se encontram várias espécies únicas e até em vias de extinção. A Ria Formosa, também conhecida como Ria de Faro, protege o litoral do contacto direto com o mar através de um "(...) conjunto de ilhotas (...) que limitam o sistema lagunar a sul e constituem um conjunto de elementos simultaneamente independentes e interligados entre si" (Abreu, 2002, p.209). Trata-se de um sistema de ilhas-barreira de características únicas, uma vez que a sua distribuição não é retilínea, mas sim em forma de triângulo, tendo o Cabo de Santa Maria (Promontório Cúneo) como vértice (Dias, 1988, p.120). A sua formação deveu-se, sobretudo, às alterações que se verificaram na linha de costa, com uma subida repentina do nível das águas, que se iniciou há aproximadamente 10 000 anos e que levou ao "(...) preenchimento dos vales estuarinos; passados poucos milénios as razões de subida começaram a amortecer até que o nível do mar atingiu valores próximos do nível atual (Dias, 2004, p.165)" (Viegas, 2011, p.54). No entanto, e sabendo que a sua formação não é propriamente recente, há que ter em conta que a morfologia da Ria Formosa está em constante modificação, consequência da ação do mar (Trindade, 2007, p. 32), portanto, "(...) deve associar-se às ilhas barreira uma certa instabilidade, que teve, certamente, reflexos nas condições portuárias dos diferentes núcleos urbanos e, portanto, no seu maior ou menor desenvolvimento" (Viegas, 2011, p.54). Atualmente, e com os meios existentes, são levadas a cabo constantes intervenções de forma a manter parte da ria navegável e/ou a impedir que as intempéries acabem por destruir algumas das ilhas barreira.

Deste modo, podemos concluir que Faro, ou *Ossonoba*, desde sempre foi acessível por via marítima. Este facto foi também referido por Estrabão na sua obra "*Geographia*" (III,2,5), onde descreve a região e refere que entre Sagres e o Estreito de Gibraltar, definidos na sua obra como Promontório Sagrado e Colunas de Hércules, a preia-mar seria mais viva e, conseqüentemente, uma mais-valia para a comunicação ao tornarem toda a região navegável. O geógrafo grego relata ainda a forma como os indígenas construía as suas cidades junto aos estuários, tal como o faziam, em outros pontos, junto a rios, enumerando como exemplo as cidades de *Asta*, *Nabrisa*, *Onoba*, *Ossonoba* e *Menoba* (III,2,5). Devido às características da sua geografia, esta região acabava por, de certa forma, ser uma continuidade do litoral bético, tendo uma maior relação com esta província que com aquela em que foi enquadrada.

E embora ainda pouco se saiba sobre o porto de *Ossonoba*, não se pode negar o facto de esta ter sido uma das principais cidades portuárias do Sul da Lusitânia, pois a sua localização privilegiada entre o Mediterrâneo e o Atlântico faziam dela um ponto de passagem (Bernardes, 2017). Note-se também que a cidade tem ainda hoje um dos portos mais importantes do Algarve.

Como já referido, as condições geográficas da região levaram a que as vias de comunicação mais utilizadas para aceder a *Ossonoba* tenham sido as marítimas e não as terrestres. No entanto, as vias terrestres não deixavam de existir. Por aqui passava, entre outras, a via XXI, adiante referida.

2.2. *Ossonoba*, o historial da investigação

2.2.1. Primeiras referências: os textos clássicos

Uma das primeiras referências conhecidas a *Ossonoba* foi feita por Estrabão, como já supracitado. Este menciona a cidade na sua obra “*Geographia*”, quando a dá como exemplo ao explicar a rede de povoamento existente na região em que esta se enquadra, indicando que “(...) os indígenas, conhecedores da natureza da região e sabendo que os estuários têm valor de rios, nas suas margens fundaram cidades poderosas e outros povoados, do mesmo modo que nas imediações dos rios. Pertence ao número destes Asta, Nabrissa, Ónoba, Ossónoba, Ménoba e outras mais” (Estrabão, III,2,5). No entanto, e como se pode ver, *Ossonoba* é a única cidade do atual território algarvio a ser mencionada, uma vez que Estrabão não faz nenhuma descrição particular desta área, limitando-se a descrevê-la juntamente com todo o litoral sud-atlântico da península (Arruda e Gonçalves, 1993). Estas descrições são atribuídas aos séculos II e I a.C., época em que se encontram datadas as obras de Posidónio, que terá residido durante algum tempo em *Gadir* (Cádiz), e Artemidoro de Éfeso, que navegou até ao Promontório Sacro. As obras destes geógrafos foram utilizadas como fontes, nas primeiras décadas do séc. I d.C., por Estrabão, para escrever o Livro III da sua obra, onde faz a descrição da Península Ibérica, então Ibéria, uma vez que nunca terá visitado a região.

Já em meados do séc. I d.C., Plínio-o-Velho faz uma descrição da Península Ibérica no Livro IV da sua obra “*Naturalis Historia*”, onde são enumeradas algumas das cidades da Lusitânia, dentro das quais *Ossonoba*, localizando-a “(...) entre os promontórios Sacro e Cúneo (...)” (IV, 4, 116), juntamente com *Balsa* e *Mírtilis* (ou Mértola) (Guerra, 1995, p.35). Não faz, no entanto, qualquer alusão ao estatuto de *Ossonoba*. Também Pompónio Mela, pela mesma altura, faz referência, em “*De*

Chorographia”, a estes dois promontórios, associando *Ossonoba*, igualmente em conjunto com *Balsa* e *Mírtilis*, ao *Cuneus Ager* (III, 1, 7).

Ossonoba é também referida na obra "*Geographia*", escrita por Cláudio Ptolemeu, no séc. II (II, 5, 1-7). O autor descreve aqui a geografia da região, fazendo sempre alusão à localização e às suas coordenadas. Esta é uma das duas únicas cidades do atual território algarvio a ser referidas pelo autor, sendo a outra *Balsa*.

Escrito no séc. III, o "*Itinerário de Antonino*" é também uma fonte clássica a ter em conta. Este itinerário relativo ao sistema viário romano apresenta-nos várias vias ao longo do território cujos traçados têm vindo a ser identificados e estudados ao longo dos anos. No caso das vias que ligam *Ossonoba* a outras cidades, ou a outros pontos do território, temos a Via XXI, com partida em *Baesuris* (Castro Marim), passando por *Balsa* (Torre D'Aires) e *Ossonoba*, seguindo depois para Norte, pela Serra do Caldeirão (Rodrigues, 2004, p.25) até *Pax Iulia* (Beja). Existe também a hipótese de uma via que, ao sair de *Ossonoba* passava em Almansil e Loulé, seguisse depois para Norte, passando por *Salacia* (Alcácer do Sal), até *Olisipo* (Lisboa) (Rodrigues, 2004, p.63). Há ainda que referir a existência de um marco miliário (IRCP 660), único no Algarve, que apresenta dados relativos a uma das vias mais importantes da região: a via longitudinal que ligava todo o Algarve, de *Baesuris*, a *Ossonoba* e a *Lacobriga* (Lagos). Este marco, associado "(...) provavelmente a época de Augusto" (Encarnação, 1984, p.720 *apud* Rodrigues, 2004, p.26), terá sido encontrado em Canada de Bias (Bias do Sul) e, embora danificado, ainda foi possível interpretar a sua inscrição: "[...] / AVG(usto) · PON/TIFICI · M/AXIMO / M(ília) P(assuum) X" ("A ... Augusto, pontífice máximo. Dez milhas." (Rodrigues, 2004, p.26). Este marco poderá também ter sido colocado neste local de forma a definir o limite entre os territórios de *Ossonoba* e *Balsa* (Viegas, 2011, p.70).

2.2.2. Entre Faro e Milreu

2.2.2.1. *Ossonoba* em tempos de Humanismo

Com o passar dos séculos, a cidade viu o seu nome a ser alterado, passando a ser denominada Faro, perdendo-se desta forma a localização de *Ossonoba*. Apenas no séc. XVI, com o renascer do interesse pela cultura clássica, houve uma necessidade, por parte dos humanistas, de (re)localizar as cidades romanas então enterradas. O eborense André de Resende elaborou a sua obra "*De Antiquitatibus Lusitaniae*" nesta época, onde, no Livro Quarto, se propôs a fazer um levantamento dos sítios referidos nas fontes clássicas.

De forma a identificar a localização de *Ossonoba*, Resende analisou todas as referências à cidade romana de grande importância que terá existido na zona de Faro, associando-os às ruínas romanas existentes em Milreu. Embora a extensão das ruínas tivesse uma dimensão reduzida em comparação com as que uma cidade teria, o humanista liga este facto à destruição da cidade. “Quanto a Ossónoba, foi quase destruída. São visíveis ainda alguns vestígios da sua antiga grandeza aqui e ali pelos arredores, sobretudo nas muralhas da cidade de Faro, sua vizinha e mais litoral” (Resende, [1593]2009, p.310). Os vestígios a que se refere, encontrados nas muralhas de Faro, são as várias epígrafes onde é feita referência à cidade de *Ossonoba*, como, por exemplo, a que terá sido esculpida em homenagem ao imperador Valeriano (IRCP 3), encontrada entre dois dos baluartes, e a de homenagem de Eridano e Recepto em honra do sexvirato (IRCP 11), descoberta numa torre situada em frente ao mar (Resende, [1593]2009, p.312).

André de Resende cita ainda uma crónica do geógrafo árabe Rasis, que, no séc. X, terá descrito “*Exúbana*” (nome pelo qual a cidade era então conhecida) como estando situada perto do mar e de um estuário que se viria a unir a um pequeno rio, numa região de solos férteis. Portanto, a passagem do Rio Seco nas proximidades de Milreu contribuiu também para a atribuição errónea da localização da cidade romana a este sítio. A evolução do nome da cidade, por sua vez, é apresentada como tendo iniciado em *Ossonoba*, passando para *Exúbana* e depois para Estoi (Resende, [1593]2009, p.310).

Já em 1598, o Bispo do Algarve Dom Fernando Martins Mascarenhas também localiza *Ossonoba* nas ruínas de Milreu (Beja, 1999-2000, p.219), localização esta que se veio a manter até aos inícios do séc. XX.

2.2.2.2. Os primeiros trabalhos e a (re)descoberta de uma cidade

Também Estácio da Veiga se dedicou a esta região. O arqueólogo taviense terá descoberto grande parte dos sítios romanos do distrito de Faro, com o objetivo de recolher informação para a sua “*Carta Archeológica do Algarve*”, a realizar a pedido do Governo (Cardoso, 2007). Veiga levou ainda a cabo várias escavações em alguns dos sítios em questão, tendo recolhido uma grande quantidade de espólio que tinha como destino o Museu do Algarve, um projeto que, embora tenha chegado a realizar, viu ser encerrado ao fim de 10 meses após a sua criação (Hauschild, 2007, p.312). Os resultados dos estudos feitos para este projeto foram então publicados na obra “*Antiguidades Monumentaes do Algarve*” (Veiga, 1886 – 1887 – 1889 – 1891), sendo que os volumes I, II, III e IV eram relativos à Pré-história, (do Paleolítico à Idade do Ferro) e o V à época Romana. Este

último ficou incompleto, pois o autor faleceu em 1891, no entanto foi publicado enquanto obra póstuma na revista “*O Arqueólogo Português*” (Veiga, 1904; Veiga, 1905a; Veiga, 1905b; Veiga, 1910). Também a sua bisneta, Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos Santos, publicou grande parte da informação que o seu antepassado recolheu, na sua obra “*Arqueologia Romana do Algarve*” (Santos, 1971-1972).

Estácio da Veiga associou também *Ossonoba* a Milreu, “*Ossonoba* ainda revela no sítio de Milreu, perto de Estoi, abundantes vestígios da sua aniquilada grandeza” (Veiga, 1866, p.8). Este foi o primeiro investigador a realizar trabalhos arqueológicos, ou “explorações”, nesta *villa*, no ano de 1877, dedicando-se muito mais a este local do que às investigações na cidade de Faro. Ainda no mesmo concelho, realizou trabalhos nos sítios do Amendoal e Campo da Trindade. Dentro da cidade, as suas “explorações” foram levadas a cabo no Bairro Lethes e Largo do Colégio (Teichner *et al.*, 2007), e, nas ruas do Arco e das Adegas (Viegas, 2011, p.83).

Também o Cónego Pereira Botto, fez algumas publicações relativas ao Museu de Faro e às suas coleções (Botto, 1896), elaborando uma planta de Milreu, sítio que continuava associado a *Ossonoba*. Este trabalho é publicado, tal como os anteriores, n’*O Arqueólogo Português* e é intitulado “*Ichnographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu (Estoi - Algarve)*” (Botto, 1898), acompanhado pela respetiva interpretação. No ano seguinte, Pereira Botto é o autor de uma lista das inscrições existentes no Museu de Faro (Botto, 1899).

No entanto, a localização de *Ossonoba* já teria sido posta em causa, pois em 1871, o epigrafista alemão Hübner, autor de vários estudos sobre a região, ao analisar algumas das epígrafes de *Ossonoba*, chama a atenção para este ponto, na sua obra “*Notícias archeológicas de Portugal*”. Definindo-o como a “(...) muito contestada situação de *Ossonoba* (...)” (Hübner, 1971, p.32), dá a entender que não estará propriamente de acordo com a questão da localização de *Ossonoba* em Milreu (Bernardes e Encarnação, 2018, p.28; Viegas, 2011, p.32). E, cinco anos depois, a localização da cidade romana foi também atribuída a Faro, num guia turístico da autoria de G. Henriques (Viegas, 2011, p.32). No entanto, a quantidade e qualidade dos vestígios que continuamente eram encontrados nas proximidades de Estoi levavam a ignorar os que se atreviam a localizar a cidade romana em Faro, ou até em Estômbar (Bernardes e Encarnação, 2018, p.28).

No ano de 1896, Teixeira de Aragão terá associado a cidade romana à capital do Algarve, argumentando que as distâncias apontadas no Itinerário de Antonino eram muito

próximas das que ligavam vários pontos, dentro dos quais a Torre D'Aires (*Balsa*) e Faro (Viegas, 2011, p.32).

Nos inícios do séc. XX, Leite de Vasconcelos, fundador e diretor do Museu Nacional de Arqueologia, fez também referência a *Ossonoba* (ainda com localização atribuída a Milreu) na sua obra “*Religiões da Lusitânia*”. No volume II, relativo à Proto-história, deu-a como exemplo de uma povoação baixa "(...) Ossonoba e Balsa, duas cidades algarvias, cujos nomes não-latinos revelam a sua procedencia pre-romana, eram situadas em terrenos planos, - a segunda á beira-mar, a primeira, ou igualmente á beira-mar, ou perto" (Vasconcelos, 1905, p.85). Já no Volume III, obra onde estuda os “Tempos Históricos”, apresenta a cidade como pertencente ao *Conventus Pacensis* e, conseqüentemente, à Lusitânia, num quadro onde divide a província pelos respetivos *conventus* (Vasconcelos, 1913, p.175). No mesmo volume destaca ainda o “(...) luxo das *thermas* de Milreu” (Vasconcelos, 1913, p.191) e faz alusão às epígrafes de *Ossonoba*.

A problemática da localização de *Ossonoba* manteve-se até que, entre os anos 30 e 50 do séc. XX, foi finalmente esclarecida. No entanto, já no séc. XIX tinham sido descobertos vestígios arqueológicos na zona amuralhada da cidade. Mário Lyster Franco, presidente da Câmara Municipal de Faro durante o Estado Novo e um grande nome na literatura e na história do Algarve, terá dado conta que no Largo da Sé os referidos vestígios foram ocultados "(...) não fossem os arqueólogos meter o bedelho e entrevar o andamento de trabalhos sobre que já houvera demasiada discussão” (Franco, 1870 *apud* Viana, 1952, p.21). O mesmo sucedeu no edifício da Câmara Municipal onde, em 1883 terão sido exumadas algumas construções cuja descoberta permaneceu em segredo (Franco, 1870 *apud* Viana, 1952, pp.21-23; Rosa, 1984, p.150).

Por toda a cidade começaram a ser encontrados vestígios de cronologia romana, tenha-se, como exemplo, casos como o do “mosaico do Oceano”, que foi descoberto em 1926 e registado na Acta da Sessão Camararia de 17 de julho do mesmo ano (Viegas, 2011, p. 88), embora apenas tenha sido levantado 50 anos depois. Ou, o caso das cerâmicas romanas, como *terra sigillata*, encontradas ao abrir um poço junto à muralha, no ano de 1932 (Rosa, 1984, p.150). No entanto, foram as escavações arqueológicas que Abel Viana (Viana, 1949) realizou, no ano de 1933, no Largo da Sé, onde identificou vários materiais e estruturas de cronologia romana, e, principalmente as que Mário Lyster Franco (Franco, 1940) levou a cabo em 1939-1940, que foram determinantes para localizar *Ossonoba* em Faro. A identificação de um templo e de uma epígrafe mencionando a *Civitas Ossonobensis* (IRCP 7), por parte de Lyster Franco, levaram a que

este, juntamente com Abel Viana, viesse a interpretar o local como sendo o fórum de *Ossonoba* (Bernardes e Encarnação, 2018, p.29). Para mais, Abel Viana mostrou no seu artigo “*Ossónoba. O problema da sua localização*” que era impossível a localização de Milreu corresponder à de *Ossonoba*, apresentando “provas geológicas” (Viana, 1952, p.24) como o facto de o Rio Seco não ser navegável e não ter quaisquer vestígios de depósitos que levassem a reconhecê-lo como um antigo esteiro, logo Milreu não poderia ter albergado uma cidade portuária. Este também usou a crónica do geógrafo árabe Rasis, para comprovar a sua teoria: "diz que era «vizinha do mar» e com «pequenas ilhas em que (ou seja entre as quais) navegam barcos», ilhas que julgo evidente colocar entre a cidade e o mar. Sendo assim, teremos Ossónoba junto à ria, e não quase nove quilómetros distante desta" (Viana, 1952, p.16).

Em 1984, o então diretor do Museu de Faro, José António Pinheiro e Rosa (Rosa, 1984), publicou nos “*Anais do Município de Faro*” a sua comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia intitulada “*Estamos em Ossonoba?*”, que é, dos seus trabalhos, talvez o mais importante para a questão da localização da cidade romana. Pinheiro e Rosa faz aqui um apanhado por ordem cronológica dos 43 achados relativos à época romana conhecidos na cidade de Faro desde 1952, e enumera ainda 12 fatores ligados a fontes clássicas e estudos mais recentes que provam que a localização de *Ossonoba* é nesta cidade e não em Milreu. Anteriormente este tinha abordado a questão no III Congresso Nacional de Arqueologia, no Porto (Rosa, 1976), com a comunicação “*Novas achegas para a localização de Ossónoba (últimos achados em Faro)*”.

2.3. Cidade, economia e território. Ontem e hoje: o estado da questão

Embora a localização da cidade de *Ossonoba* nem sempre tenha sido atribuída à capital do Algarve, mas sim ao local onde se encontra situada a *villa* romana de Milreu, o séc. XX foi um momento de viragem para a história da sua investigação. A discussão sobre a sua verdadeira localização gerou alguma polémica dentro da comunidade científica desde os finais do séc. XIX até meados do séc. XX, altura em que a conjugação da informação relativa a vários vestígios arqueológicos descobertos ao longo da malha urbana já não deixava margem para dúvidas. Desde então, vários foram os nomes da arqueologia portuguesa, e até internacional, que contribuíram para o estudo e melhor conhecimento desta cidade romana.

Nos anos de 1968 e 1970 foram publicadas algumas coleções de materiais romanos de Museus do Alentejo e Algarve. Podemos dar aqui destaque ao estudo dos

vidros e da terra sigillata africana, por parte de Jorge de Alarcão (Alarcão, 1968) e de Manuela Delgado (Delgado, 1968), respetivamente.

Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos Santos é um dos nomes que não poderão ser esquecidos no que toca ao estudo da época romana no Algarve, sendo que ao longo da sua carreira dedicou grande parte da sua investigação a este tema, assim como à obra de Estácio da Veiga. Como referido *supra*, publicou na sua obra “*Arqueologia Romana do Algarve*” (Santos, 1971-1972) grande parte da informação recolhida pelo seu bisavô, acrescentando também alguma informação mais recente, como no caso de Faro. A autora situou a cidade de *Ossonoba* em Faro, citando, entre outros, Abel Viana, e, seguidamente apresentou os dados relativos aos achados da época romana na cidade, separando-os por categorias (Santos, 1971, pp.165-214). E apresentou também informação detalhada relativa a outros sítios arqueológicos identificados até então no concelho de Faro, como, por exemplo, Milreu ou Amendoal (Santos, 1972).

No ano de 1976, Maria Maia e Teresa Júdice Gamito publicaram também um artigo nos “*Anais do Município de Faro*”, onde apresentam o estudo do fragmento de “*um prato da oficina C N Ateius achado em Faro*” (Gamito e Maia, 1976). Neste artigo, as autoras fazem um breve apanhado dos artefactos de cronologia romana mais relevantes que tinham aparecido nos últimos anos em Faro, de forma a enquadrar o seu estudo e demonstrar o “(...) contributo deste achado para o conhecimento de Ossónoba” (Gamito e Maia, 1976, p.11).

Ainda nos anos 70, Jorge de Alarcão edita o seu livro “*Portugal Romano*” (1974), onde apresenta a história do domínio romano em Portugal. Alarcão foi também autor de outras obras de referência, como “*Roman Portugal*” (Alarcão, 1988a), um inventário geral dos sítios romanos conhecidos até então no nosso país, sendo que é no volume “*Gazeteer III. Évora, Lagos and Faro*” que a cidade romana de *Ossonoba* é mencionada. “*O domínio romano em Portugal*” (Alarcão, 1988b) é uma obra, do mesmo autor, onde é abordada a evolução, ao longo dos tempos, de questões político-administrativas, económicas e culturais relativas ao domínio romano em Portugal. Não podemos deixar de fazer menção ao artigo de Jorge de Alarcão “*Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios*” (Alarcão, 1990), onde é apresentada uma listagem de todas as *civitates* identificadas até então, juntamente com um breve resumo sobre o estado do conhecimento e proposta de discussão. Este tema foi apresentado em 1988 no contexto da *table ronde internationale du CNRS “Les villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires”*.

Relativamente à década de 80, é ainda importante referir a obra “*Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*” (Encarnação, 1984) (IRCP), da autoria de José d’Encarnação. Trata-se de um estudo epigráfico sobre o *Conventus Pacensis* que “(...) permitiu caracterizar, com algum detalhe, a sociedade algarvia romana, quanto à sua composição e quanto à origem geográfica dos seus elementos” (Viegas, 2011, p.38). Em 1987, Jonathan Edmondson publicou a obra “*Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*”, onde o tema central são os preparados piscícola cujo excedente de produção correspondente à região do Algarve poderia ter sido exportado através dos portos de Faro e Portimão (Edmondson, 1987, p. 136 *apud* Viegas, 2011, p.40). Ainda nesta década, Mário e Rosa Varela Gomes coordenaram o “*Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve*” (1988), onde se encontram todas as referências bibliográficas relativas aos sítios arqueológicos até então estudados.

Também Vasco Mantas, em 1986, fez referência à cidade nos artigos “*Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro*” (Mantas, 1986), e “*As cidades marítimas da Lusitânia*”, tema que foi igualmente apresentado, em 1988, na *table ronde internationale du CNRS* “*Les villes de Lusitanie Romaine: hiérarchies et territoires*” e onde é feita uma descrição do litoral da província, em época romana, e das cidades aí existentes. O estudo de *Ossonoba* é aqui apresentado de forma pormenorizada e cronológica (Mantas, 1990, pp.182-191). Este autor continuou ainda o estudo da cidade nos anos seguintes (Mantas, 1993; Mantas, 1997a; Mantas, 1997b; Mantas, 1998).

Teresa Júdice Gamito é, de facto, um nome a destacar quando se trata o tema da investigação arqueológica no Algarve. Responsável pelo início do ensino de arqueologia na Universidade do Algarve (UAlg), foi também a responsável por várias escavações levadas a cabo na cidade, como o caso da Rua das Alcaçarias (Gamito, 1992) ou do quintal da Polícia Judiciária (Gamito, 1994), assim como outros estudos relativos à mesma (Gamito, 1983; Gamito, 1991; Gamito, 1997; Gamito, 2007).

Na obra “*O Algarve da antiguidade aos nossos dias*” (1999), podemos encontrar o artigo de Carlos Fabião, denominado “*O Algarve Romano*”. O autor faz aqui uma análise da situação geográfica da região, fazendo referência a obras clássicas como as de Artemiodoro de Éfeso e de Estrabão. Carlos Fabião assinala também as cidades romanas, desde a época da conquista à construção do Império, analisando a sua estrutura, sendo que aponta *Ossonoba* como “o mais importante centro urbano de época romana (...)” (Fabião, 1999, p.37), facto que já teria apontado no artigo “*Garum na Lusitânia Rural?*”

Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve” (Fabião, 1992-1993). Este autor faz ainda algumas referências à cidade noutros artigos, onde abordou, por exemplo, questões como os preparados de peixe, locais com cetárias ou estudos anfóricos (Fabião, 2000; Fabião, 2007).

Ana Margarida Arruda contribuiu também para um melhor conhecimento de *Ossonoba* com dados relativos à proto-história, onde nos é possível destacar artigos como “*O Algarve nos séculos V e IV a.C.*” (Arruda, 1999a), ou “*A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos*” (Arruda, Bargão e Sousa, 2005), assim como aos inícios da ocupação romana, tendo-se como exemplo os estudos “*Sobre a Romanização do Algarve*” (Arruda e Gonçalves 1993), “*O Algarve no quadro geocultural do Mediterrâneo antigo*” (Arruda, 1999b), ou “*O Algarve Romano na Rota Atlântica do Comércio Romano*” (Arruda, 2012).

Em 2001, Angelina Pereira publica o artigo relativo ao estudo da *terra sigillata* do Largo da Sé (Pereira, 2001) nos *Anais do Município de Faro*. No mesmo ano, Nuno Ferreira Bicho, Leonor Rocha, João Pedro Bernardes, Luís Oliveira, Carlos Luís e Cidália Ferreira Bicho foram os autores de um relatório intitulado “*A situação actual da arqueologia e do património arqueológico no Algarve*”. Neste volume não se deixa de referir o facto de ser essencial a existência de “(...) um programa atento de acompanhamento de obras e trabalhos que impliquem remoção de terras na área antiga de Faro (...)” (Bicho *et al.*, 2001, p.27).

Também Maria Maia dirigiu, ou codirigiu, alguns trabalhos arqueológicos na cidade, como o caso do sítio do mosaico do Oceano (Viegas, 2011, p.90) e da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 (Maia, 2004).

No ano de 2004 é então editado o estudo relativo aos itinerários principais da rede viária romana do Algarve, por Sandra Rodrigues. Em “*As Vias Romanas do Algarve*” (Rodrigues, 2004) consta, entre outros pontos, um levantamento das principais vias que terão existido nesta região e que a terão ligado ao Alentejo. Teresa Marques, por sua vez, coordenou o levantamento de todos os sítios arqueológicos do distrito para o projeto “*Carta Arqueológica de Portugal*” (Marques, 1995). No volume correspondente aos concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Sto. António, Castro Marim e Alcoutim existe uma listagem dos locais identificados até então em Faro (Marques, 1995, pp.25-66). Já em 2008, Adriaan De Man faz referência à cidade e apresenta os resultados de uma breve intervenção levada a cabo no Largo de São Francisco, na sua dissertação de doutoramento “*Defesas urbanas tardias da Lusitânia*”.

Ainda no ano de 2007 foi publicado o estudo de algum mobiliário da necrópole Norte de *Ossonoba*, levado a cabo por Felix Teichner, Thomas Schierl, Ana Gonçalves e Paula Tavares.

João Pedro Bernardes tem vindo a elaborar alguns dos mais recentes estudos sobre *Ossonoba*, contribuindo assim para um ainda melhor conhecimento da cidade (Bernardes, 2006; Bernardes 2011; Bernardes 2014). Em artigos como “*A Cidade de Ossónoba e o Seu Território*” (2011) faz uma descrição da sua história desde a ocupação romana ao início da Idade Média, uma caracterização da malha urbana dos limites da cidade, assim como do território que esta dominava. O autor estudou também vários aspetos da cidade romana de forma individual, como as necrópoles (Bernardes, 2005; Bernardes, 2014), o sistema portuário (Bernardes, 2017) ou o templo romano (Bernardes e Encarnação, 2018), e enquadrou a cidade no território correspondente ao Algarve (Bernardes, 2004; Bernardes, 2009; Bernardes, 2010) ou à antiga província da Lusitânia (Bernardes, 2017). E coordenou ainda a edição de projetos como “*A Rota do Mosaico Romano – O Sul da Hispânia (Andaluzia e Algarve)*” (2008) ou “*Carta Arqueológica de Faro*” (no prelo).

Também Catarina Viegas tem vindo a dar um grande contributo para o conhecimento de *Ossonoba*, no âmbito da sua investigação sobre a ocupação romana do Algarve e do estudo da economia antiga a partir de conjuntos cerâmicos. Podemos destacar a sua dissertação de doutoramento “*A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*”(2009) que foi, mais tarde, editada em monografia (Viegas 2011a), uma obra muito completa, que é hoje uma referência para qualquer estudo relacionado com a arqueologia romana da região. No que toca aos conjuntos cerâmicos de *Ossonoba*, a autora apresenta o estudo da cerâmica campaniense, *terra sigillata* e ânforas recolhidas nas escavações do Museu de Faro e no sítio do mosaico do Oceano. Catarina Viegas é também autora de artigos relativos a estes conjuntos (Viegas 2008a; Viegas, 2008b; Viegas 2011), assim como de outras tipologias, como a cerâmica tardia (2007) ou cerâmica cinzenta grosseira (2012). É ainda coautora de artigos relacionados com a temática dos mosaicos romanos do Algarve, como “*Mosaicos Romanos do Algarve: Perspectivas de Investigação*” (Oliveira e Viegas, 2005) ou “*Corpus des Mosaiques Romaines du Portugal: discussion des questions stylistiques et chronologiques des mosaiques de l’Algarve Oriental*” (Oliveira e Viegas, 2011). Nesta linha de investigação, não podemos deixar de fazer referência ao volume correspondente ao Algarve Este (2013), coordenado por Janine Lancha e Cristina de Oliveira, onde se encontram estudos relativos ao contexto arqueológico e

arquitetónico, assim como um retrato sociológico dos ofertantes dos mosaicos de Faro. Esta obra teve a colaboração de A. Alarcão, P. André, L. Catarino, F. Figueiredo, M. C. Figueiredo, J. Frade, R. Nunes, A. Oliveira I. Ribeiro e C. Viegas.

Ainda sobre os períodos correspondentes à ocupação pré-romana e romana republicana da cidade podemos referir Elisa de Sousa, cuja dissertação de mestrado foi editada em livro no ano de 2009, e onde se dedicou ao estudo da cerâmica de tipo Kuass no Algarve, tendo Faro sido um dos sítios em estudo. Da mesma autora podemos destacar também o artigo “*Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois*” (2017).

Carlos Pereira, por sua vez, deu-nos a conhecer todos os espaços da morte identificados na cidade romana através da sua dissertação de doutoramento “*As necrópoles romanas do Algarve - Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*” (Pereira, 2014). Aqui conjugou todos os dados existentes relativamente aos vários trabalhos levados a cabo ao longo dos anos nas necrópoles de *Ossonoba*. E relativamente aos estudos de conjuntos cerâmicos podemos destacar os artigos “*Lucernas romanas de Ossonoba (Faro, Portugal). Um contexto ambíguo*” (Pereira, 2012) e “*As lucernas romanas no ocidente*” (Pereira, 2018). Também Edgar Fernandes, no ano de 2018, apresentou o estudo da *terra sigillata* Africana e Late Roman C da Horta da Misericórdia no 17 volume do *Journal of Roman Pottery Studies* (Fernandes, 2018).

De forma a melhor gerir as zonas com maior e menor risco para o património arqueológico existente na cidade, a equipa do Serviço de Arqueologia do Museu de Faro e o Serviço de Informação Geográfica da Câmara Municipal de Faro elaboraram uma carta de sensibilidade arqueológica (2014) (Figura 8 – Anexo I). Aqui o nível de proteção exigido para espaços da cidade encontra-se dividido por três diferentes áreas, onde se destacam as de elevada e média sensibilidade.

No que toca à consulta de informação relativa a sítios arqueológicos, não podemos deixar de mencionar a Base de Dados Endovélico existente no Portal do Arqueólogo, onde se podem encontrar referências à maior parte dos trabalhos realizados em Faro. Relatórios e processos podem também ser consultados no arquivo da DGPC, da Direção Regional de Cultura do Algarve, ou no Museu Municipal de Faro.

2.4. *Ossonoba*, uma breve introdução à cidade

2.4.1. A *urbs*

Como já referido, a cidade de *Ossonoba* foi fundada no espaço da atual Vila-Adentro. As intervenções levadas a cabo no Museu de Faro, na Cripta da Sé, na Fábrica

da Cerveja e no quintal da Polícia Judiciária permitiram datar o início da ocupação do local durante o séc. IV a.C. A cidade pré-romana rapidamente se tornou um dos maiores núcleos populacionais da região, cujos estudos de conjuntos cerâmicos relativos aos locais apontados, como cerâmica ática tardia (datada entre o 2.º quartel/meados do século IV a.C.), cerâmica tipo Kuass (finais do séc. IV - meados do I a.C.) ou ânforas (de tipologias definidas entre os séc. IV e III/II a.C.), têm vindo a comprovar as ligações comerciais de influência grega, cartaginesa e bética (Gamito, 1994; Arruda *et al.*, 2005; Sousa 2009; Bernardes, 2011; Bernardes, 2014; Sousa, 2017).

O nome *Ossonoba* "(...) reflete desde logo uma ligação ao mundo mediterrâneo, e não ao celta (...)" (Bernardes, 2014, p.356). O seu contacto com o este mundo era feito maioritariamente por mar, uma vez que a cidade se encontrava na área de influência de *Gadir*, importante entreposto comercial. A partir do momento em que a última se encontra sob o domínio romano, nos finais do séc. III a.C., *Ossonoba* começa também a ter uma maior ligação a Roma. E, embora a Península Ibérica se encontrasse dominada por um período de grande instabilidade durante todo o séc. II a.C., os aspetos de um novo estilo de vida e cultura começaram a ser adotados. Os materiais de cronologia republicana exumados na cidade demonstram que esta, nos finais do séc. II a.C., já se encontrava integrada nos círculos comerciais mais representativos (Sousa, 2017, p.202).

Com o início da ocupação da Hispânia por parte de Roma, esta foi dividida em duas províncias, a Citerior (a Este da Península Ibérica) e a Ulterior (a Sul), sendo que a segunda começou por apenas dominar territórios do atual Sul de Espanha, vindo mais tarde a ocupar também o Sul do território hoje português. Estrabão descreveu os territórios entre o Tejo e o *Anas* (hoje Guadiana) como sendo povoados por celtas e lusitanos, e os territórios que se seguem, para oriente, como sendo povoados por turdetanos e, deste modo, denominados Turdetânia. Também os terá chamado de Bética, pois eram banhados pelo rio *Betis* (hoje Guadalquivir) (III,1,6). Já noutra ponto da sua obra, a Turdetânia acaba por ser associada a toda a área entre o Promontório Sacro e as Colunas (III,2,4), facto que Catarina Viegas demonstra ser explicado "(...) pelos reajustes recentes das próprias fronteiras provinciais" (2011, p.64), uma vez que a realidade arqueológica relativa a este período é muito semelhante em ambas as margens do Guadiana. Já no séc. I a.C., com o domínio romano, *Ossonoba* terá adquirido o estatuto de *oppidum stipendiarium*, tal como a maior parte das cidades da Lusitânia (Bernardes, 2017, p.407), estas seriam obrigadas ao pagamento de um tributo anual. A acrescer a esta situação, *Ossonoba*, assim como outras cidades do território hoje correspondente ao

Algarve, terá tido um papel relevante no contexto das guerras entre Júlio César e Pompeu (49-44 a.C.), sendo que “a influência das actividades marítimas levou a maior parte dos *oppida* algarvios a aderir ao partido pompeiano (...)” (Mantas, 1997a, p.286), facto que tornou necessário o pagamento de despesas militares, assim como o recrutamento de efetivos na região. A cidade terá então cunhado moeda nesta altura, provavelmente entre 47 e 44 a.C. (Bernardes, 2014, p.356; Mantas, 1997a, p.286). A sua moeda terá sido cunhada em asses de bronze e, sobretudo, em chumbo (Faria, 1997, p.368), com a representação, numa das faces, de dois atuns e a inscrição "*OSVNVBA*" entre estes, e, na outra de uma embarcação. Estes fatores demonstram a ligação da cidade ao mar e aos seus recursos, sendo o atum uma das espécies essenciais para as produções de preparados de peixe. Da mesma forma, também o comércio, que seria a peça central da sua economia, se encontra aqui associado.

O principado de Augusto foi marcado pela pacificação e reforma administrativa da Hispânia, e a região do Algarve foi então integrada na província da Lusitânia, que se encontrava dividida da Bética pelo rio Guadiana. Consequentemente, pôde observar-se um período de progresso e expansão da cidade de *Ossonoba*, acabando por se tornar a capital do território correspondente ao atual Algarve central.

A importância dada à cidade pode explicar-se pela sua posição estratégica entre o Mediterrâneo e o Atlântico com um porto que lhe permitia executar as mais variadas trocas comerciais, dentro das quais o escoamento de produtos locais provenientes do mar como o *garum* e outros preparados de peixe ou como o vinho e o azeite, por exemplo, produzidos na região. E entre os finais do séc. I a.C. e os inícios de I d.C. foi construída a já referida via longitudinal do Algarve, o que facilitou a sua ligação a vários núcleos urbanos da Lusitânia.

Todo este conjunto de fatores favoráveis contribuiu para o desenvolvimento da cidade, no entanto, navegar nesta zona era ainda inseguro, devido à pirataria proveniente do Norte de África "(...) levada a cabo sobretudo pelos povos do atual Marrocos: os *mauri*." (Bernardes, 2011, p.13). Este problema viu-se resolvido com as campanhas de Cláudio no início do seu principado, que trouxeram segurança à região e que, juntamente com a conquista da Britânia, fizeram aumentar o tráfego marítimo, assim como o fluxo de trocas comerciais entre as várias zonas do Império. Consequentemente, *Ossonoba*, situada numa posição estratégica, atravessa um período de crescimento e expansão.

A cidade cresce então para além da Vila-Adentro, o seu núcleo genético amuralhado, que se torna agora no centro político, administrativo, judicial e religioso da

cidade, facto demonstrado pela diminuição das importações cerâmicas (Viegas, 2008a; Viegas, 2008b; Viegas, 2011; Bernardes, 2011; Bernardes, 2014). As áreas em seu redor terão sido as primeiras a ser ocupadas, assim como os terrenos junto à via que se dirigia a ocidente, com um traçado semelhante ao que têm hoje as ruas Infante D. Henrique e Serpa Pinto. É, portanto, em meados do séc. I d.C. que, segundo dados arqueológicos recuperados, a ocupação da cidade se começa a expandir para as ruas Infante D. Henrique, Ventura Coelho, Serpa Pinto, do Compromisso, Conselheiro Bivar ou Avenida da República. O aparecimento de cerâmicas provenientes do Sul da Gália, do vale do Guadalquivir, assim como do Rio Ebro ou do Norte de África vêm demonstrar o grande dinamismo económico, o grande fluxo de comércio marítimo e as ligações com o mundo mediterrâneo (Gamito e Maia, 1976; Maia, 2004; Bernardes *et al.*, no prelo; Viegas, 2008a; Viegas, 2008b; Viegas, 2011; Bernardes, 2011; Bernardes, 2014). É também nestas novas áreas da cidade que se irão encontrar as atividades comerciais, industriais e as novas zonas de residência (Figura 8 e Quadro 1 - Anexo I). A nova área industrial terá crescido ao longo da atual Avenida da República, onde foram encontradas algumas cetárias e ânforas (Bernardes *et al.*, no prelo; Bernardes, 2011), prolongando-se até à atual estação ferroviária e daí até à Rua Infante D. Henrique, sendo que, nesta última, passaria uma das principais vias da cidade e se iniciaria a área residencial. Esta última era, por sua vez, limitada pelas duas necrópoles já identificadas junto às saídas Ocidente e Norte (Bernardes, 2005; Bernardes, 2011; Teichner *et al.*, 2007; Pereira 2014). Também não podemos esquecer que, embora algumas pequenas embarcações chegassem à zona ribeirinha onde se implantou a nova área industrial, a área portuária da cidade se encontrava na zona do atual Largo de São Francisco.

No que diz respeito à municipalização da cidade, José d'Encarnação ter-lhe-á atribuído uma datação correspondente ao principado de Augusto, pois terá associado os cidadãos de *Ossonoba* à tribo Galéria, com base na inscrição encontrada no Largo da Sé, onde é feita menção a Marco Cornélio Persa, filho de Quinto, da tribo Galéria, flâmine da província da Lusitânia (IRCP 7) (IRCP, pp.50-51; Viegas, 2011, p.250). Contudo, conhece-se ainda uma inscrição honorífica, datada do séc. I e dedicada a Lúcio Ânio Novato, onde é mencionada a tribo Quirina (IRCP 6). Esta não terá levado à associação dos habitantes de *Ossonoba* a esta tribo, visto que, de acordo com J. d'Encarnação, se trata de uma homenagem prestada a um cidadão de *Balsa*, em *Ossonoba*, o que "(...)" provará a fácil ligação entre as duas povoações ao tempo dos Romanos, próximas no

espaço e na actividade comercial a que ambas provavelmente se dedicariam” (IRCP, pp. 49-50).

Já Jorge de Alarcão, por sua vez, terá indicado que embora seja provável que a tribo de *Ossonoba* tenha sido a Galéria, e a sua ascensão a município terá sido durante a ditadura de César ou principado de Augusto (Alarcão, 1988, p. 53). Todavia, “tudo aponta para que não tenham existido, em território algarvio, quaisquer fundações coloniais nem que alguns dos *oppida* existentes tenham ascendido à categoria de município durante a ditadura de César” (Viegas, 2011, p.66). Segundo Vasco Mantas, a epigrafia não permite datar a municipalização de *Ossonoba*, da mesma forma que não permite associar com segurança a cidade à tribo Galéria. No entanto, o facto de a denominação da cidade não ter o epíteto *Iulia*, assim como o “(...) facto de Plínio não referir entre os estipendiários os *Ossonobenses*” levaram este autor a associar esta questão ao principado de Cláudio (Mantas, 1990, p. 183). João Pedro Bernardes (2011, p.14; 2014, p.358), por sua vez, atribui ao principado de Vespasiano o momento em que é atribuído a *Ossonoba* o estatuto de *municipium*, tendo a cidade sido beneficiada pela política de incentivos que os Imperadores Flávios atribuíram à Hispânia.

Seguindo esta última referência, podemos pressupor que, com este novo estatuto, a cidade terá tido a necessidade de erguer edifícios públicos que lhe permitissem exercer as novas funções. Deste modo, embora não existam dados para o provar, “(...) a cidade vai renovar-se sendo de supor que a parte antiga da cidade sofra obras de remodelação com vista a instalar novos edifícios na praça do *forum* que, por esta altura, já se deveria situar no atual largo da Sé” (Bernardes, 2014, p.358), tal como se verificou noutras cidades na mesma condição. Existe também a hipótese de *Ossonoba* ter desempenhado funções administrativas relativamente ao *conventus pacencis*, substituindo ou complementando as de *Pax Iulia* (Mantas, 1990, p.183), mas não existem provas que o fundamentem (Viegas, 2011, p.39).

Na segunda metade do séc. II d.C. verificou-se uma redução na importação de cerâmicas, o que poderá ser consequência de um novo período de ataques por parte dos *mauri*, sendo que os dos anos de 171 e 177 (Arce, 2005 *apud* Quaresma, 2012, p.260) se fizeram refletir num clima de crise e insegurança no Sul da Península Ibérica. Somam-se ainda as usurpações de poder por parte de Clódio Albino, assim como as manifestações de apoio ao mesmo e a resultante repressão levada a cabo pelo imperador Septímio Severo, e ainda a ocorrência de alguns sismos (Viegas, 2011, p.71; Bernardes, 2011, p.15; Bernardes, 2014, p.358). Várias cidades do litoral da Bética, que dependiam do comércio

marítimo, começaram a entrar em decadência neste momento, sendo que apenas algumas conseguiram recuperar. Não podemos também esquecer que por esta altura se notou um abandono das minas da região. *Vispasca* (hoje Aljustrel), por exemplo, viu a sua produção a decair em cerca de 150 d.C., cronologia que também tem vindo a ser associada à crise nas áreas metalíferas da Bética (Quaresma, 2012, p.260).

Ossonoba, por sua vez, visto que se encontrava a uma maior distância do epicentro de todas estas questões, acaba por ser menos afetada. Bem como, nos finais do séc. II/inícios do III, a crise já teria sido totalmente ultrapassada e a cidade continuou a prosperar até aos inícios do séc. IV. Isto não significa, no entanto, que não tenha tido a necessidade de se proteger destes perigos e desta instabilidade, tendo, provavelmente, de reforçar parte das suas muralhas. Uma inscrição encontrada na muralha de Faro (IRCP, 10), onde constam mais de vinte nomes de membros das mais diversas famílias ossonobenses, datada de finais do séc. II, pode indicar, tal como nos sugere João Pedro Bernardes (2011, p.15; 2014, p.358), que vários membros das famílias mais abastadas se terão reunido com o objetivo de contribuir para o reforço da muralha que irá agora proteger a sua cidade.

Igualmente no séc. II, o templo romano de *Ossonoba* recebe obras de melhoramento que terão sido oferecidas por Marco Cornélio Eridano e de Gaio Júnio Recepto, dois *seviri augustales*, ricos e influentes, honrados por ascender ao sexvirato. Esta sua oferta foi gravada num lintel de porta (IRCP 11), cujo estudo mais recente foi apresentado por João Pedro Bernardes e José d'Encarnação (2018). A prática do evergetismo também se verifica no caso do mosaico romano do deus Oceano, que terá sido pago por “Gaio Calpúrnio (...) e Gaio Víbio Quintiliano e Lúcio Átio (?) (...) e Marco Vérrio Gémino” que têm sido interpretados como membros de uma corporação de naviculários (IRCP 35) (...)” (Viegas, 2011, p. 73). Este mosaico é um dos melhores exemplos da continuação da vitalidade de *Ossonoba* e das suas ligações ao Norte de África. Este pavimento, datado entre finais do séc. II ou inícios de III, seria o revestimento de um edifício público que tem vindo a ser interpretado como sede de uma associação ligada ao mar.

No séc. III a cidade continua a prosperar. Esta parece, de certa forma, ter sido favorecida pelo já referido declínio de algumas cidades béticas, assim como do início da fase final de *Balsa*. A produção de preparados piscícolas, que viriam depois a ser exportados em ânforas de produção local, terá aumentado em larga escala na cidade, assim como nas *villae* existentes na costa algarvia, que terão vindo também a prosperar.

As trocas comerciais com o Norte de África tiveram também um grande destaque nesta altura, segundo o que se verifica através das datações das cerâmicas (Bernardes, 2011, p.16). E de acordo com as dedicatórias aos imperadores Valeriano (IRCP3) e Aureliano (IRCP4), J. d'Encarnação aponta que "numa época de crise generalizada, provocada por invasões e pelas sucessivas usurpações do poder, Ossónoba afirma a sua lealdade a Roma, demonstrando, ao mesmo tempo, excelente funcionamento das instituições tradicionais" (IRCP, p.45).

No que diz respeito à reorganização político-administrativa de Diocleciano, em finais do séc. III/inícios do IV, esta não terá modificado o enquadramento do território hoje correspondente ao Algarve (Viegas, 2011, p.71). Já na segunda metade do séc. IV d.C., os sinais de crise e mudança começam a ser cada vez mais evidentes ao longo do Império, com o desmantelamento de estruturas político-administrativas romanas, conseqüente das lutas internas. Em *Ossonoba* os contactos comerciais, principalmente com o Norte de África, conseguem manter-se, mas a redução do seu fluxo é cada vez maior. As ameaças externas acabam por transportar para a cidade um enorme clima de insegurança. Com isto, as áreas da cidade que se encontravam mais distantes do seu núcleo genético foram sendo cada vez menos povoadas, sendo que as cerâmicas importadas encontradas nesta zona acabam por ter o seu *terminus* de importações nos meados/terceiro quartel do séc. V. d.C. (Viegas, 2008a; Viegas, 2011). De notar que também em Chãos Salgados, Miróbriga (?) o NMI correspondente à TSA D apresenta valores muito inferiores aos da TSA A e principalmente da TSA C, uma vez que "o Norte da actual Tunísia, importante no Alto-Império e ainda em parte do Baixo-Império/Antiguidade Tardia, através da africana A, já não alcança Chãos Salgados de uma forma tão intensa a partir do século IV." (Quaresma, 2012, p.245).

A população ossonobense encontra-se cada vez mais concentrada na zona da Vila-Adentro, procurando a segurança de uma área amuralhada e transformando a área que era dedicada às estruturas político-administrativas numa nova zona habitacional e comercial, onde se desenvolviam as reduzidas atividades comerciais da cidade. Este facto explica o aparecimento, nesta área, de tanques de salga, *doliae* e algumas sepulturas, assim como o aumento do registo das cerâmicas de importação (Viegas, 2008b; Viegas, 2011). Por esta altura, séc. IV, ou no século seguinte, a muralha da cidade poderá ter sido novamente reforçada.

Também a influência do Império Bizantino, que se fez sentir em todo o mediterrâneo ocidental, a partir de meados séc. VI, fez com que a cidade não tenha

perdido o contacto com as produções cerâmicas ocidentais e do Norte de África (Bernardes, 2011, p.23; Bernardes, 2014; p.363). Contudo, desde cedo que o cristianismo e outros cultos orientais terão entrado em *Ossonoba*, uma influência claramente norte-africana, região com que, como já referido, esta cidade portuária mantinha grande contacto. Por exemplo, é já conhecido o culto prestado na cidade, no séc. III d.C., à deusa mãe Cíbele (IRCP, 1). Quanto ao cristianismo, é provável que esta religião tenha visto o seu número de fiéis a aumentar, devido à mensagem de esperança que transmitia (Bernardes, 2011, p.22).

A cidade foi sede de bispado desde o séc. IV, o que leva Catarina Viegas a sugerir que é “(...) muito tentador considerar a área do antigo *forum* e templo do culto imperial (ainda activa no séc. III) como o local da sede da igreja paleocristã” (2011, p.258). No entanto, como geralmente o cristianismo se instala primeiramente na periferia das cidades, podemos também associar as ermidas de S. Sebastião, Nossa Senhora da Saúde e S. Cristóvão a este momento, pois foram erguidas junto às vias romanas. A sua construção pode ter-se devido à existência de sepulturas associadas, pelos cristãos, a mártires mortos pelos pagãos romanos, pelo facto de se colocarem os doentes à beira dos caminhos para procurar ajuda, ou até mesmo por o último dos santos referidos ser o padroeiro dos viajantes (Bernardes, 2011, p.18).

Ossonoba, ou Faro, embora tenha visto o seu perímetro a ser significativamente reduzido, não perdeu a sua importância enquanto cidade centro de toda a região. Contudo, apenas no séc. XX a sua malha urbana conseguiu atingir as mesmas dimensões que teria alcançado entre os séc. I e IV d.C.

2.4.1. A envolvente da cidade romana

A área correspondente à *civitas* de *Ossonoba* ocupava um largo território dentro da região hoje algarvia (Figura 6 - Anexo I). Conforme mencionado *supra*, era provável que, a Este, fizesse fronteira com *Balsa* na zona de Bias do Sul, relativamente perto da Fuzeta, extremo Este do concelho de Olhão. A Oeste os seus limites não se deveriam estender muito para além de Vilamoura, embora exista a possibilidade de a sua influência se ter estendido até ao Promontório Sacro. No entanto, é também provável que, para além de *Ossonoba* e *Balsa*, tenha existido uma terceira *civitas*, com capital em Lagos ou em Silves (Alarcão, 1988, p.53), pois as duas primeiras encontravam-se muito próximas, e, sem a existência de uma terceira, *Ossonoba* controlaria uma região muito mais vasta.

Quanto aos restantes limites, a Norte, a serra seria o seu limite natural, tal como o mar, a Sul.

Em redor da urbe, a rede de povoamento era relativamente bem composta, sempre mais concentrada no litoral que no interior da região, sendo que os primeiros sítios começaram a ser habitados no séc I d.C. Não se pode, portanto, fazer referência a este povoamento rural sem mencionar as *villae* que abasteciam a cidade, como Milreu, cujas ruínas foram associadas a *Ossonoba*. Este foi o sítio arqueológico do concelho de Faro a que Estácio da Veiga mais se dedicou, tendo iniciado os trabalhos no local em 1877, e, desde então várias foram as intervenções realizadas no local. O local para a construção desta *villa* foi escolhido de forma a preencher todos os requisitos exigidos pela arquitetura romana (Hauschild e Teicher, 2002, p.14): uma ligeira colina com bons solos para a agricultura, nas proximidades de uma linha de água e numa zona de várias nascentes, em pleno barrocal algarvio. Também não ficava longe da via que ligava *Ossonoba* a *Pax Iulia*, que passaria nas imediações do Rio Seco, distando apenas nove quilómetros da primeira cidade. Embora seja mais conhecida devido ao seu templo e à *pars urbana*, que são decorados com vários mosaicos cujo principal tema são os motivos marinhos e que é ainda hoje visitável, a sua *pars fructuaria*, também é de bastante interesse. Composta por uma adega, um lagar de azeite e algumas zonas destinadas ao armazenamento de produção, esta parte da propriedade mostra-nos como, para além dos produtos que por norma eram provenientes dos sítios rurais, como hortícolas, frutícolas e cereais, em Milreu a produção mais especializada era dedicada ao vinho e azeite.

Também nas proximidades da via que ligava *Ossonoba* a *Balsa* era possível encontrar algumas *villae*, como a do sítio do Amendoal. Estácio da Veiga foi também responsável pela sua exploração, tendo feito referência ao local em três dos volumes da obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*. Segundo os registos de Estácio da Veiga, este sítio encontrar-se-ia nas proximidades da foz do Rio Seco, junto à margem direita do mesmo e com “(...) assentamento de povoação extinta desde a margem esquerda do ribeiro das Lavadeiras até á linha da estrada vicinal da Garganta” (Veiga, 1887, p.575). No segundo volume, o autor refere que não foi possível definir se se tratava de uma *villa* ou granja, no entanto, fez referência aos “excelentes pavimentos de mosaico” existentes no local, assim como a outros materiais aí exumados (Veiga, 1887, pp.389-390), aos quais faz uma breve referência também no quarto volume (Veiga, 1891, pp.104-105). A planta que se conhece do local está muito incompleta, logo dá-se a impossibilidade de executar uma leitura detalhada, existindo ainda desenhos dos mosaicos e espólio recolhidos no

local que são assinalados na obra da sua bisneta (Santos, 1972, pp.173-177). Já no terceiro volume, volta a fazer referência aos mosaicos encontrados (Veiga, 1889, p.35), assim como aos motivos das suas decorações, fazendo uma reflexão sobre cronologias e a “escórias de fundição” que o levaram a incluir o sítio no seu “*Mappa das minas do Algarve, de que ha noticias já compiladas e de varios logares com vestigios de antigas fundições*” (Veiga, 1889, pp.78-79). Embora a exploração agrícola e a urbanização desta zona tenham danificado grande parte do sítio arqueológico, os últimos trabalhos de prospeção efetuados no local (Bernardes *et al.*, no prelo, p.165) permitiram que se levantasse a possibilidade de uma parte da *villa*(?) se conservar. Contudo, a pouca informação relativa ao local também não nos deixa saber qual o tipo de produção especializada deste local, se seria a exploração de recursos marinhos, tendo em conta a sua proximidade com o mar, ou outro tipo de produtos.

O sítio de cronologia romana denominado Vale de Carneiros poderá também corresponder a uma *villa* onde foram descobertas várias estruturas e materiais. No âmbito da elaboração da “*Carta Arqueológica do Concelho de Faro*” foram levadas a cabo prospeções nos campos agrícolas junto à ribeira das Lavadeiras, local então indicado pelo IGESPAR, apesar disso, não foi possível identificar o local. Os autores desta obra chamam ainda a atenção para o facto de o topónimo Vale de Carneiros estar situado a cerca de 1 km para Oeste desse local (Bernardes *et al.*, no prelo, p.158), na zona da Penha, que está hoje total ou parcialmente ocupada pelo urbanismo recente. Já no concelho de Olhão, mas também no litoral, e não muito longe desta via, duas *villae* foram escavadas por Estácio da Veiga: a de Torrejão Velho, que se encontrava perto da Ria Formosa, nas imediações da ribeira de Bela Mandil, e, cuja produção especializada seria a agrícola (Bernardes, 2011, p.22), e a da Quinta de Marim, onde se exploravam os recursos marinhos, localizada perto de uma linha de água, a ribeira de Marim, no Parque Natural da Ria Formosa, tendo aproximadamente a mesma distância entre as cidades de *Ossonoba* e *Balsa*. Esta última foi também associada a uma *satio sacra* apontada na “*Cosmografia do Anónimo de Ravena*”, sem, no entanto, se poder fazer essa associação com clareza (Viegas, 2011, p.70).

Próxima da via para Ocidente, por sua vez, foi identificada, no Sítio da Malvada, uma *villa* ou granja que exploraria as terras que hoje são atravessadas pela estrada da Senhora da Saúde (Viegas, 2011, p.74). Ainda na zona da Campina de Faro, a Norte da cidade, foram identificadas, em prospeção, outras duas prováveis *villae*. Uma, no sítio de Carreiros, cujo espólio, maioritariamente composto por fragmentos de ânforas e *dolia*,

conduziu a equipa a propor que o local pudesse corresponder à *pars rustica* de uma *villa* ou a algum estabelecimento que necessitasse de um grande número de recipientes de armazenamento e transporte (Viegas, 2011, p.188). Outra, na Quinta do Barrote, onde foi identificada uma grande área de dispersão de materiais de cronologia romana que, da mesma forma, levaram a uma interpretação relacionada com a exploração agrícola (Viegas, 2011, p.196). Outra *villa* até então identificada é a de Vale do Joio que se prolonga por cerca de dois hectares e meio, quase no limite Norte do concelho de Faro, a Norte do Rio Seco e da Ribeira de Murta, na margem direita do Ribeiro do Barranquinho. Durante as prospeções executadas na área, foram recolhidos vários materiais de cronologia romana (Endovélico, CNS: 14431, 2019), porém, tal como nos casos anteriores, a informação sobre o sítio é demasiado reduzida para que se possa entender os tipos de exploração existentes no local.

Já fora do concelho de Faro, na direção Oeste, podemos referir a *villa* existente na praia de Loulé Velho, onde a fábrica de preparados de peixe demonstra uma intensa atividade ligada ao mar, da mesma forma que a descoberta de pesos de lagar chama a atenção para as produções agrícolas existentes no local. Também na praia de Quarteira está identificado um sítio de cronologia romana que, de acordo com Carlos Fabião, poderia ter pertencido ao complexo de Loulé Velho, formando um sítio de exploração de recursos marinhos de grandes dimensões (Fabião, 1992-1993, p.242). Não muito longe destes dois locais, encontra-se o *vicus* do Cerro da Vila, local portuário onde também foram escavadas algumas fábricas com tanques dedicados à produção de púrpura (Teichner, 2003). Na direção Este, ao longo do litoral do concelho de Olhão foram também identificados alguns complexos dedicados à exploração de recursos marinhos (Endovélico, CNS: 2741, 22564 e 24363, 2019), destacando-se entre os quais o existente na Quinta de Marim.

Outros pontos de grande importância relativamente ao abastecimento da cidade eram os que se encontravam equipados com fornos de ânforas, como os existentes na zona do Ludo (Quinta do Lago), situado junto ao estuário que se formaria na foz da ribeira de S. Lourenço, e em São João da Venda, já no concelho de Loulé (Bernardes *et al.*, no prelo, p.75). Estes eram centros cuja produção teria como principal objetivo o abastecimento dos locais de exploração e venda de recursos marinhos, como seria o caso dos sítios anteriormente referidos, assim como da zona industrial de *Ossonoba*.

Dentro da cidade de Faro, mas claramente fora da cidade romana, na zona da Horta do Pinto (imediações do Mercado Municipal), durante a construção de uma nora terá

aparecido um pavimento e colunas romanas que foram então analisados por Santos Rocha (Pereira, 2012, p.121; Endovélico, CNS:7747, 2019). Também nesta zona terá sido encontrado um depósito de dezenas de lucernas, sendo que algumas foram entregues a Monsenhor Cónego Pereira Botto, nos anos 90 do séc. XIX, outras foram recolhidas numa obra em 1953 e noticiadas por Gonçalo Lyster Franco, e, ainda durante as obras de remodelação do Mercado Municipal foram encontradas mais quatro. O estudo mais recente deste conjunto foi apresentando por Carlos Pereira (2012), onde se deixa claro que o sítio poderá ter sido um posto de venda de lucernas ou um santuário, parecendo o primeiro ponto mais provável, tendo em conta a proximidade com a necrópole Norte de *Ossonoba* (Pereira, 2012, p.134-136). Também na Rua D. Teresa Ramalho Ortigão, nº 23-29, foi encontrado um bico fundeiro de uma ânfora lusitana tardia (Viegas, 2011, p.97).

O povoamento rural correspondente à *civitas* de *Ossonoba* veio a ganhar mais força nos séculos III e IV, momento em que as *villae* cresceram em número e as já existentes receberam remodelações, como o caso de Milreu. Adrian De Man mostra-nos que durante estes dois séculos, “(...) apesar de graves retrocessos na actividade mineira, a oligarquia ossonobense pôde manter um destaque na exportação de conservas de peixe e na exploração agrícola, integrado, de forma comprovada, num circuito norte-africano” (De Man, 2008, pp.323-324). Estes sítios vieram igualmente a adaptar-se às alterações políticas, assim como às religiosas, sendo que este último fator se pode verificar através da identificação de construções de templos cristãos, batistério e enterramentos, ou inscrições em Loulé Velho, Milreu e Quinta de Marim, respetivamente.

2.5. Trabalhos arqueológicos em Faro

De forma a não tratar os dados relativos à *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 de forma individual, ou seja, como se este se tratasse de um ponto isolado na cidade, vimos a necessidade de enquadrar o sítio no espaço a que este pertencia. Apresenta-se, portanto, neste capítulo, um breve resumo relativo aos trabalhos arqueológicos que se têm vindo a desenvolver em Faro e que nos têm ajudado a (re)construir a história desta cidade. Para tal, seguimos a proposta de João Pedro Bernardes (2014) para a organização das diferentes áreas de *Ossonoba*. Tenha-se, portanto, em conta o mapa da Figura 10 e o Quadro 1 (Anexo I).

2.5.1. As diferentes áreas da cidade romana

2.5.1.1. Espaços funerários: os limites da cidade

As necrópoles identificadas em espaço hoje urbano encontrar-se-iam já fora da cidade romana, uma vez que o espaço dos mortos nunca deveria ser partilhado com o dos vivos, de forma a que os primeiros não viessem a perturbar o mundo dos segundos. Portanto, este é um fator que nos auxilia na definição dos limites de *Ossonoba*.

Até então foram identificados três espaços funerários dentro da malha urbana de Faro: a Necrópole Norte de *Ossonoba*, Horta dos Fumeiros e Horta do Ferregial. A primeira, definida como Necrópole Norte de *Ossonoba*, é, de todas, a mais bem conhecida. Abrange um espaço definido entre o Bairro do Colégio ou Bairro Lethes, Largo das Mouras Velhas, Rua das Alcaçarias, Rua D. João de Castro, Largo 25 de Abril e a Rua de Portugal (Pereira, 2014, pp.277-295). No entanto, de acordo com a Base de dados Endovélico, registou-se o aparecimento de uma sepultura de cronologia romana com ossadas humanas, telhas e ânforas na Rua de Santo António n.º 131 (CNS:10924, 2019), e, segundo Pinheiro e Rosa, durante as obras de pavimentação desta rua também terão sido descobertas inúmeras sepulturas de tégula (Rosa, 1984, p.151). Tendo em conta a proximidade às ruas anteriormente mencionadas, poderemos propor a sua inclusão no espaço desta necrópole, sem, no entanto, esquecer que “(...) por falta de datos no es posible datar los enterramientos hallados (...)” (Bernardes *et al.*, 2014). Ainda seguindo esta Rua, “(...) ao chegar à zona da Pontinha, foi descoberta (partida) uma grade visigótica de mármore branco (...) e uma taça romana (paredes finas) (...)” (Rosa, 1984, p.151). Este espaço funerário estaria separado da cidade pela ribeira de Lethes e organizado ao longo da via que seguia em direção Norte/Este. No entanto, não é possível fazer uma reconstituição do espaço no que toca à sua organização devido às diferentes metodologias e às, por vezes, pequenas dimensões das várias intervenções arqueológicas realizadas ao longo dos anos no local. Desde os trabalhos de Estácio da Veiga, em 1877, várias foram as intervenções levadas a cabo nesta área. No séc. XX, em 1951 Abel Viana intervencionou uma parte da necrópole, sendo que, em 1984, Júdice Gamito dirigiu novos trabalhos de investigação. Já no séc. XXI, várias têm sido as intervenções realizadas no âmbito de acompanhamentos de obra, como as de 2005, dirigidas por Marina Pinto (Endovélico, CNS:1524, 2019) e por Miguel Serra (Endovélico, CNS:23750), as de 2007, dirigidas por Nuno Beja e Nuno Teixeira (Beja e Teixeira, 2008), ou as de 2007-2008, dirigidas por Marina Pinto e Sandra Lopes (Endovélico, CNS:32931, 2019). E, embora o estudo de algum mobiliário funerário tenha permitido atribuir ao local uma datação entre

os séculos I d.C. e IV/VI (Teichner, *et al.*, 2007, p.169), nunca foi possível analisar a sua estratigrafia.

Também junto à via que saía em direção Oeste foi identificada uma necrópole, na zona da Horta dos Fumeiros/Escola Afonso III, cuja primeira referência foi feita por Pinheiro e Rosa (1984, pp.151-152). No entanto, pouco se sabe a seu respeito e embora se tenha posto a possibilidade de se tratar de uma necrópole tardia, “(...) não há dados que permitam atribuir uma cronologia às sepulturas da Horta dos Fumeiros, confirmando, ou não, a sua posterioridade face aos mais tardios enterramentos da necrópole do Bairro do Colégio” (Pereira, 2014, p.307).

Quanto ao espaço funerário identificado na Horta do Ferregial/Campo da Trindade, é muito provável que se trate de uma necrópole privada, pertencente a uma das *villae* existentes na periferia de *Ossonoba*, devido à sua localização, assim como às suas características e dimensões. No entanto, também não se pode excluir a opção de se tratar de uma terceira necrópole pública (Bernardes, *et al.*, 2014, p. 129). Este sítio foi escavado no séc. XIX por Estácio da Veiga, sendo que a datação atribuída aos enterramentos escavados por este se situa entre os finais do séc. III d.C. e a primeira metade do séc. IV, correspondendo à maior fase de enterramentos identificados na necrópole Norte de *Ossonoba*. Uma outra sepultura pertencente a este espaço foi identificada por José Cabecinha em 1973 (Pereira, 2014, p.309). Mais recentemente, Nuno Beja e Nuno Teixeira coordenaram três sondagens ao longo do troço da Cerca Seiscentista, na zona da Horta do Ferregial. Dentro do espólio exumado na sondagem 3, que era constituído por materiais de diversas cronologias, foram identificados alguns fragmentos de cerâmica romana, todavia, estes encontravam-se em contextos de deposição secundária consequentes das várias movimentações de terras provocadas pelas alterações no urbanismo da cidade (Beja e Teixeira, 2007).

2.5.1.2. Área monumental

Como também já tivemos a oportunidade de indicar, *Ossonoba* nasceu no espaço hoje denominado Vila-Adentro e terá sido, nos finais da Idade do Ferro, um dos mais relevantes povoados costeiros da região. Esta importância não se perdeu com o contacto com Roma, sendo que a ocupação republicana desta área já foi comprovada através de escavações arqueológicas realizadas em locais como o Museu de Faro, a Cripta da Sé, a Fábrica da Cerveja e o quintal da Polícia Judiciária. A intervenção levada a cabo no Museu de Faro, antigo Convento de Nossa Senhora da Assunção, que foi dirigida por

Dália Paulo e Nuno Beja, entre 2001 e 2002, permitiu identificar níveis e materiais que demonstram a existência de uma ocupação republicana que estaria ligada aos principais circuitos comerciais desde o final do séc. II a. C. Embora a complexidade da estratigrafia identificada no local tenha dificultado a interpretação dos níveis e/ou estruturas mais antigos (Viegas, 2008b; Viegas, 2011; Sousa, 2009; Sousa, 2017), foi possível compreender que houve uma quebra nas importações cerâmicas entre o séc. I e o IV d.C. relativamente a este local, facto que se pode explicar pelo crescimento da cidade e transformação desta zona na área monumental durante o seu período áureo, e, pelo recuar da mesma após a crescente degradação do Império (Viegas, 2008b; Viegas, 2011; Bernardes, 2011; Bernardes, 2014;).

Este facto parece ter também sido notado na Antiga Fábrica de Cerveja. Este sítio, que terá sido a alcáçova islâmica, castelo da cidade, quartel do Regimento de Artilharia do Reino Algarve e até fábrica da Cerveja Portugália, teve a sua primeira intervenção arqueológica em 1999, sob a direção da então arqueóloga municipal Dália Paulo. A autora apresentou resultados (Paulo, 1999/2000) onde os materiais romanos existentes são associados a cronologias maioritariamente republicanas ou tardo-romanas. No local foi também identificado o que se pensa ser parte de um complexo termal, “a localização desta sondagem em relação ao fórum e em relação à ria Formosa leva-nos a admitir que pode tratar-se mesmo de umas *balnea* públicas” (Paulo, 1999/200, p.46) que terão estado em funcionamento até aos séc. VI/VII d.C. Também em 2007, o sítio foi alvo de um acompanhamento arqueológico, dirigido por Nuno Beja, dos trabalhos realizados no âmbito de uma exposição de arte contemporânea, sem que, no entanto, se tenham identificado quaisquer materiais ou estruturas arqueológicas. A seguinte intervenção arqueológica realizada no sítio foi efetuada em 2009 e foi também dirigida por Nuno Beja, juntamente com Nuno Teixeira. Nesta escavação não foram identificadas quaisquer estruturas de cronologia romana e os materiais encontrados provinham maioritariamente de “(...) contextos de deposição secundária, pois as terras que cobriam as estruturas fabris e as estruturas do quartel do séc. XVIII foram trazidas de outros locais (talvez do Largo da Sé) e continham inúmeros fragmentos de cerâmica romana” (Beja e Teixeira, 2011, p.20).

Também a escavação dirigida por Maria Teresa Gamito, em 1987, no quintal do edifício adquirido pela Polícia Judiciária, na Rua do Município, nos deu informações sobre as diferentes fases de ocupação nesta área da cidade. Esta foi uma intervenção de emergência que se iniciou quando uma parte das terras do local já teriam sido removidas

por meios mecânicos. A arqueóloga teve a possibilidade de estudar os níveis pré-romanos deste sítio com o auxílio de datações obtidas através de radiocarbono, e, no que diz respeito à época romana, durante a escavação foram identificados dois níveis sobrepostos. Tratar-se-ia, portanto, de um nível datado entre os séc. II e IV d.C., onde foi identificado um pavimento de *opus signinum*, e um outro entre os séc. V e VI d.C., onde se encontraram várias tesselas que poderiam ter pertencido a um mosaico policromo tardio, associado a *terra sigillata* africana C e D (Gamito, 2007, pp.60-65).

No âmbito do projeto da criação de uma unidade hoteleira na Vila-Adentro, foram realizadas duas sondagens, uma no logradouro da Câmara Municipal de Faro e outra no logradouro do antigo magistério primário/casa Domingos Guieiro, no ano de 2005, sob coordenação de José Costa Santos e Sílvia Renata. No logradouro da Câmara Municipal de Faro foram também identificados níveis correspondentes à Idade do Ferro, época romana e período medieval islâmico. No que diz respeito aos níveis romanos, foi exumada uma estrutura que se assemelha a uma cetária ou a um outro tanque de época romana e alguns fragmentos de *terra sigillata*, uma conduta e alguns pavimentos de cronologia romana, sendo o mais recente associado aos séc. IV/V, e ainda um fuste de coluna reaproveitado, assim como outros materiais (Santos e Renata, 2005). Já no logradouro do antigo magistério primário, os níveis de cronologia islâmica foram os mais relevantes. Também na Praça D. Afonso III, localizada entre o Museu de Faro e o antigo magistério primário, foram identificados vestígios de estruturas de época romana durante o acompanhamento arqueológico das obras de remodelação, no ano de 2004 (Endovélico, CNS:10917, 2019). Entre esta praça e a Rua do Repouso, Pinheiro e Rosa faz referência à existência de um *dolium*. Este faz também alusão ao aparecimento de duas cornijas, ou bases de colunas, na Rua Professor Norberto da Silva, e de cerâmica romana nas ruas Domingos Guieiro e do Município (Rosa, 1984).

Ao lado da Praça D. Afonso III, a Horta da Misericórdia foi também alvo de intervenções arqueológicas sob coordenação de Teresa Júdice Gamito em 1983, 1984, 1991, 1993, 1996 e 1997/8 no âmbito do projeto “*O Presente do Passado de Faro - estudo da fixação humana e o desenvolvimento urbano do Algarve*” e em 1998, 1999 e 2000 já com o projeto “*PNTA/98 - Valorização dos Centros Urbanos*” (Endovélico, CNS:1102, 2019). Os níveis romanos identificados na Horta da Misericórdia permitiram à arqueóloga identificar um peristilo rodeado por colunas, uma casa tardo-romana, canalizações e uma cisterna de possível origem romana (Gamito, 2007, pp.50-60).

Já no que diz respeito às intervenções na Cripta da Sé de Faro, estas foram realizadas nos anos de 2002 e 2006, sob a direção de José António Medeiros e Sónia Ferreira, respetivamente. Quanto à primeira intervenção pouco mais se sabe, para além do facto de o conjunto de materiais de cronologia pré-romana ter na sua constituição cerâmica de tipo Kuass e ânforas, e, de o conjunto de cronologia romana conter cerâmica campaniense, *terra sigillata* e moedas (Viegas, 2011, p.97). Relativamente a achados de cronologia romana provenientes da segunda intervenção, no relatório de escavação apenas é feita referência a um pequeno fragmento de *terra sigillata* encontrado, descontextualizado, na unidade estratigráfica número 5 (Ferreira, 2007, pp.26-30).

Como referido anteriormente, no ano de 1870, ao arranjar alguns dos pavimentos do Largo da Sé, foram encontrados e imediatamente ocultados vestígios arqueológicos. E a situação voltou a repetir-se, em 1883, aquando da construção do edifício da Câmara Municipal de Faro (Rosa, 1984, p.150). As primeiras escavações feitas no Largo da Sé foram, portanto, o ponto chave para a atribuição da verdadeira localização à cidade romana de *Ossonoba*. Embora Abel Viana, em 1933, tenha identificado vários materiais de cronologia romana, dos quais se destaca um *dolium* completo que levou para o Museu de Faro, e várias estruturas, como uma parede com 2 metros de altura, revestida a mármore e estuque pintado, apenas no ano de 1940 Mário Lyster Franco conseguiu interpretar o local ao identificar, juntamente com outros materiais e estruturas de cronologia romana, o *podium* do templo do *forum* de *Ossonoba*.

Em 1969 o Largo da Sé foi reescavado por Gonçalo Lyster Franco, filho de Mário Lyster Franco, sem que, no entanto, exista um registo cuidado da intervenção. As últimas intervenções levadas a cabo no local foram realizadas em 2004 e 2009, sempre no decorrer de acompanhamento de obras, para colocação de iluminação e/ou de cabos elétricos, e coordenadas por Nuno Beja. Na segunda intervenção foi encontrada, em contexto secundário, uma tubagem de chumbo romana (Bernardes e Encarnação, 2018).

O conhecimento relativo ao *forum* de *Ossonoba*, assim como ao seu templo, é resultado da conjugação dos dados resultantes das intervenções de Abel Viana e de Mário Lyster Franco, dos breves registos relativos à escavação de Gonçalo Lyster Franco, de algumas das referências feitas por Pinheiro e Rosa em 1984, assim como da epigrafia recolhida em Faro. Recentemente, João Pedro Bernardes e José d'Encarnação dedicaram-se ao seu estudo, tendo proposto a existência de um templo de culto ao Imperador, de orientação Este-Oeste, com a fachada e a escadaria virados para o porto da cidade, tendo paralelos, no que toca a dimensões, nos de *Ebora Liberalitas Iulia* (ou Évora) e *Pax Iulia*,

assim como na provável existência de tanques de água em seu redor, o que também acontece na capital de província, *Emerita Augusta* (ou Mérida) (Bernardes e Encarnação, 2018). Embora não tenha havido uma escavação com uma área considerável e com o que hoje podemos definir como um devido registo estratigráfico no *forum* de *Ossonoba*, já nos é possível afirmar que este se encontrava na zona do atual Largo da Sé, local onde se fundiam as duas vias principais da cidade romana e cujos traçados ainda se mantêm, sendo que a Rua do Repouso segue aquela que seria aproximadamente a direção do *decumanus* e as ruas do Município e do Castelo a do *cardus* (Gamito, 1983; Mantas, 1986). Desta forma, o *forum* encontrava-se nas proximidades do porto, o que “(...) era prática comum nas cidades portuárias, constituindo o eixo fórum-porto a parte mais movimentada neste tipo de urbes ligadas ao comércio marítimo (...)” (Bernardes e Encarnação, 2018, p.35), e o seu templo estaria implantado numa excelente articulação com a que seria a principal porta da cidade.

A área monumental existente na zona da Vila-Adentro teria sido o centro político, administrativo e religioso da cidade romana, centro este que terá sido amuralhado. É sabido que durante as reconstruções da muralha de Faro vários elementos romanos foram reutilizados e incluídos na sua constituição, como lápides ou colunas. No entanto, há uma questão que se mantém: qual a cronologia da sua construção? Teresa Gamito terá sugerido o séc. II d.C. como data da sua construção, como demonstração de prestígio da cidade, tendo depois sido alvo de obras de reforço durante os domínios bizantino e islâmico (Gamito, 1997, pp. 348-349). No entanto, como já referimos *supra*, existe também a hipótese de no séc. II, uma muralha aí já existente, ter sido reforçada como consequência do período de instabilidade que marcou a segunda metade deste século. Também se referiu que os dados arqueológicos levam a que se associe os meados do séc. I d.C. a um crescimento da cidade romana para fora de uma área então amuralhada. Catarina Viegas refere que o facto de esta estrutura ser um ponto importante na definição do urbanismo romano ajuda na “(...) defesa de uma cronologia alto imperial, podendo os dados sobre contemporaneidade das portas da muralha e do cardo e do decumano, avançados por V. Mantas, ser utilizados igualmente a favor desta cronologia mais antiga” (2011, p.252). Teresa Gamito coordenou escavações no Arco da Vila, onde terá encontrado cerâmicas romanas, dentro das quais *terra sigillata* itálica (Gamito, 2007, p.66). E, já no ano de 2007, foram levados a cabo trabalhos arqueológicos no Largo de S. Francisco, junto à torre que se encontra a sul do Arco do Repouso, sob a direção do arqueólogo Adriaan De Man. Durante a escavação foram identificadas estruturas e materiais de várias cronologias

e no que toca à época romana, foram identificados alguns materiais que se encontravam descontextualizados. Os resultados desta intervenção levaram também o arqueólogo a propor que neste sector da muralha “deve ser descartada a hipótese de uma construção tardo-romana, sendo no entanto provável que tenha existido um perímetro dessa época num alinhamento semelhante, cujos elementos carecem por enquanto de identificação” (De Man, 2008, p. 346). Ainda junto ao arco da Porta Nova foram identificados alguns fragmentos de cerâmica de cronologia romana, no âmbito da realização do “*Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Recreio de Faro*” (Ventura e Pereira, 2005).

O recuar da cidade para o seu núcleo genético amuralhado acaba por ser comprovado pelo aparecimento de tanques de salga nesta área, assim como o de inumações, como o caso dos da Rua Rasquinho, onde dentro dos vestígios identificados, “(...) destacam-se os enterramentos de cronologia tardo-romana (...)” (Bernardes *et al.*, no prelo, p.284).

2.5.1.3. Porto

Embora se saiba que *Ossonoba* foi uma das mais importantes cidades portuárias da região em época romana, localizada entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico, o que lhe valia as dinâmicas ligações comerciais, pouco ainda se sabe sobre o sistema portuário da mesma. As investigações arqueológicas levadas a cabo ao longo da malha urbana de Faro, assim como nas suas imediações, ainda não permitiram identificar estruturas portuárias. Sabendo também que o espaço da Ria Formosa se encontra em constante alteração, os materiais encontrados ao longo dos anos nos seus lodos tem levado a algumas considerações relativas a este tema.

Tendo em conta que em frente ao Largo de São Francisco e à estação ferroviária têm sido encontrados vários fragmentos de cerâmica de cronologia romana, sendo que no primeiro são maiores as quantidades de *terra sigillata* e no segundo os de ânforas (Bernardes, 2017, p.383), pode-se levantar a hipótese de o porto da cidade se localizar na zona hoje ocupada pelo parque de estacionamento de São Francisco, junto à área monumental da cidade. Os materiais de cronologia romana encontrados no Largo de São Francisco (Paulo, 1997) não podem, no entanto, ser tidos em consideração, pois o sítio terá sido navegável até época moderna, tendo depois iniciado uma fase de assoreamento e sido preenchido já entre os séculos XIX e XX por terras retiradas de outros pontos da cidade, como, por exemplo, do Largo da Sé. Quanto às imediações da estação ferroviária,

podemos também concordar com a sua associação a uma zona de descarga e/ou carregamento de ânforas correspondente à área industrial da cidade.

2.5.1.4. Área industrial

A área industrial que se terá vindo a desenvolver em *Ossonoba* ocuparia o espaço que hoje se enquadra entre as ruas Conselheiro Bivar e Infante D. Henrique e a Ria Formosa, com limite aproximadamente entre a zona da estação ferroviária e o Largo de Camões. Poucas são, no entanto, as informações que existem relativamente a esta área da cidade, sendo que a grande maioria dos achados é atualmente feita em contexto de obra e os resultados nem sempre são publicados ou os relatórios de escavação entregues.

Tendo em conta as alterações da linha de costa e da morfologia da Ria Formosa e a urbanização na baixa de Faro, é provável que a zona ribeirinha se localizasse aproximadamente na linha da atual Avenida da República. Já Pinheiro e Rosa, ao fazer referência a esta rua, acrescentou que seria chamada “outrora «a Ribeira»” (Rosa, 1984, p.153). Rosa incluiu esta rua na sua lista de achados de Faro devido ao aparecimento de parte de uma coluna de mármore e de três tanques de salga que foram cortados durante uma obra, e que, embora fotografados, não chegaram a ser escavados. Também segundo a Base de dados Endovélico, no contexto da construção de uma cave terá sido identificado um tanque de salga de peixe que estaria coberto por “*telhas de tipo romano*” (CNS: 6352, 2019).

Junto à Avenida da República, na Rua Conselheiro Bivar, José Cabecinha terá encontrado um prato de *terra sigillata* itálica (*Conspectus* 18.2) do oleiro aretino *Ateius*, cujo estudo foi posteriormente apresentado por Teresa Gamito e Maria Maia (1979). Já na Travessa da Alfândega, Pinheiro e Rosa noticia que foram encontradas seis ânforas, colocadas na vertical e ainda com restos de sal, escamas de peixe e *garum*, e ainda uma moeda de Nero (1984, p. 152). O então diretor do Museu de Faro afirma também que entre as ruas Conselheiro Bivar e Infante D. Henrique costumava ser encontrada muita cerâmica romana e moedas que os trabalhadores recolhiam e acabavam por vender a colecionadores.

Em 1976, foi realizada uma intervenção de emergência no espaço onde se encontrava o mosaico do Oceano, entre a Rua Infante D. Henrique e a Ventura Coelho. Esta intervenção teve a escavação dirigida por Maria Maia e Maria Luísa dos Santos, e, o levantamento do mosaico e os trabalhos de restauro, por Adília Alarcão. O estudo do espólio, assim como a reconstituição da estratigrafia, foi iniciado por Catarina Viegas

durante o projeto “*Corpus* dos Mosaicos do Sul de Portugal” e aprofundado na sua dissertação de doutoramento (Viegas, 2009; Viegas, 2011). Também segundo Pinheiro e Rosa, mais mosaicos terão sido encontrados nas proximidades, mas foram imediatamente destruídos de forma a evitar “maçadas” (Rosa, 1984, p.152).

Mais recentemente, na Rua Francisco Barreto nº32-34, foi levada a cabo uma outra intervenção em contexto de obra, dirigida pelos arqueólogos Paulo Botelho e Fernando Santos. Com a escavação em área, foi então possível pôr a descoberto parte de um sítio onde se levaria a cabo a produção de preparados de peixe que terá sido ocupado entre o séc. II, e o V (Botelho e Santos, 2017).

2.5.1.5. Área residencial

É provável que esta área se encontrasse dividida da anteriormente descrita pela via que dava acesso a *Ossonoba* desde Oeste e é também possível que esta seguisse uma direção semelhante à da atual Rua Infante D. Henrique. No entanto, ainda muito pouco se conhece sobre esta área da cidade. A recolha de elementos arquitetónicos, assim como de cerâmicas, maioritariamente em contexto de obra, leva-nos a crer que esta tenha sido a zona para onde a cidade romana se expandiu.

Pinheiro e Rosa (1984), noticiou alguns dos achados hoje conhecidos nesta área da cidade. Fora do Arco da Vila, perto do Jardim Manuel Bivar, foi encontrado um capitel visigótico e parte de uma coluna, ambos em mármore cinzento escuro. Na Praça Ferreira de Almeida, ao demolir alguns prédios para alargar a Rua, recuperaram-se à volta de 12 peças de cronologia romana, entre as quais fustes, bases e plintos, e um capitel. Já na Rua do Prior foi identificado um mosaico azul e branco.

Na Praça Alexandre Herculano/Largo da Alagoa foi descoberto um busto feminino em mármore, de características romanas e datável do período de Tibério ou Cláudio. (Rosa, 1984; Viegas, 2011, p.89).

Já na Rua 1º de Dezembro, ao demolir-se uma casa, foi encontrada uma coluna romana, em mármore, que era até então utilizada como ombreira de uma porta (Endovélico, CNS:6189, 2019). Nas proximidades desta última, na Rua Castilho nº69-71, em 2010 foi levada a cabo uma intervenção, no âmbito da remodelação de um edifício, onde foram identificados níveis e estruturas romanos (Matos, 2010).

Na Rua Serpa Pinto, n.º 37-41, realizou-se, em 2005, uma intervenção cujo material exumado correspondia a níveis alto imperiais (segunda metade do séc. I e séc. II), “(...) com conjuntos cerâmicos muito idênticos aos que nos foi possível estudar na

área onde se recuperou o mosaico do Oceano” (Viegas, 2011, p.96), sob coordenação do arqueólogo Miguel Dias. E, na Rua do Compromisso, no n.º 27, no ano de 2007 foi aberta uma sondagem, sob direção de Carla Paes, Paulo Botelho e Sónia Ferreira, em que foi identificada uma fase corresponde aos séc. III e IV d.C., relacionada com a ocupação romana do sítio (Endovélico, CNS:32970, 2019).

Voltando à Rua Infante D. Henrique, não muito distante do sítio onde foi exumado o mosaico do Oceano, foi levada a cabo uma outra intervenção, no n.º 58-60, no âmbito de uma obra levada a cabo na antiga Residencial Algarve. A abertura de sondagens no espaço que se iria integrar na unidade hoteleira foi dirigida, em 2004, por Maria Maia e possibilitou identificar algumas estruturas, assim como um vasto espólio de cronologia romana.

3. A terra sigillata da Rua Infante D. Henrique n.º 58-60

3.1. A escavação arqueológica na Rua Infante D. Henrique n.º 58 – 60

Como apontou M. Conceição Lopes, “a arqueologia comercial, recolhe nas cidades enormes quantidades de dados sem que, na maior percentagem, lhes seja dado qualquer tratamento ou realizado estudo que os valorize” (Lopes, 2018, p.329), e Faro não é uma exceção no que diz respeito a esta questão. O número de estudos realizados sobre a cidade romana de *Ossonoba* é ainda reduzido e a maior parte das intervenções levadas a cabo nos últimos anos têm sido em contexto de obra, como o caso da escavação arqueológica na Rua Infante D. Henrique n.º 58-60, Faro. Esta escavação realizou-se no âmbito do acompanhamento da obra que teve como objetivo a ampliação da antiga Residencial Algarve, desde então Hotel Sol Algarve. Os trabalhos iniciaram-se no dia 4 de outubro de 2004 e terminaram no dia 26 do mesmo mês, tendo sido dirigidos pela arqueóloga Maria Garcia Pereira Maia, por meio da Associação do Campo Arqueológico de Tavira.

No que toca à metodologia, Maria Maia optou por organizar a escavação em “(...) valas que se distribuiriam por todo o terreno, a fim de permitirem o diagnóstico de estruturas e materiais” (Maia, 2004, p.1) A remoção das terras seguiu sempre as camadas naturais, sendo que quando começaram os trabalhos arqueológicos a obra já havia sido iniciada e aquela que foi definida pela arqueóloga como a 2ª Camada Geral tinha sido removida praticamente na íntegra. Posto isto, foram abertas 7 valas, o que corresponde a

um total de 57,75 m². Toda a terra recolhida durante a intervenção foi crivada e todos os materiais encontrados foram guardados.

A informação existente relativa à escavação está presente no “*Relatório preliminar das sondagens arqueológicas realizadas no terreno da Rua Infante D. Henrique nº 58 – 60, Faro*” (Anexo II), onde, maioritariamente, é feita referência aos materiais e à estratigrafia correspondente ao período romano.

Embora tivesse havido interesse por parte do proprietário em proceder à musealização de estruturas encontradas, a equipa que terá levado a cabo os trabalhos considerou que a área escavada não tinha vestígios preservados que o pudessem justificar.

Não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de esta intervenção não se encontrar registada na Base de Dados Endovélico e de seis das fotografias a ela correspondentes se encontrarem na página do Mosaico do Oceano (Endovélico, CNS: 2996, 2019).

3.2. Metodologia de estudo

A arqueologia urbana é um meio que nos deveria ajudar a melhor compreender a história das cidades e espaços urbanos, no entanto existem várias problemáticas que acabam por tornar este processo mais complicado. O facto de estarem envolvidas várias entidades, aliado aos prazos rigorosos a cumprir e à pressão por parte de proprietários e/ou responsáveis pelas obras são alguns dos motivos que tornam esta vertente da arqueologia mais complicada de gerir ou até mesmo indesejada.

Uma outra questão é o pós-escavação. A falta de projetos de investigação para estudar os resultados das intervenções leva a que os materiais exumados sejam depositados em reservas ou depósitos de arqueologia durante anos, sem que sejam alvos de estudo. “Um exército de técnicos invadiu as grandes obras públicas e projetos privados, as escavações passaram a estar encerradas com tapumes, no interior dos quais verdadeiras ‘formigas’ removiam terra, limpando, desenhando e fotografando artefactos que seriam de novo sepultados, mas agora em armazéns (...)” (Carneiro, 2017, p.7).

Um exemplo destes casos é o espólio recolhido na escavação da antiga Residencial Algarve, que esteve armazenado nas reservas que terão pertencido ao já extinto Campo Arqueológico de Tavira desde 2004, tendo sido transferido para o Museu Municipal de Faro (MMF) no ano de 2016. Grande parte dos materiais encontrava-se inédita, sendo que apenas alguns dos *aci crinalis* foram estudados por Jaquelina Covaneiro em 2015 e apresentados com o título “*Acus crinalis*” ou *alfinetes de cabelo*. *Objectos de adorno em*

osso na Ossóbona romana” (Covaneiro, no prelo) no encontro “*O mundo animal na romanização da Península Ibérica*”, ainda sem atas publicadas. Algumas peças e/ou fragmentos são também referidos no “*Relatório preliminar das sondagens arqueológicas realizadas no terreno da Rua Infante D. Henrique n.º 58 - 60, Faro*” (Maia, 2004), único relatório existente.

Os materiais estavam divididos por 28 contentores, dado que em cada um destes se encontravam em sacos de rede ou caixas de plástico que continham etiquetas com indicações relativas ao contexto em que foram recolhidos, ou seja, a vala e a camada estratigráfica correspondentes. O espólio encontrava-se ainda por lavar, inventariar e separar por tipologias, mas devido aos recursos existentes deu-se a impossibilidade de aplicar os referidos processos a todo o espólio. A solução encontrada passou então por abrir todos os contentores e separar os materiais de acordo com a sua tipologia, tanto quanto possível, e com o contexto em que foram recolhidos. No entanto, é importante referir que alguns materiais se encontravam sem qualquer informação relativa à sua proveniência, ou a informação presente nas etiquetas já havia desaparecido.

Todos os fragmentos de cerâmica dita fina, ou de importação, (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas e lucernas) foram separados para lavar, de forma a evitar que se perdessem alguns fragmentos de *terra sigillata*, pois uma vez que não estavam limpos era difícil distinguir alguns dos materiais, principalmente os fragmentos mais pequenos. Após esta fase, os fragmentos de cerâmica de paredes finas e de lucernas foram devidamente armazenados e a *terra sigillata* foi reservada. Encontram-se agora 22 contentores, devidamente identificados com fichas do MMF, nas reservas do mesmo, onde serão submetidos, futuramente, ao devido tratamento e armazenamento por parte da equipa do museu. Em anexo poderá ser consultada uma breve listagem dos referidos contentores (Anexo III).

Seguidamente deu-se início ao processo de colagens, sendo que foi possível colar 45 fragmentos. Para tal, foi utilizada uma solução de Paraloid B72, em percentagem adequada, sempre preparada por um dos membros do Serviço de Conservação e Restauro.

Portanto, foram marcados 1615 fragmentos, no MMF, dos quais 1384 se encontravam contextualizados e 231 descontextualizados. Para a marcação dos materiais foi também utilizada uma solução de Paraloid B72 e caneta permanente. Como referido, os fragmentos foram marcados individualmente, de acordo com o modelo pré-definido pelo museu: sigla do local (neste caso utilizamos a que Maria Maia já teria utilizado nas etiquetas: RAF - Residencial Algarve, Faro), seguidamente a vala e a camada

estratigráfica onde o fragmento terá sido recolhido, o ano da campanha e, por fim, número de inventário de cada fragmento, por exemplo: RAF/V2/2/04[766]. No caso dos fragmentos sem contexto, apenas se fez referência à sigla do local, ao ano da campanha e ao número de inventário do fragmento, por exemplo: RAF/04[1590]. Existiam ainda, em algumas etiquetas que acompanhavam os materiais, informações relativas à sua deposição que achámos importante manter, de forma a respeitar e a não alterar o trabalho feito pela equipa responsável pela escavação. Registaram-se então os seguintes apontamentos: “Vala 1, Camada 2 - fogueira”: RAF/V1/2F/04[]; “Vala 3, Camada 3 - areia”: RAF/V3/3A/04[]; “Vala 3, derrube”: RAF/V3/D/04[]; “Vala 3, pavimento”: RAF/V3/P/04[]; “Testemunho 3/4”: RAF/T3.4/2/04[]; “Testemunho 3/4, lado Oeste - 2ª Camada”: RAF/T3.4/LO.2/04[]; “perímetro Leste”: RAF/PL/3/04[]; “sobre o muro Leste”: RAF/SML/5/04[]; “dentro da parede”: RAF/DP/3/04[]; “aprumo da parede Sul”: RAF/APS/04[]; e recolhidas de superfície como: RAF/V3/Sup/04[], RAF/V4/Sup/04[] ou RAF/Sup/04[].

No Hotel Sol Algarve encontram-se também expostos alguns fragmentos recolhidos pelo ex-proprietário nas terras revolvidas ao longo do decorrer da obra. Neste conjunto apenas se encontram três fragmentos de *terra sigillata* que, embora sem contexto, foram incluídos no presente estudo. Estes materiais encontram-se em vitrinas, acompanhados por um breve texto explicativo e algumas fotografias da escavação que também nos foram facultadas (Figuras 11 a 15 – Anexo II).

Na totalidade foram inventariados 1618 fragmentos que foram utilizados numa primeira análise quantitativa. Seguidamente seleccionámos todos os fragmentos “diagnósticos”, ou seja, todos os fragmentos com características que tornariam possível a identificação da sua forma e/ou decoração e a consequente procura de paralelos. É importante mencionar que, por se tratar de um local situado em contexto urbano, as terras já haviam sido movimentadas várias vezes, o que justifica o elevado estado de fragmentação dos materiais. Devido a este motivo, apenas 568 fragmentos foram seleccionados e não foi possível identificar a forma ou precisar a decoração de 171 (ver Quadro 2 e Gráfico 1 – Anexo IV). Embora estes continuem inseridos no grupo dos diagnósticos, a sua forma é definida como “indeterminada”.

Devido ao facto de existirem muitos fragmentos com dimensões milimétricas tornou-se necessário pesar os grupos de fragmentos *suprarreferidos*, de forma a estabelecer uma relação quantidade/peso dos mesmos. Assim, e como se pode ver representado no Quadro 3 e no Gráfico 2 (Anexo IV), os 568 fragmentos diagnósticos

têm um peso de 3248g., superior ao dos 1051 “não-diagnósticos”, que corresponde a 3186g. Estes valores refletem, de certa forma, as pequenas dimensões do elevado número de fragmentos não-diagnósticos.

Para a elaboração da base de dados geral foi utilizado o *software FileMaker Pro 15*, assim como para o catálogo, que foi criado em simultâneo. Na base de dados geral (Anexo VIII) é possível ver o registo de todos os fragmentos dividido em 18 campos diferentes, como, por exemplo: número atribuído ao fragmento; número de inventário; vala e camada – informação relativa ao contexto; fragmento – a que parte da peça pertence; categoria – tipologia; forma; altura; diâmetros; espessuras; colagens; cor do engobe; cor da pasta; fabrico; local de depósito. No catálogo (Anexo VII) estão presentes fichas descritivas preenchidas apenas para os fragmentos diagnósticos, com indicações mais detalhadas e fotografias dos mesmos.

Não se tendo realizado quaisquer análises laboratoriais, os fragmentos foram apenas analisados macroscopicamente através de uma lupa. Deste modo, as pastas correspondentes aos fabricos itálicos, sudgálicos e hispânicos foram agrupadas de acordo com a sua cor, existência ou não de inclusões e as suas dimensões, e textura, ou seja - textura fina: pasta lisa; textura média: pasta onde distingue alguma granulosidade através de observação à lupa; textura grosseira: pasta em que se observa a granulosidade sem lupa. Esta caracterização das texturas foi já utilizada noutros estudos para caracterizar as pastas hispânicas (Viegas, 2003a, p. 30; Carvalho, 1998, p. 17, nota 21, p. 17 *apud* Silva, 2010, p.22), pois as restantes são, por norma, finas.

No entanto, e como já referido, o tamanho dos fragmentos é, por vezes, muito reduzido, muitos dos engobes encontravam-se em mau estado de conservação e até a sua cor pode ter sido afetada por inúmeros motivos. Estas questões vieram dificultar a análise dos fabricos, principalmente dos correspondentes às importações africanas. Os fabricos de origem africana podem ser subdivididos, dentro de cada categoria, como A1, A1/2 e A2, ou C1, C2, C3, C4 e C5, ou ainda D1 e D2, com base nas diferentes espessuras dos engobes, no seu brilho e polimento ou na extensão da superfície revestida. Uma divisão dos fragmentos em estudo, de acordo com estas subcategorias, feita com base nos critérios referidos poderia acabar por nos conduzir a atribuições erróneas. Assim sendo, os fabricos das importações africanas são apresentados apenas como A, A/D, C e D.

Não podemos esquecer também a necessidade de recorrer a análises de laboratório para uma melhor atribuição de subcategorias, como referido por Catarina Viegas, “(...) estudos recentes (...), têm chamado a atenção para a necessidade de utilização de métodos

laboratoriais, esses sim capazes de identificar distintos fabrico de diferentes áreas de produção” (Viegas, 2011, p.48). E, este ponto aplica-se também, por exemplo, na distinção entre as pastas hispânicas pois nem sempre é fácil fazer uma distinção correta entre algumas pastas mais finas de Andújar e as de La Rioja.

No que diz respeito ao revestimento das peças de *terra sigillata* (TS), não existe um termo universal para o descrever, variando, usualmente, entre “engobe” e “verniz”. Neste caso optámos pela utilização do primeiro uma vez que a sua composição não contem qualquer substância oleosa (Arruda, 1993b, p. 309; Viegas, 2003a, p.28 e Quaresma, 2003, p.21). Em bibliografia internacional é também comum a utilização do termo “glanztonfilm”.

Para uma descrição mais precisa das características e da coloração das pastas e engobes, recorreremos ao código de cores presente na tabela de Munsell Soil-Color Charts (2010), embora nunca esquecendo que estas são apenas uma aproximação à cor real e também que os elementos a que as cerâmicas são expostas ao longo dos tempos acabam por ser uma condicionante.

A cerâmica de imitação de produção bética (ou *terra sigillata* hispânica precoce), antes definida como *sigillata* tipo Peñaflor, foi também incluída neste estudo pois, embora a sua atribuição a produções de TS esteja ainda em discussão, as suas formas imitam as de TS itálica, TS sudgálica, cerâmica de verniz vermelho pompeiano e cerâmica de paredes finas, e eram também utilizadas como cerâmica de mesa. Assim sendo, embora ao abordar o conjunto de uma forma geral o termo utilizado maioritariamente seja *terra sigillata*, não ignoramos o facto de esta terminologia suscitar muitas duvidas no meio científico. Foram também incluídos no estudo três fragmentos de lucernas de *terra sigillata*, uma vez que a sua produção é em TS Africana C e D.

Optámos, portanto, e sem nos debruçarmos intensivamente sobre subcategorias, por dividir os diferentes grupos em estudo da seguinte forma (ver também Quadro 16 – Anexo IV):

Categoria:	Fabrico:	
<i>Terra Sigillata</i> Itálica (TSI)	Pasta:	Engobe:
<i>Terra Sigillata</i> Sudgálica (TSSG)	1.	A.
Cerâmica de imitação de produção bética (CI)	2., 3. ou 4.	B., C., D., E., F. ou G.
<i>Terra Sigillata</i> Hispânica (TSH)	5.	H. ou I.
	6., 7., 8. ou 9.	J., K., L., M., ou N.

Categoria/Fabrico:

Terra Sigillata Africana A (TSA A)

Terra Sigillata Africana A/D (TSA A/D)

Terra Sigillata Africana C (TSA C)

Terra Sigillata Africana D (TSA D)

Outras categorias:

Terra Sigillata Luzente (TSL)

As formas foram classificadas de acordo com as principais tipologias e variantes de referência existentes para cada uma das categorias acima referidas. No caso da TSI recorreu-se às formas da obra “*Conspectus*” (Ettlinger *et al.*, 1990); no que toca à TSSG e TSH a questão torna-se mais complexa, pois várias são as tipologias existentes, sendo que no presente trabalho, dadas as formas identificadas, apenas foram utilizadas as de Dragendorff e de Ritterling para a primeira categoria e as de Dragendorff, e Hispânica para a segunda; ainda relativamente à TSSG procurámos também paralelos para as suas decorações em várias obras de referência (Atkinson, 1914; Bourgeois e Mayet, 1991; Dannel, Dickinson e Vernhet, 1998; Hermet, 1934; Knorr 1912; 1952; Mees, 1995; Nieto e Puig, 2001; Oswald 1964a e b) e no “*Samian Research Database*”; a tipologia de Martínez (1987 e 1989) foi a utilizada para identificar as formas de CI; e, para TSA as formas de Hayes e El Mahrine foram as adotadas.

O estudo das marcas de oleiro sudgálicas foi feito com recurso ao “*Samian Research Database*” e à obra de Polak (2000). Já as duas marcas hispânicas existentes são de leitura impossível.

Após a separação dos fragmentos por formas foi então necessário proceder à contagem do Número Mínimo de Indivíduos (NMI). Para tal, recorreremos à proposta do Protocolo de Beuvray (1998), que sugere que o cálculo seja feito através da contagem do fragmento diagnóstico mais frequente em cada unidade estratigráfica, podendo este ser o bordo, fundo, carenas, entre outros pormenores que permitam identificar as formas (Quadro 14 e Gráfico 8 – Anexo IV). Os cálculos de percentagens, quadros, tabelas e gráficos foram executados com recurso ao *software Excel 2016*.

Todos os fragmentos diagnósticos foram fotografados com uma máquina fotográfica Canon EOS100D e lente EF-S24MM f/2.8 STM, sempre com escala e luz natural, com exceção para as marcas de oleiro e grafito que foram fotografados com luz artificial branca. A sua edição foi feita em *Adobe Photoshop CC 2015*. Os desenhos, por

sua vez, foram feitos manualmente à escala 1:1 e as tintagens foram executadas no *software Inkscape*. Devido ao reduzido tamanho característico de grande parte dos fragmentos, optámos por reduzir todas as estampas (Anexo VI) à escala 1:2, de acordo com a sua categoria, seguida pela forma e por tamanho crescente dos diâmetros, sendo que apenas as marcas de oleiro e grafito são apresentadas à escala 1:1.

Nesta dissertação é apresentado um estudo cronotipológico das várias formas de TS por nós identificadas. A procura de paralelos¹ para auxílio do mesmo, assim como para a realização de um breve enquadramento histórico-arqueológico, foi levada a cabo em obras e/ou estudos relativos a sítios portuários ou próximos do litoral, principalmente a Sul do Tejo, em que o sistema de abastecimento fosse, de certa forma, semelhante.

Tivemos sempre em conta que, tal como apontou Ana Patrícia Silva “a comparação de conjuntos cerâmicos de sítios de natureza diferente ou com um passado de investigações arqueológicas desigual pode induzir em erro. Ainda assim, o confronto com outros sítios pela ausência ou presença de determinada forma pode fornecer informação importante para o estudo (...)” (2010, p. 104). Optámos então por procurar paralelos em cinco sítios urbanos: Faro, *Balsa* e Castro Marim (Viegas, 2011), Belo (Bourgeois e Mayet, 1991) e Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012), e também em dois sítios rurais, a Oficina de salga 1 de Tróia (Silva, 2010) e a *villa* de Pedras d’el Rei (Viegas e Dinis, 2010), nas proximidades de *Balsa*.

Embora existam diferentes padrões de consumo entre os sítios urbanos e os rurais, pareceu-nos interessante perceber se as formas existentes em maior quantidade são comuns. Tivemos sempre em conta que estes sítios rurais apresentam também cronologias de ocupação com um início e fim mais tardios, relativamente ao sítio em estudo, e que todas estas são realidades distintas. Por esse motivo, a comparação feita tem como principal objetivo entender se as formas por nós estudadas são também comuns às que se encontram em maior ou menor número nos outros sítios arqueológicos e se o conjunto em estudo acaba por ser, ou não, semelhante aos estudados até então.

Relativamente a Faro, fizemos uma pequena abordagem ao estado do conhecimento sobre as importações de TS da cidade e uma comparação entre as várias áreas da mesma.

Também tentámos estabelecer uma relação entre os contextos descritos nas etiquetas e os referidos no relatório, de forma a facilitar a elaboração do estudo

¹ Embora ao longo do texto seja feita referência a alguns, no catálogo da coleção encontram-se enumerados os paralelos identificados, nos sítios em comparação, relativos a cada forma.

cronoestratigráfico. Embora a estratigrafia do sítio em estudo estivesse pouco preservada, foi-nos possível identificar dois níveis de ocupação do local, compatíveis com os maiores picos de importação de TS identificados no estudo cronotipológico.

3.3. Análise tipológica

3.3.1. Terra sigillata itálica

A *terra sigillata* itálica começou a ser produzida em cerca de 40 a.C. sendo que as grandes oficinas se situavam em Arezzo, Pisa e Pozzuoli, existindo depois outras de menores dimensões. O início da sua produção poderá estar ligado à da cerâmica campaniense, ou de verniz negro, pois é possível notar, em alguns materiais, que terá existido uma fase de testes relativos aos métodos de cozedura e à obtenção de bons engobes vermelhos (Viegas, 2011, p.130). A sua proveniência é impossível de distinguir macroscopicamente, sendo então necessário recorrer a análises de laboratório para distinguir as pastas de cada *atelier*. No entanto, este segundo processo encontra-se ainda em desenvolvimento, havendo grupos químicos cujo local de produção ainda se desconhece (Quaresma, 2012, p.81).

O período em que estes materiais eram fabricados e exportados em maior quantidade e qualidade deu-se nas últimas décadas do séc. I d.C. Fenómeno que entrou em crescente diminuição a partir do principado de Tibério, sendo que a sua produção continuou a ser levada a cabo, em menor escala, no Norte de Itália, até à época flaviana (Silva, 2010, vol II).

Como já referido anteriormente, o conjunto de *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 encontra-se muito danificado e grande parte dos fragmentos são de dimensões extremamente reduzidas. Assim sendo, identificámos apenas um grupo de pastas e um de engobes relativos a esta categoria cerâmica (Quadro 16 – Anexo IV).

A TSI apenas se encontra representada por três fragmentos, sendo o número de diagnósticos, assim como o NMI, apenas dois, o que corresponde a 0,54% do conjunto em estudo (Quadro 14 e Gráfica 8 - Anexo IV). O conjunto total tem um peso de 7g, e os fragmentos diagnósticos de 3g (Quadro 3 – Anexo IV).

A Consp. 20.4, foi única forma identificada na Rua Infante D. Henrique nº 58-60.

Pratos

Conspectus 20.4 (?)

O fragmento nº2 foi por nós associado à forma Consp. 20.4, com uma cronologia balizada entre 40 e 80 d.C. (Passelac, 1993, p.560), embora com incertezas. Para além do seu tamanho reduzido, esta peça tem o engobe danificado e aparenta estar queimada ou manchada. O tom acinzentado que adquiriu não nos permite compreender qual teria sido a cor original quer do seu engobe, quer da sua pasta, embora esta última, ao efetuar um leve corte, pareça ser de tom castanho vermelho claro.

O seu diâmetro é de 130 mm, um pouco mais reduzido que o habitual nesta tipologia, o bordo é perolado com uma canelura no interior e o pouco que se conserva do bojo é quase vertical. Ao tratar-se da forma Consp. 20.4, não nos é possível definir se se trataria de uma 20.4.2 ou 20.4.4, pois ambas têm bordo perolado e canelura no interior. Sendo que as características que melhor as distinguem se encontram no bojo, como a sua curvatura ou a decoração aplicada, a pequena parte conservada aqui existente vem impossibilitar esta diferenciação.

Bordo Indeterminado

No que diz respeito ao nº1, o que nos conduziu a esta identificação foi a sua pasta fina de tom castanho vermelho claro. O seu engobe vermelho encontra-se muito danificado, o que não nos permite fazer uma melhor análise.

Quanto à forma, não foi impossível fazer qualquer atribuição tendo em conta o reduzido tamanho do fragmento. No entanto, a orientação do bojo e a forma do bordo acabam por ser semelhantes à Consp. 3.3.1. A Consp. 3 é uma das formas desta produção com maior longevidade em termos de produção, cujo início é datado antes da primeira metade do séc. I d.C. (Ettlinger, *et al.* 1990, pp.56-57).

3.3.2. Terra sigillata sudgálica

As primeiras produções gálicas de *terra sigillata* localizavam-se na zona de Lyon (La Murette) e tinham como base as formas itálicas, pois o seu início de produção deu-se ainda durante o auge destas últimas. A introdução das novas formas data do segundo quartel do séc. I d.C. (Polak, 2000, pp.22-23).

As produções sudgálicas, por sua vez, foram levadas a cabo por um conjunto de oficinas existentes no Sul da Gália, associadas a Montans e, principalmente, a La Graufesenque, maior centro produtor da região. Este centro exportava para praticamente

todo o Império (Polak, 2002, p.25), era o principal a abastecer os contingentes militares do *limes* germânico e era também o principal fornecedor dos mercados da região que hoje corresponde ao Algarve (Viegas, 2011, p.130).

Esta produção começou a ganhar mais importância no final do principado de Tibério e inícios de Cláudio, sendo que foi no início do de Nero que as peças produzidas tinham uma melhor qualidade. Entre 100 e 120 deixaram de exportar em longa distância (Polak, 2000, p.25). Montans, por sua vez, produziu até cerca de 175 d.C., mas a partir do final do séc. I d.C. começou a reduzir as exportações (Polak, pp. 19-20).

“La Graufesenque e Montans são actualmente considerados dois grupos geoquímicos bem distintos, com fácil distinção ao nível das pastas, que apenas raramente se aproximam, quando os produtos de Montans não apresentam a sua normal cor clara, mas antes pastas mais avermelhadas” (Quaresma, 2012, p.84). No que diz respeito aos fabricos identificados, associamos todos a La Graufesenque devido à grande semelhança das suas pastas.

Segundo Maurice Picon (2002, p.151) as produções de *sigillata* de La Graufesenque que tiveram uma maior difusão eram fabricadas em fornos que atingiam temperaturas entre os 1050°C e os 1100°C e a sua cozedura correspondia ao modo C. Já Vernhet (1986, p. 100) aponta os fabricos de La Graufesenque como tendo pasta fina, dura, de cor bege rosado, com pequenas partículas brancas de calcário, e verniz vermelho coral, semi-vitrificado e muito aderente. Deste centro produtor são ainda características as peças de engobe marmoreado, de cor amarela com veios avermelhados, anteriormente datadas entre 40 a 70 d.C., datação que, de acordo com estudos recentes, já foi alargada para a totalidade do período de produção de La Graufesenque (Genin, 2006, pp. 231-243; Genin et al., 2007; Viegas, 2011, p.142; Quaresma, 2012, p.98).

Assim sendo, foi-nos possível distinguir três pastas com características diferentes. A questão dos engobes tornou-se mais complexa pois muitos encontravam-se danificados e/ou até mesmo alterados, assim optámos por dividi-los em seis grupos (Quadro 16 – Anexo IV). No entanto, não nos foi possível tirar quaisquer conclusões relativamente à sua distribuição por unidades estratigráficas ou até por formas, visto que esta é de certa forma igualitária.

A TSSG encontra-se representada, no conjunto em estudo, por um total de 425 fragmentos, sendo os diagnósticos 194, conjuntos estes com peso de 1345 e 853g., respetivamente (Quadro 3 – Anexo IV). O NMI, por sua vez corresponde a 127, ou seja, 34,32% (Quadro 14 e Gráfica 8 – Anexo IV).

Em termos de formas, o conjunto de TSSG não é muito variado, ainda assim é a categoria que apresenta uma maior diversificação (Gráfico 9 – Anexo IV). A maior parte são formas lisas (90 NMI), divididas por 11 tipologias (e respetivas variantes, quando possível a distinção).

As mais antigas, como as Ritt. 8 A e 9 B, encontram-se representadas por apenas dois indivíduos cada. As formas Drag. 18 e 27 são as mais comuns, e no caso da 27, a grande maioria pertence à variante C, mais tardia, seguem-se as Drag. 24/25, 35/36 e 15/17 (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV).

As formas decoradas (37 NMI), por sua vez, dividem-se por apenas 4 tipologias, e respetivas variantes, havendo ainda 42 fragmentos decorados de forma indeterminada. A Drag. 37 é a forma que se encontra representada por um maior número, seguida pela Drag. 29 (Quadro 6 e Gráfico 3 – Anexo IV). Relativamente às decorações, o mau estado de conservação dos fragmentos não nos permitiu encontrar muitos paralelos para as mesmas, de forma a estreitar a sua cronologia. Apenas foi possível aplicar esse processo a seis fragmentos (n^{os} 126, 129, 131, 152, 153, 154), cujas cronologias estão compreendidas maioritariamente entre 50/60 d.C. e 82/85 d.C., com exceção do n^o 153, que é mais antigo (40 d.C. – 60 d.C.) (Quadro 20 - Anexo IV).

Quanto às marcas de oleiro, dentro do conjunto TSSG encontram-se sete, sendo que foi possível atribuir leitura a quatro (Quadro 17 – Anexo IV e Estampa 12): *Licinus*, *Vimus* (*Vimius*), *Sabinus iii* e *Firmo i*. Todos estes se encontram associados a La Graufesenque, com exceção de *Sabinus iii* que também terá produzido em Le Rozier e, provavelmente, em Banassac (<http://www.rgzm.de/samian>, consultado a 11.01.2019). A cronologia a que estas marcas nos direciona baliza-se entre 30 d.C. e 80 d.C., o que, de certa forma, concorda, com as das decorações.

No que diz respeito às peças marmoreadas (n^{os} 8, 27, 82, 103, 173 e 185), identificaram-se 16 fragmentos, sendo cinco o NMI. Dois fragmentos são ainda decorados.

As importações sudgálicas da Rua Infante D. Henrique n^o 58-60 têm um período balizado entre os anos 30/40 d.C. e 100/125 d.C. (Gráfico 10 e Gráfico 11 – Anexo IV).

Formas Lisas

Pratos

Dragendorff 15/17

O conjunto de fragmentos identificados como Drag. 15/17 é composto por 10 elementos (n^{os} 3-12), o que corresponde a 11,11% das formas sudgálicas lisas (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 2).

A cronologia associada a estas produções inspiradas na forma Consp. 19.2 será balizada entre os inícios do séc. I d.C. e os inícios do II. Contudo existem características que permitem estreitar esta análise, como a altura, a abertura das paredes e a forma como a moldura presente no exterior se evidencia. De acordo com José Carlos Quaresma (2012, p.88), é possível notar diferenças na fisionomia desta forma, nos níveis da calçada do séc. I de La Graufesenque, como o aumento dos diâmetros ou uma parede externa mais côncava, assim sendo propomos a associação dos números 6 e 7 a uma fase mais recente da sua produção, após 60 d.C., e dos números 3 e 12 a uma mais antiga. No entanto, é muito difícil fazer uma análise deste género a todo o conjunto devido ao seu estado fragmentário. Também não existe uma grande discrepância nos valores dos diâmetros, estes apenas puderam ser medidos em 5 peças e variam entre os 110 e os 162 mm.

Dragendorff 18

A forma Drag. 18 é representada nesta coleção por 18 peças (n^{os} 13 a 30), correspondendo a 18,89% das formas lisas de produção sudgálica (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampas 2 e 3).

Estes pratos têm como influência as formas Ritt. 1 ou as Consp. 4.3, e são muito comuns nas produções de TSSG e foram datados por Polak (2000, p.91) entre os anos 10 d.C. e 120 d.C. As características que permitem distinguir as produções mais antigas das mais recentes são associadas à carena que inicialmente faz uma clara separação entre o bojo e o fundo, ao aumentar do diâmetro dos bordos (Quaresma, 2012, p.89), ao arredondar do bojo, ao bordo que começa a ter um aspeto mais perolado, assim como à altura da peça que começa a aumentar (Silva, 2010). No entanto apenas temos seis peças em que a secção se conserva até à carena, local onde se dá a sua fratura, facto que nos leva a optar por não fazer uma distinção entre fases de produção, pois existe um grande risco de sermos induzidos em erro. Notou-se também alguma dificuldade em distinguir esta forma da Drag. 27, nos fragmentos de menores dimensões.

De destacar ainda o nº 27, marmoreado. Esta peça tem uma morfologia ligeiramente diferente das restantes identificadas como Drag. 18, o que nos deixou com algumas dúvidas, no entanto o seu tamanho reduzido não nos permitiu uma melhor avaliação. O seu diâmetro, de 236 mm, é também maior que o das restantes peças que se situam entre os 108 e os 186 mm.

Fundos de pratos indeterminados

No grupo que corresponde à *terra sigillata* importada do Sul da Gália encontram-se 8 fragmentos de fundos de pratos indeterminados (nºs 31 a 38). Estes não foram incluídos nos cálculos do NMI por poderem pertencer à mesma peça que algum dos bordos já apresentados. Apesar disso achamos relevante fazer uma breve referência às suas características.

Os valores das medidas dos seus diâmetros situam-se entre os 60 e os 102 mm e, com exceção do nº 37, todos têm pé de anel de secção triangular. O nº 37, único com a secção do pé retangular, apresenta decoração em guilhoché no fundo interno.

Tigelas

Ritterling 5

A Ritt. 5 é associada por Polak (2000, p.114) à itálica Consp. 22. Apenas dois fragmentos desta coleção foram atribuídos à forma Ritt. 5 C (nºs 39 e 40), datada entre 30 e 50 d.C (Passelac e Vernhet, 1993, p.577), o que equivale a apenas 2,22% do conjunto de formas lisas de TSSG (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 4).

A atribuição desta variante a estes dois fragmentos deve-se à sua morfologia, pois embora ambos sejam de pequenas dimensões nenhum tem decoração em guilhoché e a orientação do bojo é vertical, o que não acontece nas variantes A e B. Apenas foi possível medir o diâmetro do nº 38, 108 mm.

Ritterling 8

A forma Ritt. 8, que poderá derivar da Consp. 36.3 (Polak, 2000, p.114), também se encontra representada neste conjunto, sendo que dois fragmentos se integram na variante 8 A (nºs 41 e 42) e cinco na 8 B (nºs 43 a 47), correspondendo estes valores a 2,22% e 5,56%, respetivamente, do conjunto de produções de formas lisas provenientes do Sul da Gália (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 4).

Trata-se de uma taça hemisférica em que a principal característica que nos permite distinguir as duas subcategorias é a forma do bordo. Na Ritt. 8 A o bordo é anguloso, uma vez que na 8 B é de topo arredondado e se destaca do bojo por uma canelura existente no interior e outra no exterior. A sua produção também foi levada a cabo em períodos distintos, tendo a da 8 A sido datada ente 15 d.C. e 30 d.C. e a 8 B entre 30 d.C. - 80 d.C (Passelac e Vernhet, 1993, p.577).

Ao avaliar diâmetros dos bordos destas duas variantes é possível observar que a Ritt. 8 A é detentora de valores superiores, 116 e 120 mm. Já os inferiores são pertencentes à 8 B, entre 50 e 92 mm.

No nº 43 observa-se o que parece ser uma perfuração para reparação.

Ritterling 9

Somente dois fragmentos foram identificados como Ritt. 9 B (nºs 48 e 49), o que corresponde a apenas 2,22% do conjunto de formas lisas de TSSG (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 4). A Ritt. 9 é a equivalente sudgálica da forma Consp. 26 (Polak, 2000, p.117).

A atribuição desta variante, datada entre 15 d.C. e 70 d.C. (Passelac e Vernhet, 1993, p.577), a estes dois fragmentos deve-se sobretudo à ausência da decoração em guilhoché característica da 9 A e à forma do bordo, mais saliente e de topo aplanado. Os seus diâmetros apresentam medidas de 82 e 94 mm.

Dragendorff 24/25

Esta é uma tipologia, inspirada nas Consp. 33 e 34 (Polak, 2000, p.117), muito comum no que diz respeito às produções do Sul da Gália, e datada por Michel Passelac e Alain Vernhet (1993, p.573) entre 15 d.C. e 120 d.C. Os fragmentos de Drag. 24/25 identificados nesta coleção são 12 (nºs 50 a 61) e equivalem a 13,33% das formas lisas de TSSG (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampas 4 e 5).

As características desta tipologia sofrem alterações consoante o decorrer da sua produção, como a diminuição dos diâmetros e o conseqüente aumento da profundidade da peça, a decoração em guilhoché duplo acaba por dar lugar ao vertical a partir da segunda metade do séc. I, e a espessura das paredes começa a estreitar (Quaresma, 2012, pp.94-95). Nos casos por nós estudados quatro apresentam guilhoché duplo, números 50, 52, 54 e 56, e apenas foi possível medir o diâmetro de três fragmentos, números 50, 51 e 52 (108, 68 e 90 mm, respetivamente). Podemos então observar que o nº 51, de menor

diâmetro é decorado por roleta vertical, no entanto não se notam alterações significativas nas restantes características. Este tipo de decoração é também utilizado nos números 53, 55, 57 e 58. Sugerimos então, embora com algumas reticências, a atribuição de uma cronologia mais tardia, a estes fragmentos, assim como a de uma mais antiga aos anteriormente referidos. Já os números 59, 60 e 61 não têm qualquer decoração para além da moldura arredondada, característica desta forma.

Dragendorff 27

O conjunto de fragmentos identificados como Drag. 27 é constituído por 18 indivíduos, sendo que dois se integram na variante 27 B (n^{os} 62 e 63) e cinco na 27 C (n^{os} 64 a 79), correspondendo estes valores a 2,22% e 17,78%, respetivamente, do conjunto de produções de formas lisas provenientes do Sul da Gália. Foram ainda dados à estampa dois fragmentos de bojo, embora não tenham sido contabilizados no NMI pelas razões já aduzidas *supra* (n^{os} 80 e 81) (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 5).

Esta forma, com raízes nas itálicas Consp. 31 e 32 (Polak, 2000, p.118), corresponde a uma taça cujo bojo é dividido em duas partes arredondadas. A principal característica que nos permite distinguir as suas subcategorias é a forma do bordo, sendo que na Drag. 27 A (10 d.C. e 40 d.C.) é de topo arredondado e destaca-se do bojo por uma canelura na parte exterior, na 27 B (40 d.C. e 80 d.C.) é anguloso e na 27 C (80 d.C. e 120 d.C.) perolado (Passelac e Vernhet, 1993, p.573). Existe ainda outra característica que ajuda nesta distinção, trata-se da decoração em guilhoché característica da 27 A e das formas mais antigas das 27 B e 27 C.

Entre outras sugestões que nos pudessem ajudar a distinguir as produções mais tardias das mais antigas, Polak (2000, p.106) refere, por exemplo, o aumento dos diâmetros, e, nos desenhos apresentados por Passelac e Vernhet (1993, p.573) podemos ver que a 27 B teria uma altura reduzida em relação às duas outras variantes. Todavia, na coleção em estudo não se conserva nenhum perfil completo desta forma para que possamos observar com clareza esta última característica. Já em relação à questão dos bordos podemos sugerir a inclusão dos números 62 a 67, com diâmetros entre os 39 e os 78 mm numa fase de produção mais antiga e os números 68 a 72, cujos valores se encontram entre 90 e 116 mm, numa mais tardia, pois “vessels of 80 mm or less are probably earlier than A.D. 80, and those with diameters of more than 90 mm generally stem from the Flavian period” (Polak, 2000, p.106).

Os números 71 e 72, por sua vez foram inseridos neste grupo com muitas dúvidas, principalmente devido à forma pouco comum do bordo, assim como à medida do diâmetro do nº 74 (224mm), no entanto o perfil conservado de ambos possui um bojo em quarto de círculo que nos remete para uma associação a esta forma.

Como referido *supra* notou-se alguma dificuldade em distinguir esta forma da Drag. 18, nos fragmentos de menores dimensões.

Dragendorff 33

A forma Drag. 33 deriva da itálica Consp. 15 e está representada nesta coleção por 5 fragmentos (nºs 82 a 86), de muito reduzidas dimensões, o que equivale a 5,56% do conjunto de formas lisas de TSSG (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 5). Esta forma encontra-se datada entre 20 d.C. e 160 d.C. (Passelac e Vernhet, 1993, p.574).

Seria de certa forma arriscado proceder a uma divisão por variantes pois nenhum dos perfis conservados se encontra completo e, embora tenhamos calculado os diâmetros dos bordos (que se situam entre os 80 e os 98 mm), não temos conhecimento da forma do ângulo entre os bojós e os fundos, assim como da altura total das peças, pontos essenciais para proceder corretamente a essa distinção.

Fundos de tigelas indeterminados

Dentro do conjunto TSSG encontram-se 11 fragmentos de fundos de tigelas indeterminados (nºs 88 a 98). Tal como já referido no caso dos fundos de pratos indeterminados, estes não foram incluídos nos cálculos do NMI (Quadro 5 – Anexo IV e Estampa 3).

Neste grupo destacam-se os números 93 e 94 devido às marcas de oleiro, tema desenvolvido *infra*. As medidas dos diâmetros dos fundos de tigelas indeterminados apresentam valores entre os 28 e os 72 mm e, com exceção do nº 90 que tem pé de anel de secção triangular, todos têm secção retangular.

Pratos/Tigelas

Dragendorff 22

Apenas um fragmento (nº87) representa esta forma no conjunto de TSSG. Trata-se de um fundo identificado como Drag. 22 A que corresponde a 1,11% do conjunto de formas lisas (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 6). A datação desta variante encontra-se balizada entre 40 e 100 d.C. (Passelac e Vernhet 1993, p.572).

Embora esta peça tenha pequenas dimensões de perfil conservadas, o que nos levou à atribuição desta foi o fundo plano, o pé de anel de secção arredondada e a ligeira curvatura que se nota no arranque do bojo conservado. Como se pode ver representada por Passelac e Vernhet (1993, p.572), esta é uma forma de tigela ou prato de forma cilíndrica que se distingue da variante 22 B pelas morfologias do bojo e do fundo, e pelas medidas dos diâmetros que são superiores na segunda forma. O diâmetro do fundo em estudo é de 140 mm.

Dragendorff 35/36

Estas formas dos chamados “serviços flavianos” estão representados nesta coleção por 16 fragmentos (nºs 102 a 117), sendo que foi possível enquadrar três na forma Drag. 35 (nºs 102 a 104) e dois na 36 (nºs 105 e 106), os restantes foram impossíveis de distinguir devido às suas pequenas dimensões. Deste modo, temos a Drag. 35 a corresponder a 3,33% das formas lisas de TSSG, a Drag. 36 a 2,22% e as definidas como Drag. 35/36 a 12,22% (Quadro 5 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampas 6 e 7).

Trata-se de formas de taça e de prato com bordo em aba, arredondado, decoração em barbotina com elementos de folha d’água, ambas datadas entre 60 d.C. e 160 d.C., mas os motivos decorativos apenas perduram até 120 d.C. (Quaresma, 2012, p.91; Passelac e Vernhet, 1993, p.578). Três das peças em estudo não apresentam decoração, números 102, 103 (marmoreado) e 117, todavia há que ter em conta que o último é um fragmento de dimensões muito reduzidas logo não é de excluir a possibilidade de este ter pertencido a uma peça decorada. As medidas dos diâmetros das peças identificadas como Drag. 35 encontram-se entre os 98 e os 124 mm enquanto as identificadas como Drag. 36 têm valores de 152 e 174 mm.

Formas Decoradas

Cálices

Dragendorff 11

A forma Drag. 11 foi atribuída unicamente a três fragmentos desta coleção, embora sempre com algumas dúvidas. (Quadro 6 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 7). O nº 118 é um fragmento de bojo cuja moldura no exterior e canelura no interior, ao mesmo nível, assim como a decoração em guilhoché duplo, nos remetem para a ligação entre bordo e bojo existente nas variantes B e C da forma aqui proposta. Já os nºs 130 e 131 foram identificados como Drag. 11 ou 30 devido à tipologia dos óvulos que, de

acordo com A. Bourgeois e F. Mayet (1991), se encontra presente em peças de ambas as formas. Estes fragmentos correspondem a 2,70% e a 5,41% do conjunto de formas decoradas de TSSG.

Esta forma encontra-se dividida em 5 variantes por Passelac e Vernhet (1993, pp.570-571) e a sua produção é balizado entre os anos 10 d.C. e 80 d.C., embora apenas as variantes A e B alcancem este limite. Por sua vez, a produção das variantes C, D e E termina em cerca de 40 d.C.

Taças

Dragendorff 29

Esta forma está representada no conjunto em estudo por 10 fragmentos (n^os 119 a 126 e 152 a 153), no entanto os números 123 e 124, correspondem à variante B, enquanto os 125, 126, 152 e 153 foram identificados como Drag. 29 ou 37. Assim sendo, os números 119 a 122 correspondem a 10,81% do grupo de formas decoradas de TSSG, os números 123 e 124 a 5,41% e os restantes a 10,81% (Quadro 6 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampas 8 e 10).

São duas as variantes atribuídas à Drag. 29, sendo a 29 A datada entre 10 d.C. e 40 d.C. e a 29 B entre 40 d.C. e 90 d.C. A sua principal distinção é feita, principalmente, através da existência, ou não, de uma carena na parte inferior do bojo (Passelac e Vernhet, 1993, p. 573), característica que apenas pode ser observada nos n^os 123 e 124. Também os fragmentos 125, 126, 152 e 153 pertencem à parte inferior do bojo, mas as suas dimensões e decoração não nos permitirem proceder a uma distinção entre as Drag. 29 e 37. Estas formas são ambas muito comuns nas produções do Sul da Gália e, segundo o estudo apresentado por José Carlos Quaresma, “uma série de dados estratigráficos deixa bem clara a diminuição da frequência da Drag. 29, com a paralela ascensão da Drag. 37” (2012, p.100).

Já os números 118 a 120 são fragmentos de bordo de Drag. 29 em que os diâmetros variam entre os 72 e os 198 mm.

Dragendorff 30

Para além dos já referidos números 130 e 131, a forma Drag. 30 foi ainda atribuída aos n^os 127 a 128, sendo que o primeiro foi classificado como Drag. 30 B, correspondendo a 2,70% das formas decoradas de TSSG. Já o n^o 128, que foi classificado como Drag. 30 A, corresponde a 2,70%, e o 129, apenas como Drag. 30, corresponde a 2,70%. Os n^os

132 a 135 foram definidos como Drag. 30 ou 37, 8,33%. (Quadro 6 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampa 8).

A esta taça de forma cilíndrica foram atribuídas duas variantes, sendo que a Drag. 30 A se encontra datada entre 10 d.C. e 40 d.C. e a 30 B entre 40 d.C. e 110 d.C. As características que nos permitem fazer essa distinção encontram-se, principalmente, no bordo pois a existência de decoração em guilhoché é exclusiva da primeira forma, e o da segunda é mais desenvolvido e pode ser até mais aberto nas produções mais tardias (Passelac e Vernhet, 1993, pp. 573, 574).

Já no caso do número 129 essa distinção tornou-se impossível. Nesta peça é possível observar uma cena de um gladiador a ser devorado por um leão, cena que também se encontra representada na Drag. 37 n° 153.

Quanto aos números 132 e 133, a distinção entre as formas Drag. 30 ou 37 foi impossível pois estes apenas conservam o bordo perolado, que poderá ser característico de qualquer das duas formas. No entanto, tendo em conta as medidas dos diâmetros, de 100 e 130 mm, é mais provável que se trate da primeira forma. A mesma distinção é impossível de levar a cabo, no que diz respeito ao n° 134. Quanto ao n° 135, ao tratar-se de uma Drag. 30 teria um ressalto horizontal que ligaria o fundo à parede vertical e no caso de ser uma Drag. 37, continuaria a sua forma hemisférica, no entanto o perfil preservado é demasiado reduzido para permitir quaisquer conclusões.

Dragendorff 37

Já aqui foi feita referência a peças que poderiam ou não ser identificadas como Drag. 37 (n°s 125, 126, 132 a 135 e 152 a 153), no entanto, esta forma foi associada a outros 17 fragmentos. Deste modo, os n°s 136 e 137 foram atribuídos à variante 37 B, correspondendo a 5,41% do conjunto de formas decoradas de TSSG, o n° 137 à Drag. 37 A, equivalendo a 2,70 %, e os n°s 139 a 151 e 154 foram apenas identificados como Drag. 37 e correspondem a 37,84%.

A variante Drag. 37 A está datada entre 60 d.C. e 100 d.C, e a 37 B entre 100 d.C. e 150 d.C. (Passelac e Vernhet, 1993, p.574). As duas variantes desta taça hemisférica distinguem-se pela diferença existente na parte superior do bojo que, na 37 B é mais reta e mais desenvolvida.

As medidas dos diâmetros dos bordos encontram-se entre os 162 e os 208 mm. No caso dos n°s 146 a 151, a sua identificação como Drag. 37 deve-se à tipologia dos

óvulos, que associámos aos de Bourgeois e Mayet (1991) (Quadro 6 e Gráfico 3 – Anexo IV e Estampas 9 e 10).

A atribuição desta forma ao nº 140 foi associado a esta forma com muitas reticências devido às suas pequenas dimensões.

Fragmentos de bojo decorados indeterminados

As pequenas dimensões dos fragmentos, aliadas, muitas das vezes, ao mau estado de conservação dos vernizes tornaram muito difícil a identificação da sua forma, assim como da sua decoração de 42 Fragmentos de bojo decorados indeterminados (nºs 155 a 196). Estes não foram contabilizados no NMI, uma vez que existe uma grande probabilidade de pertencerem a alguma das formas decoradas já descritas (Quadro 6 – Anexo IV e Estampas 10 e 11).

Deste modo, podemos referir que neste grupo se encontram, por exemplo, dois fragmentos com representações de animais (nºs 155 e 156), uma figura humana (nº 159) e 24 fragmentos com motivos vegetalistas (156, 160 a 171, 173 a 183).

O fragmento nº 159 poderá ter sido reutilizado como marca de jogo.

Marcas de Oleiro e Grafito

(Quadro 17 – Anexo IV e Estampa 12)

Licinus

Este oleiro exerceu a sua actividade em La Graufesenque. A marca encontrada na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 foi estampada numa Drag. 24/25 (nº 49) e é semelhante à que se encontra representada no Samian Research Licinus 7c (<http://www.rgzm.de/samian>, consultado a 11.01.2019), cuja leitura será semelhante a “LICINIMO”. A sua datação está balizada entre 35 d.C. e 65 d.C.

Vimus (Vimius)

Vimius trabalhou em La Graufesenque. A marca identificada na presente coleção pertence a uma Drag. 24/25 (nº 50), onde se pode ler “VIM(...)”, e é semelhante ao Samian Research Vimus (Vimius) 2a (<http://www.rgzm.de/samian>, consultado a 11.01.2019), que se encontra datada entre 60 d.C. e 85 d.C.

Sabinus iii

La Graufesenque, Le Rozier e, provavelmente, Banassac foram os centros produtores onde este oleiro trabalhou. Na coleção em estudo foi identificada uma marca (nº 93) cuja leitura será “OF SABI”, semelhante ao Sabinus iii 14a

(<http://www.rgzm.de/samian>, consultado a 11.01.2019), com datação balizada entre 50 d.C. e 80 d.C.

As marcas relativas a este oleiro são muito comuns em território português, assim como na restante Península Ibérica. Por exemplo, nos sítios litorais a Sul do Tejo foi identificada em Chãos Salgados onde é identificada três vezes (Quaresma, 2003, p.41), em Torre d'Aires (Viegas, 2006, p. 42) e também em Faro (Viegas, 2011, p. 148).

Firmo i

Este oleiro trabalhou em La Graufesenque. A leitura da marca identificada neste conjunto é feita como “FIRMO” e é semelhante à do Samian Research Firmo i 9b (<http://www.rgzm.de/samian>, consultado a 11.01.2019) que se encontra datada, embora com algumas incertezas, entre 30 d.C. e 60 d.C.

No que diz respeito a grafitos realizados após cozedura apenas foi identificado um, no fundo externo de uma Drag. 24/25 (nº49). Neste grafito é possível observar as letras CA, que nos levam a sugerir, como leitura, CA(ius). Tratar-se-ia, provavelmente, de uma indicação do proprietário da peça (?).

3.3.3. Cerâmica de imitação de produção bética

Também designada como *terra sigillata* hispânica precoce, esta é uma tipologia cerâmica cuja terminologia suscita algumas dúvidas “... es la confusión terminológica que pesa sobre ellos, confusión que reside, en definitiva, en un problema metodológico y conceptual” (Fernández Ochoa *et al.*, 2014, p.43). As denominações utilizadas ao longo dos anos são, de facto, várias, como por exemplo *terra sigillata* hispânica tipo Peñafior, *terra sigillata* hispânica de tipo itálico, cerâmica bética de imitação tipo Peñafior, entre outras.

A classificação destas cerâmicas encontra-se em constante discussão, sendo que alguns autores acabam por apontar que não deverão ser incluídas num mesmo grupo de fabrico que as restantes TS. Por exemplo, Carmen Fernández Ochoa, Ángel Morillo Cerdán e Mar Zarzalejos Prieto defendem que os métodos de produção desta cerâmica acabam por ser diferentes que os da TS (Fernández Ochoa *et al.*, 2014, p.44).

As imitações existentes correspondem a formas de TSI, TSSG, cerâmica de verniz vermelho pompeiano e cerâmica de paredes finas, e a sua produção era levada a cabo na Bética, sendo que os únicos sítios onde foram identificadas em contextos de produção são Andújar e Puerto de Santa María (Cádiz) (Fernández Ochoa *et al.*, 2014, p.60). A sua

produção poderá estar balizada entre o principado de Augusto até ao séc. II d.C., momento em que as formas itálicas, assim como as suas imitações locais se encontram muito bem distribuídos ao longo do vale do Guadalquivir (Keay, 2001 *apud* Viegas, 2011, p.152).

Os fabricos correspondentes a este tipo de cerâmica caracterizam-se por ter uma forte homogeneidade formal e técnica. Tonando-se assim necessário recorrer à arqueometria para uma correta descrição dos mesmos (Bustamante Álvarez e López Rosendo, 2014, p.272). Quanto à nossa análise, sendo esta apenas macroscópica, definimos apenas um tipo de pasta. E no que diz respeito aos engobes, conseguimos fazer a distinção entre dois, sempre com as condicionantes já mencionadas anteriormente (Quadro 16 – Anexo IV).

No conjunto em estudo, a cerâmica de imitação de produção bética encontra-se representada por um total de 18 fragmentos, sendo que o seu NMI corresponde a apenas quatro, tal como o número de fragmentos diagnósticos, equivalendo assim a 1,08% (Quadro 14 e Gráfico 8 – Anexo IV). O primeiro grupo referido pesa 54g e o segundo 39g (Quadro 3 – Anexo IV).

Neste conjunto, a única forma identificada foi a Martínez III.

Martínez III

A forma III de Martínez Rodríguez, é uma imitação da cerâmica de verniz vermelho pompeiano. Tratam-se de pratos covos cujas medidas dos bordos apresentam uma grande discrepância e duas diferentes morfologias, sendo que a primeira tem o bojo ligeiramente curvo, e a segunda levemente biselado (Quaresma, 2012, pp.199-200). Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 foram identificados quatro fragmentos cuja morfologia nos levou a associá-los a esta forma, embora o mau estado de conservação suscite algumas dúvidas (nºs 196 a 199) (Quadro 7 – Anexo IV e Estampa 13). Os seus diâmetros variam entre os 128 e os 180 mm, e os números 196 e 197 têm bordo curvo enquanto o dos restantes é levemente biselado.

3.3.4. Terra Sigillata Hispânica

Tendo como influência as produções itálicas e sudgálicas nasceram os centros hispânicos de produção de TS. Os dois grandes centros produtores localizavam-se em La Rioja, ou Trício (*Tritium Magalum*), e em Andújar, tendo o primeiro iniciado a sua produção a partir do principado de Cláudio, e o segundo cerca de Tibério/Cláudio.

Durante a segunda metade do séc. I d.C. e a primeira metade do II, o centro de La Rioja teve o seu momento de apogeu. Este foi o centro hispânico que produziu em maior escala, escoando os seus produtos maioritariamente por vias terrestres e/ou fluviais. Era também a partir de Mérida que estes eram redistribuídos para outros pontos do Ocidente do Império (Sáenz Preciado e Sáenz Preciado, 1999, pp. 71-73). A sua produção acabou por se manter, em alguns ateliers, até ao séc. IV (Fernández García e Roca Roumens, 1999, p.314).

Por sua vez, o grande auge da produção de Andújar deu-se na época flaviana, sendo que depois a qualidade das suas peças começou a diminuir, tendo cessado a sua produção em meados do séc. II d.C. (Roca Roumens e Fernández García, 1999, pp.32-33).

A análise macroscópica aqui levada a cabo permitiu-nos distinguir quatro diferentes tipos de pastas, que arriscámos associar aos centros produtores acima apontados. No entanto, e como já referimos, é necessário ter em conta que não é fácil fazer uma distinção entre algumas pastas, sem recorrer a análises de laboratório. Deveremos também chamar a atenção para a dificuldade existente na distinção entre algumas pastas finas de La Rioja e as sudgálicas, questão que tem vindo a ser apontada noutros estudos (Viegas, 2003a, p.30; Viegas, 2011, p.156; Quaresma, 2012, p.120). Foram também definidos cinco grupos de engobes (Quadro 16 – Anexo IV).

Os resultados obtidos mostram-nos então que 32,12% do conjunto de TSH poderá ser proveniente de La Rioja, correspondendo 36,97% a Andújar. Relativamente aos fragmentos diagnósticos, 29 correspondem às produções de La Rioja e apenas 13 a Andújar, sendo 38 indeterminados. Contudo, não foi possível tirar quaisquer conclusões relativamente à sua distribuição por unidades estratigráficas, pois esta é bastante homogénea. Quando à sua distribuição por formas, excetuando as Drag. 18, 33, 35/36, 30 e Hisp. 10, a sua proveniência pode ser associada aos dois centros.

A TSH encontra-se representada, no conjunto em estudo, por um total de 165 fragmentos, sendo os diagnósticos 80, conjuntos estes com peso de 456 e 252g., respetivamente (Quadro 3 – Anexo IV). O se NMI, é equivalente a 49, ou seja, 13,24% (Quadro 14 e Gráfica 8 – Anexo IV).

Este conjunto é, portanto, bastante reduzido. Em termos de formas, a grande maioria são lisas, que se dividem em sete diferentes tipologias (39 NMI). As encontradas em maior número são a Drag. 18, 27 e 24/25.

Quanto às decoradas (10 NMI), dividem-se apenas por três tipologias. A Drag. 37 tem superioridade numérica, seguida pela Drag. 29 (Quadros 8 e 9, e Gráfico 4 – Anexo IV). Existem ainda 22 fragmentos decorados, indeterminados.

A cronologia de TSH da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 enquadra-se entre cerca de 60/75 d.C. e 250/275 d.C. (Gráficos 10 e 11 – Anexo IV).

Formas lisas

Pratos

Dragendorff 15/17

A forma 15/17 hispânica é representada nesta coleção por 5 peças (nºs 201 a 205), estas correspondem a 12,82% do conjunto de formas lisas TSH (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 14).

Esta forma deriva da sudgálica Drag. 15/17 e é datada entre 40 d.C. e cerca de 300 d.C. (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p.287). Esta forma pode ser provida de várias características, como a existência de algumas molduras semelhantes às que se observam nas peças sudgálicas, ou de bojós lisos e bordos amendoados. Ou até mesmo bordos quase lisos. Embora não tendo nenhum perfil completo, podemos sugerir a associação destas peças à Forma 15/17e, definida por Macarena Bustamante Álvarez (2010, pp.271-272). Os seus diâmetros variam entre os 122 e ou 164 mm.

Dragendorff 18

De características semelhantes às das produções gálicas, a Drag. 18 hispânica é representada neste conjunto por 12 fragmentos (nºs 207 a 217), o que equivale a 30,77% do grupo de produções de formas lisas hispânicas de engobe vermelho (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 14).

Esta forma é datada entre meados do séc. I d.C. e finais do séc. II d.C. (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p.287). Tal como se pode observar no caso das Drag. 18 sudgálicas, os perfis conservados não nos permitem avaliar a ligação entre o bojo e a carena, ou saber a altura da peça. Por vezes, também não é possível saber se o seu bojo era reto ou curvo, de forma a que se faça uma correta distinção entre as formas mais antigas e as mais tardias. No entanto, parecem integrar-se entre as formas de época flávia e as de época trajana inicial, apontadas por Macarena Bustamante Álvarez (2010, p.279). Os diâmetros passíveis de cálculo variam entre os 132 e os 194 mm.

Tigelas

Dragendorff 24/25

No que diz respeito às produções de TSH, a Drag. 24/25, também semelhante à gálica, encontra-se representada por 7 fragmentos, correspondendo a 17,95% do conjunto de formas lisas (n^{os} 218 a 224) (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 15).

Esta forma tem a sua datação balizada entre 40 d.C. e 150 d.C. por M. Roca Roumens e M. Fernández García (1999, p.287) e localizada na segunda metade do século I por F. Mayet (1984, p.72). Tendo em conta o reduzido tamanho do conjunto em estudo, apenas foi possível calcular o diâmetro de 2 peças, números 218 e 219, que são de 84 e 80 mm, respetivamente. Um dos fragmentos, n^o 224, não apresenta decoração.

Dragendorff 27

Na Rua Infante D. Henrique n^o 58-60 foram identificados 8 fragmentos com esta forma, que é também muito semelhante à sua homónima sudgálica (n^{os} 225 a 232), o que equivale a 20,51% do conjunto de formas lisas hispânicas (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 15). Esta forma encontra-se datada entre 40 e 300 d.C. (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p.287).

Os números 227, 228 e 230 apresentam um bordo perolado, o que nos poderá remeter para produções mais antigas (Quaresma, 2012, pp.125-126), talvez de época flávia, e os 225, 231 e 232 parecem integrar-se no grupo de variantes de época trajana (Bustamante Álvarez, 2010, p.300). Os diâmetros possíveis de calcular apresentam medidas entre os 89 e os 110 mm, ou 146 mm no caso do n^o 229. No entanto, esta forma foi atribuída aos números 226 e 229 com várias dúvidas, pois a sua morfologia é um pouco incomum.

Dragendorff 33

A forma Drag. 33 hispânica foi datada por M. Roca Roumens e M. Fernández García (1999, p.287) entre 50 d.C. e 200 d.C. e as suas características são também semelhantes às de produção sudgálica.

Na presente coleção, a forma foi atribuída a um único fragmento, n^o 233, correspondendo a 2,56% do conjunto de formas lisas das produções hispânicas (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 15). No entanto o seu tamanho é muito reduzido e, consequentemente, o diâmetro é impossível de calcular.

Hispânica 10

A forma Hisp. 10 encontra-se representada, nesta coleção, por um único fragmento (nº 234), que corresponde a 2,56% do conjunto de formas lisas de TSH (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 15). A produção desta forma encontra-se balizada entre a segunda metade do séc. I e o séc. II (Mayet, 1984, p.78).

Este fragmento tem dimensões conservadas muito reduzidas e não tem canelura no interior. No entanto, mede 86 mm de diâmetro, e tem bordo espesso e bojo liso.

Fundos de tigelas indeterminados

Dentro do conjunto TSH encontram-se sete fragmentos de fundos de tigelas indeterminados (nºs 235 a 241) que não foram incluídos nos cálculos do NMI (Quadro 8 – Anexo IV e Estampa 16).

As medidas dos diâmetros destes fundos apresentam valores entre os 28 e os 120 mm. Os números 235, 239, 241 apresentam pé de anel de secção triangular e a restantes, secção retangular.

Bordos indeterminados

Existem ainda três fragmentos de bordo a que, devido às duas pequenas dimensões e/ou características pouco comuns, foi impossível atribuir uma forma com segurança (nºs 278 a 280) Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 18). Podemos, no entanto, referir que os números 278 e 279 têm uma morfologia semelhante e foi possível calcular o diâmetro do primeiro, que corresponde a 84 mm. Já o segundo apresenta decoração em guilhocé.

Pratos/Tigelas

Dragendorff 35/36

De características semelhantes às Drag.35/36 gálicas, as produções hispânicas desta tipologia encontram-se datadas por F. Mayet (1984, p.74) entre a segunda metade do séc. I d.C. e a primeira metade do II d.C., já M. Roca Roumens e M. Fernández García (1999, p.287) sugerem um fim de produção para a forma 35 em meados do séc. II e para a 36 em finais do III d.C.

No caso dos dois fragmentos identificados na presente coleção (nºs 244 e 245), e que correspondem a 5,13% das formas lisas de TSH (Quadro 8 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 16), foi impossível determinar se se tratariam da forma 35 ou 36 e os diâmetros

foram também impossíveis de calcular. O nº 244 apresenta decoração, já no caso do nº 245, embora esta situação não se verifique, não se pode excluir a possibilidade de ter pertencido a uma peça decorada.

Formas Decoradas

Taças

Dragendorff 29

Esta forma tem a sua datação balizada entre os anos 40/50 d.C. e os finais do séc. II/séc. III e é influenciada, maioritariamente, pela gálica Drag. 29 B (Bustamante Álvarez, 2010, p. 420).

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 foram identificados três fragmentos com esta forma (nºs 246 a 248), o que corresponde a 30,00% das formas decoradas de TSH (Quadro 9 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 16). Os números 246 e 247 apenas conservam os bordos, sendo que os seus diâmetros apresentam medidas de 118 e 164 mm, respetivamente, e o nº 247 apresenta decoração em guilhoché. Já o 248, por sua vez, é um fragmento de bojo ainda com parte da decoração em guilhoché, que poderia ter pertencido ao bordo, e restante decoração com motivos vegetalistas impossível de reconstituir.

Dragendorff 30

Esta forma, também de características muito semelhantes à sua homónima gálica, encontra-se representada neste conjunto por um bordo (nº 249), correspondendo a 10,00% das formas decoradas hispânicas (Quadro 9 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 16). Trata-se de um bordo perolado, seguido por uma moldura de leve curvatura, cujo diâmetro é impossível de calcular.

A datação desta tipologia está balizada entre 50 d.C. e 100 d.C. (Roca Roumens e Fernández García, 1999, p.287).

Dragendorff 37

A Drag. 37, também de inspiração sudgálica, encontra-se datada entre 69 d.C. e a primeira metade do séc. IV (Bustamante Álvarez, 2010, p.429).

Esta forma está representada no grupo de formas decoradas hispânicas por 6 fragmentos (nºs 250 a 253 e 256 a 257), o que equivale a 60,00% do mesmo (Quadro 9 e Gráfico 4 – Anexo IV e Estampa 17). Estes fragmentos são então correspondentes a dois bordos e quatro bojós, os bordos têm diâmetros de 140 e 110 mm. No que diz respeito às

decorações, as correspondentes aos números 252 e 253 são impossíveis de reconstituir e as dos números 250 e 251 apresentam uma linha de círculos com flores e decoração metopada (?), respetivamente.

Fragmentos de bojo decorados indeterminados

No conjunto de TSH foram identificados 42 Fragmentos de bojo decorados indeterminados (n^{os} 254 a 277). Estes não foram contabilizados no NMI, por existir a possibilidade de pertencerem a alguma das peças já descritas (Gráfico 9 – Anexo IV e Estampas 17 e 18).

Assim sendo, podemos indicar que neste grupo se encontram, por exemplo, quatro fragmentos com representações de círculos que poderiam, ou não, ter decoração no seu interior (n^{os} 263 a 265 e 277), ou 21 fragmentos com motivos vegetalistas (261, 266 a 269, 273 e 276).

Marcas de oleiro

(Quadro 18 – Anexo IV e Estampa 19)

Embora se tenham identificado duas marcas de oleiro em fragmentos de TSH de forma indeterminada (n^{os} 242 e 243) foi-nos impossível encontrar paralelos em obras de referência como as de F. Mayet (1988) ou M. Bustamante Álvarez (2010), pois o n^o 242 é impossível de ler devido ao desgaste e até à má qualidade do selo, e o n^o 243 não se encontra completo.

3.3.5. Terra Sigillata Africana

A TSA pode ser dividida em vários fabricos, sendo os mais comuns os A, C e D. Como já tivemos oportunidade de apontar, as peças da presente coleção encontram-se muito danificadas e a sua altura conservada é, por vezes, muito reduzida. Este ponto limita o nosso estudo na medida em que se torna impossível fazer uma correta subdivisão destes fabricos em A1, A1/2 e A2, ou C1, C2, C3, C4 e C5, ou D1 e D2 pois este processo é levado a cabo com base nas diferentes espessuras dos engobes, na sua cor, brilho e polimento, ou na extensão da superfície revestida. Assim sendo, as importações africanas são apresentadas como Categoria/Fabrico A, C e D.

Este tipo de produção é diferencia-se das produções itálicas, gálicas ou hispânicas, não apenas pelas formas que, embora comecem por ser inspiradas nas itálicas e gálicas, acabam por adquirir diferentes morfologias, acompanhando as alterações dos hábitos

alimentares, mas também no seu modo de produção. Neste ponto do Império a TS começa a ser produzida em fornos de diferentes características (Bonifay, 2004, pp. 59-60), e as suas pastas e engobes adquirem também particularidades distintas.

3.3.5.1. Terra Sigillata Africana A

A fase inicial das produções africanas corresponde à TSA A, cuja produção se tem vindo a associar ao Norte da Tunísia, sem que, no entanto, se conheçam exatamente os centros em que estas eram produzidas. Esta também tem vindo a ser atribuída aos centros de produção de TSA D, na região de Cartago, devido às semelhanças existentes entre os dois fabricos. Ou, a zonas como o Vale do Mejerda, o centro da Tunísia (Raqqada) ou o *atelier* de Oudhna (Bonifay, 2004, pp. 47-48).

O início da sua produção data do final do séc. I d.C. e inícios do II, sendo que o auge da mesma se deu em meados do séc. II e séc. III (Quadro 16 – Anexo IV).

Esta categoria encontra-se representada no conjunto em estudo por 155 fragmentos, com 632g de peso. Os fragmentos diagnósticos são 52, e pesam 359g, sendo o seu NMI de 37, ou seja 10,00 % (Quadro 3 – Anexo IV).

Embora na totalidade este não seja dos conjuntos com uma maior percentagem de NMI, é o segundo conjunto a apresentar uma maior diversidade formal (Gráfico 9 – Anexo IV). A existência de formas correspondentes às primeiras produções desta categoria, como as Hayes 3, 6, 8 ou 9, maioritariamente as variantes A das últimas duas, indica que a chegada a *Ossonoba* da TSA A se deu ainda num momento inicial da produção. Contudo, na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 destaca-se a forma Hayes 14, seguida pela já referida Hayes 9 A (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV).

O conjunto de importações de TSA A do local em estudo poderá datar-se entre cerca de 100/125 d.C. e 225/250 d.C. (Gráfico 10 e Gráfico 11 – Anexo IV).

Hayes 3

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 foram identificados 5 fragmentos com esta forma, correspondendo dois à Hayes 3 B (nºs 281 e 282) e dois à Hayes 3 C (nºs 283 e 284), existindo ainda um cuja variante não foi possível definir (nº 285). Estes representam assim 5,41%, 5,41% e 2,70% do conjunto de TSA A (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 20).

De inspiração nas formas clássicas, mais precisamente na Drag. 35/36, a Hayes 3 é dividida em 3 variantes por Hayes, sendo que a 3 A e 3 B apresentam decoração em

barbotina com elementos de folha d'água, ao contrario da 3 C cujo bordo em aba não é decorado. O que distingue as duas primeiras formas é, essencialmente, a existência de uma canelura seguida por um ressalto na parte interior do bordo.

A variante 3 B está datada entre 75 d.C. e 150 d.C. (Hayes, 1972, p.21; *Atlante I*, 1981, p. 24) e a 3 C tem o início de produção definido por Hayes (1972, p.21) na primeira metade do séc.II d.C. e o final é atribuído aos finais do II/inícios do III d.C., por *Atlante I* (1981, p. 24).

Os bordos das Hayes 3 B pertencentes a esta coleção medem 106 e 154 mm, já no que diz respeito à 3 C apenas foi possível calcular um dos diâmetros, que com 264 mm é notavelmente maior que os anteriores. Estas medidas extravasam por defeito e por excesso as propostas por Hayes (1972, p.21).

Hayes 6

Nesta coleção apenas foram identificadas duas formas desta tipologia (nºs 286 e 287) às quais atribuímos as variantes Hayes 6 A ou B e Hayes 6 C, correspondendo assim, cada uma, a 2,70% do grupo de TSA A (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 20).

É possível distinguir as variantes 6 A e 6 B pela existência ou não de decoração roletada no fundo, e a 6 C por ter menores dimensões e bojo carenado. No caso do nº 286 as suas pequenas dimensões tornaram impossível a distinção entre a 6 A e a 6 B, no entanto foi possível calcular o seu diâmetro, que corresponde a 220 mm, exatamente no limite apontado por Hayes (1972, p.29). Já a 287 tem um diâmetro menor, com 150 mm, podendo assim corresponder à forma mais rara que seria mais pequena e, normalmente, carenada (Quaresma, 2012, p.164).

A variante 6 A é datada entre finais do século I d.C. e inícios do II d.C., a 6 B na segunda metade do século II, sendo a 6 C ligeiramente mais tardia (Hayes, 1972, p.29; *Atlante I*, 1981, p.25).

Hayes 8

A forma Hayes 8 foi atribuída a 4 fragmentos da presente coleção, três Hayes 8 A (288 a 291) e dois Hayes 8 B (293) (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 20), que correspondem a 8,11% e a 2,70%, respetivamente, do grupo de produções TSA A.

Esta forma de tigela é também inspirada numa forma clássica, a Drag. 29. Esta caracteriza-se por ter um bordo com moldura, cuja presença de decoração em guilhoché

indicará se estamos perante um exemplar da variante 8 A, assim como a sua ausência indicará que se trata de uma 8 B. A variante 8 A tem a sua datação balizada entre 80/90 d.C. e 180 d.C., enquanto a 8 B chegaria às primeiras décadas do século III d.C. (Hayes 1980, p.515; *Atlante I*, 1981, p.26).

Apenas foi possível calcular o diâmetro dos fragmentos nº 288 e 291, que correspondem a 112 e 190 mm, sendo que a primeira extravasa, por defeito, as medidas apontadas por Hayes (1972, p.33). Os restantes apresentavam perfis conservados de tamanho muito reduzido. De notar ainda que os números 290 e 291 apresentam molduras de linhas mais retas, aos contrários dos restantes, cuja moldura é arredondada. Desta forma podemos sugerir que o nº 292 corresponda a uma fase de produção mais tardia da Hayes 8 A, associada por Bonifay (2004, p.156) à segunda metade do séc. II d.C.

Hayes 9

A Hayes 9 encontra-se representada no grupo de formas de TSA A em estudo por cinco fragmentos (nºs 292 a 296) identificados de acordo com a variante 9 A e apenas um (nº 297) de acordo com a 9 B. Desta forma, correspondem a 13,51% e a 2,70% do grupo em questão (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampas 20 e 21).

Ao contrário da Hayes 9 B, a 9 A apresenta decoração em roleta. E, embora existam outras características que nos permitam distinguir as formas mais antigas das mais tardias, como a diminuição da altura da peça e o surgir de uma carena que poderiam ser utilizados como indicadores de formas mais tardias, neste conjunto torna-se impossível fazer essa análise devido ao estado fragmentário dos exemplares.

Hayes (1980, p.514) atribuiu à variante 9 A uma datação com início em 100 d.C. e final em 180 d.C., cronologia que no *Atlante I* (1981, p.27) é levada até à segunda metade do século II. Já no que diz respeito à 9 B o primeiro autor aponta o final da sua produção para as primeiras décadas do século III, sendo que o segundo sugere que na primeira metade do séc. III esta variante já não seja produzida.

Quanto aos diâmetros calculados, destaca-se o respetivo ao nº 296 que mede 220 mm, sendo que os restantes se encontram entre os 120 e os 130 mm, medidas que extravasam por defeito e por excesso os valores apontados por Hayes (1972, p.35).

Hayes 14, Hayes 16 e Hayes 17

Este é um grupo de tigelas a que outrora terá sido atribuída designação de Hayes 14/17, devido ao facto de as suas características morfológicas serem muito semelhantes:

como os bordos arredondados ou biselados, bojós verticais, carenas angulosas e fundos em pé de anel (Silva, 2010, p. 49).

Dentro deste grupo, 7 fragmentos foram identificados como Hayes 14 (n^{os} 298 a 304), sem que, no entanto, fosse possível fazer uma distinção entre as suas variantes. Os perfis conservados eram todos de tamanho muito reduzido, impossibilitando entender a sua profundidade, por exemplo, que quando menor é um indicador relativo à variante 14 B (Hayes, 1972, p.39). Estes correspondem a 18,92% do grupo de TSA A em estudo (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 21).

O n^o 304 foi associado a esta forma com muitas dúvidas devido à fisionomia menos comum do bordo, no entanto, as pequenas dimensões e a consequente impossibilidade de calcular o diâmetro não nos permitiram fazer outra avaliação. Os diâmetros possíveis de calcular variam entre os 122 e os 190 mm, extravasando, no caso do primeiro, por defeito os valores apontados por Hayes (1972, p.39). Não foi também identificado nenhum valor de diâmetro superior a 200 mm, que poderia ser associado à variante larga apontada por J. C. Quaresma (2012, p.166).

Embora de pequenas dimensões, o fragmento 305 foi identificado como Hayes 16, correspondendo assim a 2,70% do conjunto de TSA A (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 21). O que nos conduziu a esta associação foi o bordo biselado na parte exterior, muito semelhante ao exemplar da forma Hayes 16 Type 6 da necrópole de Pupput dado à estampa por Bonifay (2004, p.158). O seu diâmetro é de 118 mm.

Já no que diz respeito aos três fragmentos identificados como Hayes 17 (n^{os} 306 a 308) e que correspondem a 8,11% do conjunto de TSA A, é importante referir que o seu reduzido tamanho não nos permitiu fazer uma melhor avaliação. Os seus diâmetros apresentam valores entre os 102 e os 142 mm (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 22).

Bonifay (2004, p.157-159) datou a Hayes 14 A, assim como a 16, entre os finais do século II d.C. e inícios do III, a Hayes 17 no século III d.C. e a 14 B na primeira metade do mesmo.

Hayes 26 e Hayes 27

Ambas as formas aqui referidas têm características morfológicas muito semelhantes. Tratam-se de pratos com bojo curvo, bordo de topo arredondado e, por vezes, separado do bojo por uma canelura. A primeira caracteriza-se por ter a orientação

do bordo mais ou menos vertical, enquanto o da segunda é mais introvertido (Quaresma, 2012, p.167).

Embora o pequeno tamanho dos fragmentos não tenha facilitado o processo, atribuímos a forma 26 a três peças (n^os 309 a 311) e a 27 a quatro (n^os 312 a 315), sendo que estas correspondem a 8,11% e a 10,81% do grupo de produções africanas A (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 22).

As medidas dos diâmetros das Hayes 26 deste conjunto variam entre as 168 e 214 mm, e as das Hayes 27 entre os 180 e os 288 mm, sendo que apenas dois extravasam por defeito os valores apontados em *Atlante I* (1981, p.31-32).

O n^o 310 apresenta uma morfologia ligeiramente diferente das restantes, no entanto é muito semelhante ao exemplar de Hayes 26 Type 12 da necrópole de Puppunt dado à estampa por Bonifay (2004, p.158), no exemplar em estudo não se conserva o perfil completo. Já os números 312 e 315 foram identificados como Hayes 27, embora com algumas reticências, consequência da reduzida altura conservada.

Hayes (1972, p.49-51) data estas formas entre a segunda metade do séc. II d.C e 220 d.C. Em *Atlante I* (1981, p.31-32), o limite é a primeira metade do séc. III.

Formas indeterminadas

Dentro do conjunto TSA A encontram-se dois fragmentos de bordo (n^os 316 e 317) cuja forma foi impossível de determinar devido às suas reduzidas dimensões (Quadro 10 e Gráfico 5 – Anexo IV e Estampa 23).

Foram também dados à estampa 13 fragmentos de fundos indeterminados (n^os 318 a 331) que não foram incluídos nos cálculos do NMI por poderem pertencer à mesma peça que algum dos bordos já apresentados (Quadro 10 – Anexo IV e Estampas 23 e 24). As medidas dos seus diâmetros apresentam valores entre os 60 e os 192 mm.

Destacamos ainda o fragmento n^o 335 que poderá ter sido reutilizado como marca de jogo (Quadro 10 – Anexo IV e Estampa 24).

3.3.5.2. Terra Sigillata Africana A/D

Esta categoria/fabrico apresenta características muito semelhantes às TSA A e TSA D (Quadro 16 – Anexo IV). Sendo as suas formas imitações de TSA A tardia ou até mesmo de TSA C, a TSA A/D terá sido produzida na região do centro, “apesar da pista tipológica e cronológica apontar para o Norte da actual Tunísia...” (Quaresma, 2012, p. 168).

A investigação de M. Bonifay tem vindo a demonstrar que dos centros de produção até então conhecidos, o principal é o de Henchir el-Guellal-Djilma (2004, p.50). Os limites cronológicos relativos a este sítio encontram-se ainda em discussão por parte de vários investigadores, no entanto, o fim da produção de TSA A/D terá ocorrido no séc. IV (Quaresma, 2012, p. 169).

Esta categoria encontra-se representada no conjunto em estudo por 11 fragmentos, com 23g de peso (Quadro 3 – Anexo IV). Os fragmentos diagnósticos são 5, assim como o seu NMI, que corresponde a 1,35% do conjunto em estudo.

O conjunto de importações de TSA A/D deste sítio poderá datar-se no séc. III d.C. (Gráfico 10 e Gráfico 11 – Anexo IV).

Hayes 31

Na coleção em estudo foram identificados cinco fragmentos (n^{os} 332 a 336) aos quais foi atribuída a forma Hayes 31, correspondendo assim a 100% do grupo de TSA A/D (Quadro 11 – Anexo IV e Estampa 23).

Esta é uma forma de pratos grandes de bojo ligeiramente curvo, bordo biselado, arredondado ou até pouco aguçado, e fundo baixo em pé de anel. Os fragmentos aqui apresentados são relativamente pequenos, sendo que não se identificou nenhum perfil completo. Os seus diâmetros variam entre os 228 e os 274 mm, estando assim enquadrados na proposta do *Atlante I* (1981, p.35-36).

A Hayes 31 encontra-se datada no séc. III d.C. (Bonifay, 2004, p.159).

3.3.5.3. Terra Sigillata Africana C

O período entre os séc. III d.C. e VI d.C. baliza a produção de TSA C. Esta categoria era produzida no centro da Tunísia, estando o principal atelier localizado em Sidi Marzouk Tounsi. No entanto, a sua produção foi levada a cabo também em outros pontos, como Haffouz, Henchir Bloul, Henchir Tebraria ou Henchir el-Kouky (Bonifay, 2004, pp. 50-51) (Quadro 16 – Anexo IV). O momento áureo da produção e exportação desta categoria, para as restantes zonas do Império, deu-se ainda no séc. III d.C., momento em que a cerâmica africana predominou nos mercados do Mediterrâneo oriental (*Atlante I*, 1981, p. 59).

A TSA C está representada no presente conjunto por 754 fragmentos, sendo os diagnósticos 198, conjuntos estes com o peso de 3185 e 1351g, respetivamente (Quadro

3 – Anexo IV). O NMI, por sua vez corresponde a 120, ou seja, 32,43% (Quadro 14 e Gráfico 8 – Anexo IV).

Embora apenas se tenham identificado cinco diferentes formas, e respetivas variantes, correspondentes a esta categoria, a TSA C apresenta a segunda maior percentagem de NMI da Rua Infante D. Henrique nº 58-60.

A forma em TSA C que mais se encontra representada é a Hayes 50, principalmente as variantes A e A/B. Esta destaca-se, aliás, de todas as outras formas em estudo nesta dissertação (Gráfico 9 – Anexo IV). Seguem-se os fragmentos cuja distinção entre as Hayes 45 B ou 48 B foi impossível (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV).

Este conjunto está datado entre cerca de 240/260 d.C. e cerca de 350/375 d.C. (Gráfico 10 e Gráfico 11 – Anexo IV).

Hayes 44

A Hayes 44 encontra-se representada nesta coleção por 5 fragmentos (nºs 336 a 340), existindo ainda outros dois que foram por nós identificados como Hayes 44 (?) (nºs 341 e 342) por ser impossível atribuir uma classificação de forma segura. Estes correspondem então a 4,17% e 1,67% do conjunto de TSA C (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 25).

Esta tipologia é datada por Hayes (1972, p.62) entre 220-40 d.C. e fins do séc. III, já no *Atlante I* (1981, p.70) esta é centrada na primeira metade do séc. III.

Esta forma corresponde a uma taça hemisférica com bordo em aba levemente curva e fundo em pé-de-anel. Apenas o nº 336 apresenta um perfil completo, o que nos permite associa-lo à Hayes 44, nn. 10, 12 do *Atlante I* (1981, p.70). As restantes apenas conservam os bordos, cujos diâmetros apresentam medidas entre os 113 e os 156 mm, enquadrando-se assim nas propostas no *Atlante I* (1981, p.70).

Hayes 45

O conjunto de fragmentos identificados como Hayes 45 é constituído por 7 elementos, sendo que seis foram associados à variante Hayes 45 A (nºs 343 a 350) e um à Hayes 45 B (nº 349). Estes conjuntos correspondem então a 5,00% e 0,83% do grupo de produções africanas C (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 25 e 26).

A produção desta forma encontra-se balizada entre 230/40 e 320 d.C., sendo que a 45 A é um pouco mais antiga (Hayes, 1972, p.62; *Atlante I*, 1981, p.64).

A Hayes 45 é uma grande tigela de bordo em aba voltada para cima. A existência de decoração em guilhoché na aba e na parte interior do fundo é uma particularidade que nos permite fazer a distinção entre as duas variantes, já a existência de uma ou duas caneluras na aba pode ser característica de ambas.

Apenas foi possível calcular o diâmetro de três dos fragmentos de Hayes 45 A, que variam entre 104 e 236 mm. Já o correspondente ao à 45B tem 148 mm. Algumas destas medidas extravasam, por defeito, as medidas propostas no *Atlante I* (1981, p.63).

Hayes 46

Esta forma encontra-se representada no conjunto de TSA C por apenas um fragmento (nº 350), que corresponde a 0,83% do mesmo (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 26).

Esta forma é datada entre o último quarto do séc. III e o primeiro quarto do séc. IV (Hayes, 1972, p. 65; *Atlante I*, 1981, p. 118).

Com algumas semelhanças à Hayes 44, a 46 é uma tigela com bordo em aba levemente curva. O fragmento aqui em estudo apresenta decoração em guilhoché e o seu diâmetro é de 252 mm, extravasando, por defeito, as medidas do *Atlante I* (1981, p.118).

Hayes 48

A Hayes 48 é representada no conjunto em estudo por dois fragmentos identificados como 48 B (nºs 360 e 361). Estes correspondem assim a 1,67% do grupo de TSA C (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 26 e 28).

A Hayes 48 A é datada por Hayes (1972, p.67) entre 220 d.C. e 270 d.C. e a 48 B entre 260 e 320 d.C. A segunda variante distingue-se da primeira, principalmente, pela orientação do bordo em aba que é virada para cima, sendo que a da 48 A apresenta uma leve curvatura para o exterior. Ambas apresentam canelura na aba e pé-de-anel atrofiado.

Os dois pratos identificados na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 têm diâmetros de bordo de 380 e 416 mm, e o nº 420 preserva o perfil completo.

Existem ainda 9 fragmentos identificados como Hayes 45 B ou 48 B (nºs 352 a 360) pois as pequenas dimensões dos perfis conservados não nos permitiram fazer uma distinção entre estas duas tipologias. Estes correspondem a 7,50% do grupo de TSA C. Tratam-se de fragmentos de bordos cujas medidas dos diâmetros possíveis de calcular variam entre os 111 e os 320 mm (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 26 e 27).

Hayes 50

A Hayes 50 é a forma que mais se identificou neste conjunto, estando assim representada por 46 fragmentos correspondentes à variante 50 A (n^os 362 a 407), 40 à 50 A/B (n^os 408 a 447) e 4 à 50 B (n^os 448 a 451). Correspondendo então a 38,33%, 33,33% e 3,33% do conjunto de TSA C (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampas 27 a 36).

Esta forma é dividida pelas três variantes já referidas e as características que nos ajudam a distingui-las são o facto de o bordo da 50 A ser aguçado e o bojo mais espesso, o bordo da 50 A/B ser biselado e as dimensões da sua espessura iguais às do bojo, e o bordo da 50 B ser arredondado. A primeira das variantes encontra-se datada entre 230/240 d.C. e 325 d.C., a segunda entre 300 d.C. e 360 d.C. e a terceira entre 350 d.C. e inícios do século V (Hayes, 1972, p.73; Atlante I, 1981, p.65).

Os diâmetros dos bordos calculados nas Hayes 50 A têm valores entre os 108 e 440 mm, enquanto os das Hayes 50 A/B se situam entre os 160 e os 240 mm, e os das 50 B entre os 208 e os 238 mm.

Identificámos ainda 5 fragmentos de fundos de Hayes 50 (n^os 452 a 456) e 8 que pelo reduzido tamanho dos bojós não nos deixaram fazer esta atribuição segura, deste modo foram identificados como Hayes 50 (?) (n^os 457 a 464) (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 36 e 37). Estes não foram contabilizados no NMI.

Formas indeterminadas

No grupo relativo às produções africanas C, foram identificados quatro fragmentos de bordo (n^os 465, 531 a 533) cuja forma foi impossível de determinar devido às reduzidas dimensões dos perfis (Quadro 12 e Gráfico 6 – Anexo IV e Estampa 37 e 41).

No que diz respeito aos fundos indeterminados, foram dados à estampa 62 fragmentos (n^os 466 a 527) (Quadro 12 – Anexo IV e Estampas 37 a 41), embora estes provavelmente, pertençam às peças já identificadas. As medidas dos seus diâmetros apresentam valores entre os 42 e os 328 mm.

Nos desenhos por nós apresentados é possível ver que, embora seja provável que estes fragmentos pertençam às peças já descritas, as suas pequenas dimensões impedem-nos de fazer uma melhor classificação. Ainda assim, gostaríamos de chamar a atenção para o n^o 466, cuja forma se assemelha à Hayes 99 A. Porém, o diâmetro calculado, de 42 mm, aliado ao fabrico e à espessura do fragmento, cuja medida máxima são 4 mm, tornam esta classificação impossível.

Destacamos também os fragmentos nº 528 a 530 que poderão ter sido reutilizados como marcas de jogo (Quadro 12 – Anexo IV e Estampa 41).

3.3.5.4. Terra Sigillata Africana D

A TSA D é, entre as produções de TSA, a que melhor se difundiu, devido à sua variedade e quantidade (Silva, 2010, vol II). Este fabrico terá, provavelmente, sucedido ao de TSA A e foi associado à área de Cartago, com produção datada entre os inícios do séc. IV d.C. e meados do VII. Michel Bonifay associou esta produção a quatro áreas (Bonifay, 2004, p. 49), o baixo vale do Mejerda, os centros de Oudhna e de Sidi Khalifa, e uma área não localizada, definida como “atelier X” (Quadro 16 – Anexo IV).

Esta categoria encontra-se representada no conjunto em estudo por 86 fragmentos, com 726g de peso. Os fragmentos diagnósticos são 33, e pesam 382g, sendo o seu NMI de 25, que corresponde a 6,76% do conjunto em estudo.

Este é dos menores grupos em estudo, onde se identificaram 6 diferentes formas. A Hayes 61, variante A, é a que se encontra representada por um maior NMI, seguida pela Hayes 59. São também parte do conjunto dois fundos com decoração estampada cujos estilos correspondem aos A(ii) e A(ii) - (iii), de Hayes (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV).

As importações de TSA D da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 tem um período balizado entre 275/300 d.C. e 450/475 d.C. (Gráfico 10 e Gráfico 11 – Anexo IV).

Hayes 58

A Hayes 58 encontra-se representada no grupo de produções africanas D por três fragmentos, sendo que um foi associado à variante Hayes 58 A (nº 534) e dois à 58 B (nºs 535 e 536). Estes correspondem assim a 4,35% e a 8,70% deste conjunto (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 42).

A Hayes 58 A apresenta um bordo em aba horizontal, bojo curvo e fundo plano, enquanto a 58 B pode ter bordo em aba, horizontal ou com uma ligeira inclinação para o exterior, mais arredondada. Ambas podem ter caneluras no topo da aba. Esta forma é datada entre 290/300 e 375 d.C. por Hayes (1972, p.95), sendo que no *Atlante I* (1981, p. 82), a variante B é datada até inícios do séc. V.

O exemplar da 58 A identificado na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 conserva o perfil completo, apresenta duas caneluras no topo da aba e o diâmetro do seu bordo mede 258 mm, estando assim enquadrado nas propostas do *Atlante I* (1981, p.118). As 58 B,

por sua vez, apenas conservam o bordo, também com caneluras, e parte do bojo, e os seus diâmetros apresentam medidas de 272 e 316 mm, estando assim enquadradas na proposta de Hayes (1972, p.93-96).

Hayes 59

Esta forma encontra-se representada por apenas três fragmentos, que correspondem a 13,04% do grupo de TSA D (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 42).

Esta tipologia, atribuída a pratos de bojo curvo com bordo em aba de diferentes morfologias, encontra-se dividida em duas variantes, sendo que a datação da Hayes 59 A se encontra balizada entre 320 e 380/400 e da 59 B entre 320 e 420 (Hayes, 1972, p. 100; *Atlante I*, 1981, p. 83).

Hayes (1972, p. 96) apresenta a decoração no interior, assim como no exterior, como característica que distingue as duas variantes desta forma. Tendo em conta as reduzidas dimensões conservadas das paredes dos exemplares em estudo, foi impossível fazer essa distinção. Os diâmetros possíveis de calcular apresentam medidas de 186 e 300mm.

Hayes 61

A Hayes 61 encontra-se representada, na coleção em estudo, por nove fragmentos. Sete associados à variante Hayes 61 A (n^{os} 540 a 542, 544 e 546 a 548) e dois apenas identificados como Hayes 61 (n^{os} 543 e 545). Estes representam assim 30,43% e 8,70% do grupo de TSA D (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampas 42 e 43).

Este é um prato com bordo de aspeto triangular, que forma uma carena, e fundo plano, usualmente ornamentado com decoração estampada no seu interior. A referida carena vem a desenvolver-se na variante 61 B, onde também surge uma canelura no interior e as peças acabam por se tornar mais altas. Para além das variantes A e B existem ainda algumas formas associadas à transição entre ambas (Hayes, 1972, p. 105; Bonifay, 2004, p. 167 a 171), e a Hayes 61 C, definida por Bonifay, que tem um bordo com forma mais triangular. Hayes (1972, p.107; 1980, p.515) datou a variante 61 A entre 325 d.C. e 400/420 d.C. e a 61 B entre 380 d.C. e 450 d.C., mas no que diz respeito à 61 B e às restantes formas de transição, a sua cronologia, assim como a discussão relativa à sua morfologia têm gerado alguma discussão (Silva, 2010, p.70). A Hayes 61 C é datada entre meados e segunda metade do séc. V d.C. (Bonifay, 2004, p. 171).

No entanto, os números 540 a 542, 544 e 546 a 548, embora não tenham perfil completo enquadram-se na variante 61 A e os seus diâmetros variam entre 172 e 300 mm, mas estas medidas extravasam por defeito e por excesso as propostas por Hayes (1972, p.100). O nº 545, por sua vez, tem uma forma menos comum, de bordo mais achatado e menor altura, no entanto também não conserva o seu perfil na totalidade. Já o nº 543 encontra-se danificado na carena, o que nos impede de fazer uma correta associação a uma das variantes.

Hayes 67 e El Mahrine 14

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 foram identificados dois fragmentos correspondentes à forma Hayes 67 A (nºs 551 e 552). Outros dois, de menores dimensões e morfologia igual à Hayes 67, por sua vez, foram associados à forma El Mahrine 14 (nºs 549 e 550). Cada um destes dois conjuntos equivale a 8,70% do grupo de TSA D (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 43).

A Hayes 67 é uma tigela de grandes dimensões com bordo em aba de dois desníveis, bojo curvo e fundo plano onde as decorações estampadas são usuais. Bonifay (2004, pp. 171-173) dividiu esta forma em três variantes, sendo que o bordo da 67 A tem extremidade com a mesma espessura do bordo e pode ser triangular ou ligeiramente amendoada, como se pode ver nos exemplos dados à estampa pelo autor. A 67 B tem bordo de extremidade triangular, com uma ou duas caneluras no topo, e na 67 C o bordo é longo e curvo, de extremidade pendente e arredondada. A cronologia da primeira variante é então atribuída à segunda metade do séc. IV d.C., a da segunda baliza-se entre os finais do séc. IV d.C. e primeira metade do V d.C., enquanto a terceira entre meados e segunda metade do séc. V d.C.

Embora as dimensões dos fragmentos em estudo sejam de muito pequenas dimensões, a forma das suas abas permitiu-nos fazer uma associação à variante Hayes 67 A. Os seus diâmetros, de 342 e 360 mm, estão enquadrados na proposta do *Atlante I* (1972, p. 88).

Relativamente à El Mahrine 14 (ou Delgado, 1968, tav. III, nº 1; ou Hayes 67 grácil), os dois fragmentos identificados com esta forma também apresentam perfil conservado de muito pequenas dimensões, sendo que apenas foi possível calcular o diâmetro de um, de 183 mm, estando assim nos limites da proposta do *Atlante I* (1972, p. 70).

Hayes 91

A Hayes 91 encontra-se representada por um fragmento (nº556), que corresponde a 4,35% do grupo de TSA D (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 44).

Esta tigela hemisférica de aba sob o bordo pode apresentar decoração em guilhoché no seu interior e fundo em pé-de-anel. Esta tipologia foi analisada por Hayes (1972, p.144) que atribuiu uma cronologia para as variantes Hayes 91 A e 91 B com início em 450 d.C., a 91 C em 530 e a 91 D em 600. Estas cronologias foram revistas, erradamente, em 1977 (pp.281-282), propondo que o início da produção da variantes A e B tenha sido em cerca de 370 ou 380 d.C., “...os elementos antigos em que Hayes se suportava, são hoje classificados como vasos de aba, uma forma não canónica da futura H91A e B, datável nos séculos III e IV” (Quaresma, 2012, p. 204).

O exemplar em estudo é uma peça de características muito peculiares para a qual não encontramos um paralelo exato, de forma a identificar devidamente a sua variante. Esta apresenta semelhanças com a Hayes 91 B tardia por ter uma aba menor e mais curva que as variantes A e B. No entanto, tem também uma saliência pronunciada debaixo da aba, que remete para o exemplar de 91 C dado à estampa por Bonifay (fig. 95) e acaba também por ter algumas semelhanças com a variante Sidi Khalifa (Bonifay, 2004, p. 203). Em Mértola existe um exemplar (M/03/Bib.M./4A/Cont.004), dado à estampa por Edgar Fernandes (2012, pp.150-151), que apresenta particularidades muito idênticas. E também em Vigo (Fernández, 2014, pp.177-179) foi dada à estampa uma Hayes 91C (figura 99, nº13) com algumas características semelhantes.

Bonifay data a variante 91 B tardia entre a segunda metade do séc. V e segundo quartel do VI, a 91 C nas décadas centrais do séc. VI d.C. (Bonifay, 2004, p.179), e a Sidi Khalifa na primeira metade do séc. VI d.C. (Bonifay, 2004, p. 203). No entanto, e tendo em conta a cronologia dos restantes materiais até então apontados não seria de excluir a hipótese de esta se tratar de uma variante precoce de Hayes 91, até agora mal conhecida. No entanto, esta peça, ao comparar com as variantes precoces até então mais bem conhecidas, e datadas entre 350 d.C. e 400 (Quaresma, 2008b), acaba por apresentar uma aba menor, bordo reduzido e bojo menos curvo.

Fundos indeterminadas com decoração estampada

Na coleção em estudo foram identificados dois fundos com decoração estampada (nºs 557 e 558) (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 44). A sua forma foi

impossível de determinar devido ao facto de não se conservar qualquer parte do bojo, no entanto foi possível identificar o estilo da sua decoração.

O nº 557 é um fundo em pé-de-anel com decoração em estampa com círculo concêntrico, correspondente ao estilo A(ii) de Hayes (1972, p.219) datado por este autor entre 350 d.C. e 420 d.C. Por sua vez, o nº 558 corresponde a um fundo plano com decoração em estampada com crescente, estilo A(ii) - (iii) de Hayes (1972, p.219), cuja cronologia se baliza entre 350 d.C. e 470 d.C.

Formas indeterminadas

No conjunto TSA D encontramos três fragmentos de bordo (nºs 553 a 555) que, devido ao mau estado de conservação, foram impossíveis de determinar (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 43).

Foram também dados à estampa sete fragmentos de fundos indeterminados (nºs 559 a 565) (Quadro 13 e Gráfico 7 – Anexo IV e Estampa 44). As medidas dos seus diâmetros apresentam valores entre os 142 e os 250 mm. Estes também não foram incluídos nos cálculos do NMI.

3.3.5.5. Lucernas

Como já referido, foram incluídos neste estudo 3 fragmentos de lucerna em *terra sigillata* africana, um em produção C (nº 566) e dois em D (nºs 567 e 568) (Quadros 11 e 12, Gráficos 6 e 7 – Anexo IV e Estampa 45).

Estes fragmentos são muito pequenos e, portanto, de difícil interpretação. Em relação ao nº 566, a associação deste fragmento a este tipo de peça foi feita com algumas incertezas, contudo, a sua morfologia, difícil de compreender pelo desenho e ainda mais pela fotografia, levou-nos a esta interpretação.

O nº 567, por sua vez, conserva uma pequena parte do disco, assim como da orla e o arranque de asa anelar. A decoração, difícil de precisar, pode observar-se no disco, assim como na orla, no entanto as pequenas dimensões do fragmento dificultam o processo de identificação da sua forma. As suas características levaram-nos a considerar três tipologias possíveis, sendo a primeira opção a forma Atlante I, ou Tipo 37 de Bonifay, que é a variante em *sigillata* da Deneauve VIII/2 (Bonifay, 2004, p.352). Esta “...é a lucerna mais antiga que se conhece, até ao momento, em *terra sigillata*” (Pereira, 2017, p. 109), datada em meados do séc. III d.C. Não excluimos também a forma Atlante V, ou Tipo 39 de Bonifay, visto que embora a maior parte dos exemplares correspondentes a

esta tipologia apresentam asa maciça, alguns ainda apresentavam asa anelar. Todavia, neste tipo já é característica a existência de um corpo mais ovoide (Pereira, 2017, p. 109). A sua datação está balizada entre os finais do séc. III e o primeiro quartel do IV. Por fim, não podemos deixar de referir a forma Atlante VIII B, ou Tipo 43 de Bonifay, em que as asas em anel se verificam apenas nos exemplares mais antigos, correspondentes à segunda metade ou ao final do séc. IV d.C. (Bonifay, 2004, p. 358).

Por sua vez, o nº 568 é um fragmento de disco cuja decoração representa um personagem a caminhar com uma coroa ou um instrumento musical (?) na mão direita, no entanto as suas pequenas dimensões impossibilitam a identificação da sua forma. Relativamente à sua decoração, podemos encontrar em Mérida dois exemplares semelhantes, dados à estampa por F. Germán Rodríguez Martín, nºs 48 e 57, onde se observa “Eros de perfil, caminando hacia la izquierda, con las alas extendidas. Sobre el hombro una caña que agarra con la mano izquierda. Un cervatillo cuelga por las patas. La mano derecha sujeta el arco. El torso desnudo, está cruzado por la cincha del carcaj” (2002, p.64). No entanto, estas duas peças não são produzidas em TS, são correspondentes à forma Deneauve VIII A, comum nos séc. I e II d.C. (Rodríguez Martín, 2002, p.212).

Podemos também fazer uma breve referência ao nº 447, dado à estampa por Jean Deneauve (1969), onde se encontra representada um génio alado a carregar no ombro um pau onde está suspenso um pequeno animal, ou o nº 723, onde se pode observar também um génio alado segurando uma tocha invertida. Todavia, estas representações apenas se assemelham devido à posição em que as pernas dos personagens se encontram representadas, e são correspondentes às formas Dressel-Lamboglia 11 e 17, 19 e 20, tendo, portanto, um tipo de produção e cronologias diferentes.

3.3.6. Terra Sigillata Luzente

A TSL, ou “Lucente” é uma das categorias identificadas por N. Lamboglia com claras, ou “chiara”, mas foi Hayes quem identificou a sua proveniência. Produzida no Sudeste da Gália, nas oficinas de Conjux e Portout (Sabóia), esta categoria encontra-se datada entre a segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. V (Raynaud, 1993a, p. 504-510 *apud* Viegas, 2011, p.170) (Quadro 16 – Anexo IV).

Na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 apenas se identificou um fragmento indeterminado de TSL, cujo nº de inventário é o 1641 (Anexo VIII). Este fragmento não foi dado à estampa nem tem ficha no catálogo, e, corresponde a 0,27% do conjunto em estudo (Quadro 14 e Gráfico 8 – Anexo VI).

3.4. Contexto estratigráfico

Passaremos então à descrição das Valas abertas no local e das respetivas camadas estratigráficas apresentadas no relatório, assim como às que identificámos ao reorganizar os materiais². Sem deixar de referir que o processo que se segue é feito, maioritariamente, com base nos fragmentos de *terra sigillata* identificados, dados do relatório e dados reunidos nas etiquetas que acompanhavam os materiais. O facto de não ter sido possível fazer um estudo de todo o conjunto cerâmico veio colocar algumas limitações a esta análise cronoestratigráfica, no entanto, o atual estado do conhecimento relativo à TS e à sua variabilidade tipológica permite-nos utilizar estas produções como um bom elemento datante.

Vala 1 (Figura 16 e Gráfico 16 – Anexo V)

Embora não sejam feitas referências no relatório, foram identificados alguns materiais pertencentes à Camada 1. No que diz respeito à *terra sigillata*, todos os fragmentos são indeterminados.

Já a 2ª Camada Geral caracterizava-se por ter sedimento de tonalidade negra e apenas se preservava uma pequena porção. A maior parte dos fragmentos de *terra sigillata* identificados nesta unidade estratigráfica é correspondente ao grupo de produções africanas C, sendo que apenas foi possível identificar duas formas, Hayes 50 A e Hayes 50 A/B. Uma segunda Hayes 50 A tem colagem com uma outra parte, identificada na camada 3. Ainda na mesma UE foi identificado um pequeno fragmento de bordo de TSI (?), cuja presença se poderá justificar pelo revolvimento. Embora a descrição não seja feita, no relatório, de forma exaustiva e os registos gráficos existentes também não nos permitam ter uma boa perceção desta UE, é-nos possível sugerir que este se trate de um nível mais tardio definido como “dark earth” (Vrydaghs e Devos, 2010; Speed, 2013; Nicosia, *et al.*, 2015).

Seguidamente é feita referência a uma camada composta por terra de aspeto cozido, carvão e cinzas. Estas características levaram a equipa a supor que se poderia tratar de uma sepultura de incineração, o que acabou por não se confirmar. Esta camada acabou por ser interpretada como nível de incêndio numa lixeira e depósito de entulho de construção (Maia, 2004, p.1). Associámos esta UE à que se encontrava identificada nos contentores como “Camada 2 Fogueira”. A TS aqui identificada é maioritariamente de

² Este processo encontra-se melhor descrito no capítulo relativo à metodologia.

produção africada C, sendo que as formas identificadas foram as 3 variantes da Hayes 50 e um fragmento de Hayes 45 ou 48. Este grupo tem, *grosso modo*, uma cronologia situada entre a primeira metade do séc. III d.C. e inícios do V. No entanto foi também identificado um fragmento de TSSG, Drag. 29 ou 37, uma de TSH, Drag. 24/25, e um de cerâmica de imitação de produção bética, Martínez III. A cronologia deste segundo grupo é mais antiga, entre a primeira metade do séc. I d.C. e primeira metade do II. Já no sítio do mosaico do Oceano terá sido identificada uma camada composta por carvões que terá levado Janine Lancha a associar o abandono desta área da cidade a uma destruição violenta (1985a, p.155), o que também foi sugerido por Maria Maia (2004, p.4).

Nos desenhos anexos ao relatório encontram-se ainda referências a outras UE's, maioritariamente correspondentes às que identificámos ao reorganizar os materiais: Camada 3, Camada 4 e Camada 5. Relativamente às duas primeiras camadas muito pouco se pode dizer: na Camada 3 foram identificados fragmentos de TSA A e TSA C, um de Hayes 27, e dois de Hayes 50 – variantes A/B e B. Já na Camada 4 apenas se identificou um fragmento de TSSG, Drag. 15/17.

A Camada 5, por sua vez, é a única desta vala que nos parece estar preservada, uma vez que a cronologia de maior parte da TS aí identificada se situa entre a primeira metade do séc. I d.C. e a segunda metade do II. Identificou-se aqui um fragmento de TSI, Consp. 20.4 (?); vários fragmentos de TSSG, como os nove correspondentes à forma Drag. 35/36, as quatro Drag. 27 C e as seis Drag. 37 ou 29; dentro das formas de TSH destacamos as nove Drag. 18. No entanto, não podemos deixar de referir a existência, neste contexto, de fragmentos de cronologia mais tardia, como um correspondente à forma Hayes 14, uma Hayes 26 e uma 27 (?), uma Hayes 31 e uma Hayes 50 A.

Vala 2 (Figura 17 e Gráfico 17 – Anexo V)

Ao reorganizar os materiais encontrámos alguns relativos à Camada 1, que não se encontra descrita no relatório ou representada nos desenhos em anexo.

A 2ª Camada Geral, na área desta vala, teria também sido praticamente toda removida, tendo restado apenas um pequeno testemunho onde a máquina não passou e da qual resultou a recolha de vários materiais descontextualizados.

Quanto à 3ª Camada, aqui foi possível identificar diversos “(...) micro estratos inclinados (...) constituídos por muita cinza, intercalada por finas linhas de areia solta mais clara” (Maia, 2004, pp.1-2). Esta UE foi datada por Maria Maia nos finais de séc. III d.C., no entanto, as formas exumadas demonstram uma grande variedade de

cronologias. E embora existam várias formas de TSA C que se enquadrem nessa proposta, onde se destacam 16 fragmentos de Hayes 50 A e 11 de 50 A/B, assim como algumas hispânicas como a Drag. 15/17, ou Drag. 18, a TSSG também se encontra bem representada por formas como a Drag. 15/17, Drag. 27, Drag. 35/36, Drag. 30 ou Drag. 37, mais antigas.

A 4ª camada caracterizava-se por ter uma terra mais avermelhada e com cinza. Maria Maia associou-a à dinastia Flávia “aproximadamente último terço do séc. I d.C.” (Maia, 2004, p.2), mas propomos um ligeiro alargamento à cronologia proposta, tendo em conta que grande parte das formas de TS aí identificadas foi produzida entre a primeira metade do séc. I d.C. e a segunda metade do II, tal como acontece com a Camada 5 da Vala 1. As formas mais comuns aqui identificadas são as sudgálicas Drag. 15/17, representada por seis fragmentos; Drag. 18, representada por cinco fragmentos; Drag. 27 C, também representada por cinco fragmentos; a Ritt. 8 B encontra-se também representada por três fragmentos. Dentro das formas de TSH, a que se encontra melhor representada é a Drag. 18, por três fragmentos. No que diz respeito a formas em TSA A apenas existem dois fragmentos, uma Hayes 9 A e uma Hayes 26. No entanto, não podemos deixar de chamar a atenção para a existência de duas Ritt. 8 A, forma mais antiga, ou até de fragmentos de Hayes 45 A e 50 A, formas mais tardias que as restantes.

Por sua vez, a 5ª camada era composta por terra avermelhada e foi definida como sendo praticamente estéril (Maia, 2004, p.2), embora ainda se tenham recolhido alguns materiais. As formas de TS identificadas são todas provenientes do Sul da Gália e a cronologia atribuída ao grupo situa-se no séc. I d.C., inícios de II.

É ainda feita referência, no relatório, à 6ª camada, que seria pouco espessa, de cor escura, com carvões e cinzas, onde foram exumados materiais como por exemplo *terra sigillata* Itálica. Esta UE foi datada dentro de um período definido como Augusto-Tibério (Maia, 2004, p.2). Contudo, não encontramos nenhuma etiqueta, junto dos materiais, que correspondesse a esta UE e os fragmentos de TSI encontrados em toda o conjunto são apenas 2.

É ainda importante apontar que no desenho do Perfil Norte (Anexo II) a configuração de algumas UE's é anormal, como se houvesse a inversão de algumas camadas, situação que apenas se pode verificar na geologia. Este registo incorreto pode ter-se devido ao facto de os referidos “micro estratos” apresentarem características semelhantes e que, aliadas às condições de iluminação, por exemplo, tenham dificultado a sua distinção e registo.

Vala 3, Vala 4 (paralela à Vala 3) e Testemunho 3/4 (Figuras 18 e 19, Gráficos 18 a 22 – Anexo V)

Aquando da reorganização dos materiais encontrámos etiquetas correspondentes às duas valas e ao testemunho. Começando pela Vala 3, podemos reparar que nas camadas 1, 2, e 3 foram identificadas poucas formas de TS, sendo todas de cronologias muito díspares.

A 4ª camada corresponderia a um nível de pavimento, onde seria possível observar uma série de tijolos de quadrante derrubados e orientados Sudoeste-Nordeste, assim como vários fragmentos de estuque pintado de vermelho pompeiano e com alguns motivos vegetalistas e representações de aves (Maia, 2004, p.3). As formas de TS aqui identificadas são apenas seis, sendo duas sudgálicas, Drag. 18 e Ritt. 9 B; duas Drag. 27 hispânicas; uma Hayes 14 (?) e uma Hayes 31 em TSA A; e uma forma em TSA C, Hayes 50 A. Propomos então a associação de uma etiqueta denominada “Pavimento” a esta UE, dos materiais identificados como tal apenas se identificou uma forma de TSH identificada como Drag. 30.

Encontrámos ainda etiquetas relativas a outras UE's, definidas como “Derrube” e Camada 5. Relativamente à última, apenas se identificou uma forma de TSSG, uma Drag. 27 B. Quanto à primeira, também só se identificou uma forma de TSH, Drag. 37.

Na área desta vala foram identificadas três paredes. A Parede 1, estrutura de alvenaria de pedra, foi por nós associada à descrita nas etiquetas que acompanhavam os materiais como “Sobre Muro Leste - SML” ou “Parede Leste”, tendo em conta a sua posição. A TS correspondente às etiquetas “SML” é escassa e as suas cronologias são variadas, dentro das formas identificadas a mais antiga é a Drag. 24/25, de origem sudgálica, enquanto a mais tardia é o fragmento de TSA D, Hayes 61 A. O mesmo acontece com a *sigillata* correspondente a “PL” que tem peças desde a Drag. 18 em TSSG, ou a Hayes 50 A/B, em TSA C.

Segundo o relatório, na parte exterior desta parede, existia uma mistura de fragmentos de materiais de construção unidos com terra batida vermelha muito compacta que foi interpretada como sendo taipa pertencente à Parede 1 (Maia, 2004, p.3). No entanto esta unidade pode observar-se melhor nas Figuras 11 e 12 (Anexo II) e parece ter sido revestida por *tegulae*. O que nos leva a supor que também se poderia tratar de um reforço da parede (uma estrutura adossada), ou uma outra construção posterior. Contudo, não ignoramos a proposta presente no relatório de que a face interior da Parede 1 tenha

sido revestida por *tegulae* colocadas ao alto (Maia, 2004, p.3), remetendo o leitor para a “Foto 15” do mesmo documento. No entanto cremos ter-se tratado de um erro de interpretação após os trabalhos de campo. Pois o quadro de ardósia que diz “RAF 04, Vala 3, 4^aC^a” está colocado sobre a Parede 1 e não sobre a camada 4 que, como podemos ver nos desenhos de campo, se encontrava ao lado da mesma ou a um nível inferior (pelo menos ao nível dos cortes), este ponto pode ser também melhor observado nas já referidas figuras 9 e 10.

Por sua vez, a Parede 2, que assentava sobre a 4^a camada (Maia, 2004, p.2) foi interpretada como sendo uma pilastra. Esta era construída em tijoleira com as dimensões de 21,3cm por 22,5cm e estava adossada à Parede 3, como se pode ver nos desenhos de campo. A Parede 3 encontra-se também ligada à Parede 1 e foi por nós associada à etiqueta “Aprumo da Parede Sul - APS”, devido à sua posição. Os fragmentos de TS correspondentes a esta unidade são todos de forma indeterminada.

Quanto à Vala 4, podemos notar que as formas de TS exumadas na 4^a Camada nos levam a crer que se trata de uma unidade preservada com datação entre a primeira metade do séc. III d.C e a segunda metade do IV. A esmagadora maioria destas formas corresponde a de Hayes 50 A e 50 A/B, com oito e seis indivíduos contabilizados, respetivamente. Seguem-se três Hayes 44 e uma 45 ou 48 e uma Drag. 15/17 hispânica. A única forma que foge um pouco a este contexto é a Drag. 18 sudgálica. Aqui terão surgido também partes, descontextualizadas, do revestimento, de *opus caementicium*, de um tanque que poderia ter constituído um espelho de água com pouca profundidade (Maia, 2004, p.3);

Já na Camada 5, que não é representada nos desenhos de campo, foram exumados vários fragmentos de mosaico e as poucas TS apresentam formas diversificadas, no caso das TSSG, Drag. 24/25 e 35/36; no da TSA A, Haye 3 B; ou ainda na da TSA C, Hayes 50 A/B.

A arqueóloga optou por ampliar a área de escavação na zona das valas 3 e 4, tendo começado por escavar o testemunho entre as mesmas. Na Camada 2 correspondente à área do testemunho 3/4 as formas identificadas, embora poucas, são todas de cronologias semelhantes, permitindo atribuir uma datação entre meados do sec. IV e primeira metade do séc. V à mesma. Tratam-se de produções em TSA C, como uma peça identificada como Hayes 50 A, e em TSA D, como uma Hayes 59 e três Hayes 61 A. Associamos a etiqueta “Lado Oeste – Camada 2” a esta unidade, as cronologias dos materiais aqui

exumados correspondem com os já descritos. As formas em questão são a Hayes 67, a El Marine 14 e a Hayes 50 A/B.

Relativamente à Camada 3, apenas se identificou aqui um fragmento passível de atribuição de forma. Trata-se de uma variante mais tardia da Hayes 91.

Na Camada 4 foi identificado o prolongamento do pavimento também identificado na Camada 4 da Vala 3, que seria em terra batida. Nesta unidade apenas se identificaram 3 fragmentos, dois de TSSG, Drag. 35/36 e Drag. 33 e um de TSA C, Hayes 45 B.

Uma vez que a Parede 1 se prolongava, a área a escavar foi ampliada, com recurso a meios mecânicos, “foi assim aberta uma área que abrange grosso modo 33,75 m²” (Maia, 2004, p.2). O objetivo seria encontrar uma estrutura simétrica à Parede 1, no entanto, não se encontrou quaisquer indícios da mesma. Todavia, no decorrer deste processo foi identificada a Parede 5. Associámos esta estrutura às etiquetas “Parede Norte - PN”, no entanto não encontramos quaisquer fragmentos de TS correspondentes à mesma.

Junto à Parede 5 foi identificada uma 3^a Camada, constituída por um sedimento extremamente duro, avermelhado que apresentava micro estratos constituídos por uma zona superior coberta por tesselas soltas e pequenos fragmentos de mosaico ainda em conexão, virados para baixo, e uma zona inferior que era caracterizada pela existência de muitos fragmentos de estuque pintado de vermelho pompeiano (Maia, 2004, p.3). Não encontrámos materiais correspondentes a esta UE.

Valas 5, 6 e 7 (Figura 20 a 22, Gráficos 23 e 24 – Anexo V)

De acordo com o relatório, nestas três valas não foram identificados níveis ocupacionais muito relevantes ou estruturas romanas (Maia, 2004, p.2). De acordo com os desenhos anexos no relatório é possível ver que foram detetados dois níveis de pavimento identificados nas três valas, e ainda uma estrutura, identificada como Parede A, na vala 6. Porém, nenhuma destas UE's é descrita.

Podemos também observar, no desenho relativo ao perfil Leste, que a Vala 6 não foi escavada na totalidade. Contudo, parece ter havido alguma urgência no desenvolvimento desta última parte da escavação, pois existe no relatório uma referência às chamadas de atenção, que eram feitas com frequência, relativas aos prazos da obra (Maia, 2004, p.2).

Durante os trabalhos em que levámos a cabo a reorganização dos materiais desta intervenção identificámos alguns materiais provenientes destas 3 valas. As formas de TS

identificadas nestas valas são muito poucas, correspondendo uma Hayes 61 à Camada 4 da Vala 5, uma Hayes 50 A à Camada 4 da Vala 6 e uma Drag. 37 sudgálica à Camada 5 da Vala 6.

4. Interpretações relativas ao sítio. Um breve acréscimo às conclusões pós-escavação

Após a escavação a Vala 2 foi associada a uma lixeira ao ar livre (Maia, 2004, p.4) e as valas 1, 5, 6 e 7 não foram alvo de novas interpretações por parte da autora do relatório. De facto, nas áreas correspondentes às valas 1 e 2 não foram encontradas quaisquer estruturas. No que diz respeito às 5, 6 e 7 a pouca informação existente no relatório, aliada ao reduzido número de materiais exumados, não nos permite acrescentar qualquer informação.

No que diz respeito ao conjunto de estruturas escavadas, apenas foi possível concluir que se tratava de um conjunto de paredes interligadas, sendo que as 1 e 5 acabariam formando o que Maria Maia (2004, p.3) descreveu como sendo um *podium* de pedra. Este conjunto de estruturas tinha uma altura conservada quase nivelada e era revestida, quase na totalidade, por uma argamassa de cal e areia. A autora põe a possibilidade de esta estrutura ter correspondido à base de uma parede de taipa, cujos vestígios se verificariam através dos revestimentos das partes exterior e interior da Parede 1, ponto discutido acima, assim como a 3ª camada identificada junto à Parede 5. Neste espaço foram ainda exumados derrubes de *tegulae* e *imbrices*, que levaram a crer que o edifício era coberto, na sua maioria (Maia, 2004, p.4). No entanto, estes derrubes não foram associados a qualquer camada descrita no relatório e apenas foi identificada uma etiqueta que lhes pudesse corresponder, já apresentada na descrição da Vala 3.

A interpretação sugerida por Maria Maia (2004, p.4) para este espaço consiste na existência de um edifício, na sua maioria coberto, com o interior decorado com um espelho de água de pouca profundidade e algumas colunas feitas em tijolos de quadrante. Seguindo esta linha de pensamento poderíamos sugerir que se tratasse de uma zona de peristilo, mas as valas 5, 6 e 7 não ajudaram a determinar essa questão. Visto que apenas se conservava um piso de circulação (?) em terra batida, o espaço poderia também corresponder a um pátio ou um átrio de uma *domus*. No relatório vemos também a sugestão de que este espaço poderia ter paredes revestidas, "... na parte inferior, de mosaico policromo e na superior, de frescos que utilizavam a sumptuosa cor vermelho

pompeiano” (Maia, 2004, p.4) e, no chão um grande mosaico. No entanto, tratam-se apenas de “reconstituições hipotéticas”, tal como é referido pela autora.

O NMI contabilizado ao longo deste estudo leva-nos a questionar se este se trataria unicamente de um contexto habitacional ou se teria também uma área ligada ao comércio, pois 370 indivíduos acabam por representar um universo demasiado grande para uma ocupação unicamente residencial. No entanto, a documentação existente não é muita, e ao ver os desenhos de campo e as fotografias, e tendo em conta o mau estado de conservação dos materiais provenientes do local torna-se impossível fazer uma interpretação segura do sítio.

Podemos afirmar, ainda assim, que os contextos se encontravam muito revolvidos, o que se pode atestar pelo elevado grau de fragmentação dos materiais, assim como pelas descrições feitas no relatório. Não podemos também esquecer que o local já tinha sido alvo de obras, das quais desconhecemos a data exata, mas que terão sido em inícios do séc. XX (Maia, 2004, p.3) para erguer o edifício que terá então sido adquirido e anexado à unidade hoteleira, assim como para a construção de um poço, que não sabemos ser ou não contemporâneo da anterior residência.

4.1. Considerações alusivas à cronologia do sítio

Posto isto é necessário fazer algumas considerações relativamente à datação do sítio escavado. Tendo em conta todas as limitações já apontadas, identificámos um primeiro nível de ocupação nas camadas 5 da Vala 1 e 4 da Vala 2, entre a primeira metade do séc. I d.C. e a segunda metade do II. Ou até mesmo na 5ª camada da Vala 2, cujas formas se situam no séc. I d.C., inícios de II. Com já referido, não temos quaisquer estruturas associadas a estas unidades.

No que diz respeito ao edifício, foi proposto que a sua construção tenha sido levada a cabo no “... decurso do Séc. III d.C., incluindo o respectivo derrube e destruição que, para além de envolverem um incêndio, assumiram um carácter violento” (Maia, 2004, p.4). Na Camada 4 da Vala 4 identificou-se o que parece ser um outro momento de ocupação, entre a primeira metade do séc. III d.C. e a segunda metade do IV. Tendo em conta os desenhos de campo (Figuras 18 e 19 – Anexo V), este momento parece-nos ser posterior à construção da Parede 1 e da Parede 3, mas não da Parede 2 que assenta sobre a UE 4, no entanto, esta situação verifica-se na área da Vala 3. Também na segunda camada do testemunho entre estas duas valas se identificou um novo nível, definido entre meados do séc. IV e primeira metade do séc. V.

No entanto, não existem referências à escavação de outras camadas, que nos permitam datar seguramente estas construções. Da mesma forma, não nos parece ser possível atribuir uma datação segura ao momento da destruição do edifício, pois a documentação existente leva-nos a pensar que as camadas de derrube, por exemplo, estavam extremamente revolvidas.

Em suma, após as análises cronotipológica e cronoestratigráfica da TS identificada, é-nos possível observar que o local tem a sua datação balizada, *grosso modo*, entre a primeira metade do séc. I d.C., anos 30/40 d.C. e primeiro terço/metade do séc. V., anos 450/460 d.C.

Destacam-se, no entanto, dois grandes picos de importações: um entre os meados do séc. I d. C. e inícios do II, e outro entre a segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. IV. Estes foram os níveis de ocupação identificados na estratigrafia e acabam por se corresponder com os períodos de maior desenvolvimento da cidade.

As quebras nas importações cerâmicas, entre meados do séc. II d.C. e inícios/meados do III, são consequência do ambiente de crise e insegurança existente no Sul da Península Ibérica, que poderá ter correspondido a um período de ataques por parte dos *mauri*, que referimos supra, no ponto 2.4.1. Relativamente ao *terminus* da ocupação desta área, este poderá relacionar-se com o facto de na segunda metade do séc. IV a chegada de navios ao porto de *Ossonoba* ter diminuído, tal como aconteceu noutras cidades do Ocidente (Bernardes, 2014, p.363).

Na recente tese de Sónia Bombico (2017), onde são estudados os ritmos económicos de produção e exportação de produtos alimentares produzidos na Lusitânia, é também feita referência a duas fases de produção e exportação que, de certa forma também concordam com os períodos aqui apontados. A primeira situa-se entre os séc. I d.C. e o II, e a segunda entre o séc. III d.C. e o V. A autora (2017, p.416) refere também que houve um período de descontinuidade da produção de preparados piscícolas, entre os finais do séc. II e os meados do séc. III.

5. Comparação do padrão de importações da *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 com o de outros sítios arqueológicos

5.1. Comparação entre a TS da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 e de outros conjuntos estudados em Faro

São já alguns os estudos relativos a conjuntos de *terra sigillata* de *Ossonoba* (Delgado, 1968; Fernandes, 2018; Paulo, 1999/2000; Pereira, 2001/2002; Viegas, 2011). Estes estudos permitem-nos ter um melhor conhecimento da cidade romana, assim como da sua história económica. Pontos para os quais pretendemos contribuir com a presente dissertação.

Se tivermos em conta a já referida reconstituição do urbanismo de *Ossonoba* por áreas (Figura 10 – Anexo I), temos agora dados que nos permitem contribuir para uma melhor datação da zona residencial. No entanto devemos sempre deixar claro que esta é apenas uma proposta de divisão que pode vir a ser alterada consoante o evoluir do conhecimento.

No que diz respeito aos ritmos e padrões de consumo de TS da cidade utilizámos os dados em estudo, confrontando-os com os até então existentes. Desta forma foi-nos possível fazer uma análise geral relativa à cidade, assim como um estudo comparativo entre as diferentes áreas da mesma. Utilizámos os dados percentuais relativos ao nº de fragmentos e/ou ao NMI referidos nos estudos relativos ao sítio do mosaico do Oceano (Viegas, 2011), Museu Municipal, (Viegas, 2011) e Fábrica da Cerveja (Paulo, 1999/2000), onde são apresentados dados relativos às várias categorias de *sigillata* identificados. Contudo, é sempre necessário ter em conta o facto de as áreas escavadas serem diferentes, assim como de a quantidade das amostras ser muito variada.

Na procura de paralelos para as formas da Rua Infante D. Henrique nº 58-60, assim como na interpretação individual das categorias, tivemos também em conta o estudo da TSA e focense tardia (ou Late Roman C) da Horta da Misericórdia (Fernandes, 2018) e os estudos de algumas peças do Largo da Sé (Delgado, 1968; Pereira, 2001/2002).

Como já foi referido, a cidade expandiu os seus limites para além do seu núcleo genético ainda na primeira metade do séc. I, ponto que está novamente a ser demonstrado. A *terra sigillata itálica* encontra-se muito pouco representada nos conjuntos desta nova zona da cidade. A cronologia ligada a esta área acaba por coincidir com a crescente diminuição da exportação de TSI. No conjunto em estudo, assim como no do sítio do mosaico do Oceano a sua percentagem é mínima, mas o mesmo já não se verifica na área

da Vila-Adentro, cuja ocupação tem uma datação muito mais antiga, onde a categoria apresenta números mais consideráveis (Gráfico 14 – Anexo IV). A Consp. 20.4 foi também identificada no sítio do mosaico do Oceano, o que vem reforçar o ponto já exposto por Catarina Viegas (2011, p.131), de que as fases mais antigas desta produção estão muito pouco representadas na cidade.

A *terra sigillata sudgálica*, por sua vez, é a categoria que melhor se encontra representada no sítio em estudo, tal como se verificou no sítio do mosaico, que se encontra muito próximo. No Gráfico 14 (Anexo IV) podemos notar que esta situação não se iguala nos sítios localizados na Vila-Adentro, que se terá transformado no centro político, administrativo, judicial e religioso da cidade e onde se terá notado uma diminuição do número de importações cerâmicas, como já referido.

Os novos dados que apresentamos vêm reafirmar que *Ossonoba* terá começado a importar as produções sudgálicas durante a primeira metade do séc. I d.C. (Viegas, 2011, p.137), e também que os exemplares produzidos por esta altura não se encontram em grande número. No sítio do mosaico do Oceano, a Drag. 27 é também a forma lisa que mais se identificou, seguindo-se a 35/36 (Viegas, 2011, p. 138). No Museu Municipal de Faro as formas Drag. 18, 27, 15/17 e 35/36 são as que mais se destacam (Viegas, 2011, p. 138). Ainda no Largo da Sé, foram identificadas duas Drag. 15/17 (Pereira, 2001/2002, p.68). Nos casos das formas Ritt. 5 C, Drag. 33 e 22 A, não foram encontrados paralelos em Faro.

Relativamente às formas decoradas, no mosaico do Oceano e no MMF (Viegas, 2011, p.141), a Drag. 37 é também a que se encontra em maior número, seguida pela Drag. 29. Ambas se encontram representadas de igual forma na Fábrica da Cerveja (Paulo, 1999/2000, p.32), e, no Largo da Sé foi identificado um fragmento de Drag. 29 (Pereira, 2001/2002, p. 69).

Quanto às produções hispânicas, a cerâmica de imitação de produção bética encontra-se representada por uma maior percentagem no MMF, já no estudo relativo à Fábrica da Cerveja não foi feita referência a esta categoria cerâmica (Paulo, 1999/2000). Na nova área da cidade, o local onde se identificou um menor NMI corresponde ao local em estudo. A forma Martínez III, encontra-se também representada no sítio do mosaico e é a que se encontra em maior número no MMF (Viegas, 2011, p.150).

Por sua vez, a *terra sigillata* hispânica, embora nunca em grandes quantidades, encontra-se representada por uma maior percentagem nos sítios na nova área da cidade (Gráfico 14 – Anexo IV), principalmente no sítio do mosaico do Oceano, onde o seu NMI

corresponde a 21% (Viegas, 2011, p.128). A pouca representatividade desta categoria em *Ossonoba* pode explicar-se pelo elevado número de importações sudgálicas, assim como pelo crescente aumento da importação de produções africanas que tiveram início nos finais do séc. I d.C. (Viegas, 2011, p.156).

No sítio do mosaico a Drag. 18 é também a forma lisa que mais se distingue, seguindo-se a Drag. 15/17 e a 27, já no MMF é a Drag. 27 que se destaca (Viegas, 2011, p.154), e na Fábrica da Cerveja a Drag. 15/17 (Paulo, 1999/2000, p.33). Quanto às formas decoradas, a Drag. 37 é novamente a mais representativa no sítio do mosaico do Oceano e no MMF (Viegas, 2011, p.154), e, no Largo da Sé, identificaram-se as formas Drag. 37 e 29 (Pereira, 2001/2002, pp.70-71). Não se encontraram paralelos, em Faro, para as formas Drag. 24/25, 33, 35/36, 30 e Hisp. 10.

A *terra sigillata africana* encontra-se bem representada nos conjuntos ossonobenses (Gráfico 14 – Anexo IV). Excetuando o sítio do mosaico do Oceano, podemos verificar que a percentagem dos NMI das três categorias de TSA correspondente aos restantes sítios equivale a mais de metade do total dos mesmos.

Os valores percentuais do NMI de TSA A não variam muito entre os 4 sítios em comparação. No sítio do mosaico do Oceano destaca-se a Hayes 8 A e no MMF a Hayes 14/17 (Viegas, 2011, p.158). Na Fábrica da Cerveja foram identificadas também as formas Hayes 3, 6 e 16. A Hayes 3 B, tem também paralelos no Largo da Sé (Delgado, 1968, p.10; Pereira, 2001/2002, p.72). Já as Hayes 26 e 31 não têm ainda paralelos em Faro.

Demonstra-se, novamente, que, em *Ossonoba* a importação de TSA A veio a intensificar-se a partir de meados do séc. II, o que já havia sido apontado por Catarina Viegas (2011, p.160).

É no conjunto da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 que se verifica a maior percentagem de NMI de TSA C. Catarina Viegas referiu que “...atendendo à datação proposta para o mosaico (Lancha, 1985), esta área terá recebido amplas obras de remodelação entre a 2ª metade do séc. II e o séc. III, aspecto que aparentemente não se reflectiu numa maior percentagem de *sigillata* datável deste período. Este facto remete-nos para a forma como se processou a deposição dos lixos e de como a cerâmica foi descartada” (Viegas, 2011, p. 255). Pois bem, tendo em conta a evolução cronológica dos diferentes tipos de TS recolhidos no sítio em estudo (Gráfico 11 – Anexo IV), assim como as interpretações relativas ao sítio e à sua estratigrafia, que já tivemos oportunidade de tratar no capítulo 3.4.1, podemos concordar com a autora no que diz respeito à possível

existência de obras de remodelação entre a 2ª metade do séc. II d.C. e o séc. III, e também quanto à questão da deposição dos lixos e descarte das cerâmicas.

É-nos também possível acrescentar que existe agora uma percentagem significativa de TS, recolhida nesta nova zona da cidade, não para o período exato entre a 2ª metade do séc. II d.C. e o séc. III, mas para a segunda metade do séc. III, um bom indicador do período próspero pelo qual a cidade estaria a passar.

Talvez o facto de o sítio em estudo poder corresponder a um contexto habitacional possa também justificar uma maior existência de cerâmicas de mesa como a TS, em comparação com o sítio do mosaico do Oceano. Este último sítio terá correspondido a um edifício público pertencente à zona industrial da cidade, de acordo com os resultados dos estudos feitos à epigrafia e iconografia do pavimento em questão (Viegas, 2011, p.90).

A Hayes 50 é também a forma mais comum nos sítios do mosaico do Oceano e no MMF (Viegas, 2011, p.158), também no Largo da Sé foi identificado um fragmento (Delgado, 1968, p.22), e a variante A foi igualmente identificada na Horta da Misericórdia, com grande superioridade numérica (Fernandes, 2018, p.96).

A TSA D é a categoria/fabrico de proveniência africana que se encontra representada em menor quantidade no conjunto em estudo, o que não se verifica nos restantes sítios. No entanto, é possível observar que na zona da Vila-Adentro a quantidade de TSA D identificada apresenta percentagens muito superiores às da outra zona da cidade (Gráfico 14 – Anexo IV). A estes números está ligada a já referida diminuição da área de *Ossonoba* para o seu núcleo genético, durante o Baixo Império, local onde as importações de TSA D continuaram a ser significativas até meados do séc. VI (Fernandes, 2018, p. 106; Viegas, 2011, p.257).

A datação das importações de TSA D da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 permite-nos, novamente, confirmar os dados já existentes (Viegas, 2011, p.257), ou seja, esta zona terá sido abandonada nos meados do séc. V. No entanto, no que diz respeito ao sítio em estudo, o *terminus* de importações será no primeiro terço/metade do séc. V., sem se ter estendido ao terceiro quartel, como acontece do caso anteriormente citado.

No sítio do mosaico do Oceano sobressai a forma Hayes 58, no MMF a Hayes 67 (Viegas, 2011, p.158) e na Fábrica da Cerveja a Hayes 58. A peça identificada no local em estudo, com a datação mais tardia, é a Hayes 91. Na Horta da Misericórdia foi também identificado um número considerável de Hayes 91, sendo várias as suas variantes (Fernandes, 2018, p. 98). Não se encontraram em Faro paralelos para a forma Hayes 48.

Não se identificou na coleção em estudo qualquer fragmento de TS oriental, hispânica tardia, foceense tardia ou DSP. E apenas se encontrou um fragmento indeterminado de TSL. Estes dados não diferem muito dos relativos ao sítio do mosaico do Oceano (Viegas, 2011, p.128).

5.1.1. Um novo contributo para o conhecimento de *Ossonoba*

Como já se demonstrou, o conjunto em estudo ajudou-nos a confirmar as datações já propostas para a área para onde se estendeu a cidade de *Ossonoba* durante o Alto Império, assim como permitiu fazer uma melhor análise da história económica. Assim sendo, de forma a não repetir a informação já exposta por Catarina Viegas na sua “síntese sobre as principais características da terra sigillata de Faro” (2011, pp.174-175), utilizámos os dados relativos aos quatro sítios que temos vindo a comparar para calcular a importação média anual geral da cidade³ (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 385).

São várias as categorias de *terra sigillata* identificadas até então em Faro, no entanto, nem todas estas importações adquiririam a mesma importância. Se somarmos o total das percentagens dos NMI de Faro (Quadro 21 e Gráfico 13 – Anexo IV), podemos aferir que a maior quantidade corresponde à TSSG, seguindo-se, também em quantidades consideráveis as TSA D, TSA C, TSH e TSA A. No entanto, acaba por ser necessário ter também em conta o período de tempo durante o qual estas categorias cerâmicas chegavam ao porto de *Ossonoba*.

As relações comerciais estabelecidas entre esta cidade e os restantes pontos do Império trouxe a *Ossonoba* uma grande diversificação de categorias e formas desta cerâmica fina. Porém, nem sempre essa era uma relação direta com os portos mais próximos dos centros produtores, por exemplo, a TSI poderá ter chegado ao porto de *Ossonoba* como consequência das trocas comerciais com o porto de Cádiz (Viegas, 2011, p.174).

Podemos ver no Gráfico 15 (e quadro 22 – Anexo IV), que as relações preferenciais são então as que a cidade manteve com o Sul da Gália e com o Norte de África. A percentagem do valor de importação média anual de TSSG sobressai, em comparação com os restantes, seguindo-se a TSA C e a TSA D. A TSH e a cerâmica de imitação de produção bética encontram-se também relativamente bem representadas, tal

³ Os valores utilizados para os cálculos são apresentados juntamente com os gráficos.

como a TSfoc tardia, proveniente da Fócea, ou costa da atual Turquia. Já as produções tardias do Sul da Gália TSL e DSP, não apresentam valores relevantes, tal como a TSOA.

5.2. Comparação entre a TS da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 e de outros sítios arqueológicos

Como já referido, ao comparar os padrões de consumo de diferentes sítios arqueológicos é necessário ter em conta que as áreas escavadas são distintas, tal como o número de materiais exumados. E o nível de conhecimento existente em relação aos sítios é também variável. Desta forma, e dada a quantidade de estudos sobre TS existentes, optámos por seleccionar, quatro sítios urbanos e dois sítios rurais litorais, ou próximos do litoral, enquadrados no sudoeste peninsular, de forma a fazer uma breve comparação com a coleção em estudo.

A TSI encontra-se muito pouco representada na área de *Ossonoba* onde se enquadra o sítio em estudo. A forma Consp. 20.4 foi identificada em sítios como Castro Marim (Viegas, 2011, p.438), Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 24) e Chãos Salgados, *Miróbriga* (?) (Quaresma, 2012, p. 96). Tendo em conta os valores apresentados por Catarina Viegas (2011, p.437), A. Bourgeois e F. Mayet (1991, pp. 384-385), e José Carlos Quaresma (2012, p.343), nos dois primeiros sítios a presença de TSI é mais significativa que no segundo, onde a sua representação é fraca. E como já tivemos a oportunidade de ver, no ponto 5.1, a TSI não se encontra representada por conjuntos de grandes quantidades em *Ossonoba*, facto que se parece enquadrar no padrão da restante área da Lusitânia (Quaresma, 2012, p.225).

Em Pedras d'el Rei e em Tróia os conjuntos de TSI são também muito pouco representativos (Silva, 2010, p.102; Viegas e Dinis, 2010, p.240).

Tal como se verificou em *Ossonoba*, em *Balsa* e em Castro Marim a TSSG é a categoria que melhor se encontra representada. As formas lisas que predominam são também as Drag. 18 e 27, seguindo-se as Drag. 24/25, 35/36 e 15/17 (Viegas, 2011, pp. 295 e 445). No que diz respeito às formas decoradas, em *Balsa* identificou-se um grande número de Drag. 37 (Viegas, 2011, p. 295), já em Castro Marim, a tipologia que mais se destaca é a Drag. 29 (Viegas, 2011, p.445).

Em Belo a TSSG, embora não tenha um maior número de fragmentos, é a categoria com um valor de importação média anual superior (Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 384-385). As formas lisas identificadas em maior quantidade são a Drag. 18/31, 27, 34/35 e 24/25, e dentro das formas decoradas destacam-se as Drag. 30 e 37 (Bourgeois e

Mayet, 1991, p. 171). Também em Chãos Salgados, Miróbriga (?), a TSSG é a categoria que se encontra representada por um maior NMI, assim como por um maior valor de importação média anual (Quaresma, 2012, p.343). As formas lisas Drag. 18, 24/25, 27 e 15/17 são também as que apresentam um maior NMI. Por sua vez, as tipologias decoradas que mais se destacam são a Drag. 30, 37 ou o elevado número fragmentos impossíveis de determinar entre as formas Drag. 29 ou 37 (Quaresma, 2012, p.338).

Em Pedras d'el Rei e em Tróia os conjuntos de TSSG não apresentam a mesma representação. No caso de Tróia é muito reduzido (Silva, 2011, p.102), sendo que apenas se identificaram as formas lisas Drag. 16, 24/25, 15/17, 27 e 18. A Drag. 29 foi a forma decorada identificada. Já em Pedras d'el Rei é o terceiro conjunto mais significativo e as formas identificadas em maior quantidade são também as lisas Drag.27, 18, 24/25 e a decorada Drag. 37 (Viegas e Dinis, 2010, p.240).

Encontrámos paralelos para a forma Ritt. 5 C em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p. 93), em *Balsa* foi também identificada uma Ritt. 5 (Viegas, 2011, p.295), e, para a Drag. 33 em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p. 96). Formas estas que não tinham paralelos em Faro.

A cerâmica de imitação de produção bética, embora não apresente grandes quantidades, tem percentagens mais significativas nos conjuntos de *Balsa* e de Castro Marim (Viegas, 2011, p.290 e 437) que no de Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p. 339). A forma Martinez III é a forma mais representativa desta categoria em *Balsa* (Viegas, 2011, p.320), em Castro Marim é também uma das mais presentes (Viegas, 2011, p.460), tal como em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p.119).

Em Pedras d'el Rei (Viegas e Dinis, 2010) esta categoria cerâmica também foi identificada, no entanto a forma em questão não se encontra representada.

“A importação média anual de TSH é normalmente mais baixa do que a da TSSG, no Sul e no litoral, mas dominante no interior e no Norte” (Quaresma, 2012, p.308). E ao analisar a percentagem correspondente ao NMI das formas de TSH identificadas nos sítios em comparação podemos apontar que esta categoria é a terceira maior na coleção em estudo, quarta em *Balsa* (Viegas, 2011, p.290) e em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 384-385), terceira em Castro Marim (Viegas, 2011, p.437) e segunda em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p. 343).

Enquanto na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 a Drag. 18 apresenta um elevado NMI, em *Balsa* (Viegas, 2011, p.323), Castro Marim (Viegas, 2011, p.461), Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 197 e 206) e Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma,

2012, p. 339) o mesmo não se verifica. As formas lisas mais comuns nestes quatro sítios urbanos são a Drag. 27 e a 15/17. Já a Drag. 37 é também a forma decorada que mais se destaca.

Em Tróia, tal como acontece com a TSSG, a TSH não apresenta números significativos e a forma existente em maior número é a Drag. 24/25 (Silva, 2010, p.43). Em Pedras d'el Rei a TSH adquire uma percentagem bastante significativa e os NMI superiores correspondem às formas Drag. 15/17 e 27 (Viegas e Dinis, 2010, p.240).

Relativamente às formas que não tinham paralelos em Faro, em *Balsa* (Viegas, 2011, p.323) foi encontrada a forma Drag. 24/25, em Castro Marim (Viegas, 2011, p.461) as Drag. 24/25 e 35/36, em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 197 e 206) as Drag. 24/25, 33, 35/36 e 30, e em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p.339) as Drag. 24/25, 33, Hisp. 10 e Drag. 30.

Relativamente às importações africanas, em *Balsa* verifica-se uma maior percentagem de NMI relativa à TSA D, seguindo-se a TSA A, no entanto, sem uma grande diferença. Por sua vez, o grupo de TSA C, é relativamente mais pequeno (Viegas, 2011, p.290). Já em Castro Marim, as importações de TSA são praticamente inexistentes (Viegas, 2011, p. 437), o seu NMI corresponde unicamente a duas Hayes 9 A.

Em Belo, a TSA D é a categoria que apresenta o maior número de fragmentos de todo o conjunto, no entanto o mesmo não se verifica no valor de importação média anual. A TSA A detém um número de fragmentos considerável, sendo que a TSA C já não apresenta valores tão consideráveis (Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 384-385). Em Chãos Salgados, Miróbriga (?) é a TSA C que predomina em termos de NMI, seguida pela TSA A, sem uma grande diferença percentual, e depois a TSA D (Quaresma, 2012, p.343).

Em Pedras d'el Rei (Viegas e Dinis, 2010), tal como em Tróia (Silva, 2010, p.111), o maior conjunto é o de TSA D, seguindo-se a TSA C, tendo a TSA A uma menor representatividade.

Em *Balsa*, a forma de TSA A existente em maior número é a Hayes 14/17, seguindo-se as Hayes 9 e 8 (Viegas, 2011, p.328). No caso de Belo, é a Hayes 23B que se destaca, seguida pela Hayes14. A Hayes 9 também foi identificada em número considerável (Bourgeois e Mayet, 1991, p.229). Em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, pp.341-343) a Hayes 14 A é a forma com superioridade numérica, seguindo-se as Hayes 27 e 9. No caso desta última, predomina a variante B.

Em Tróia a Hayes 9 é a forma que mais se evidencia, seguida pela Hayes 14 (Silva, 2010, p.47). A Hayes 14/17 é também a que foi identificada em maior número em Pedras d'el Rei (Viegas e Dinis, 2010, p.240).

A forma Hayes 31, sem paralelos em Faro, foi identificada em *Balsa* (Viegas, 2011, p.328), em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, pp.341-343), e em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p.229). A Hayes 26, por sua vez, tem paralelos em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, p.341).

Quanto à TSA C, na Rua Infante D. Henrique nº 58-60, a Hayes 50 é a forma que apresenta um maior NMI, que se destaca de todos os outros (Gráfico 9 – Anexo IV). Esta superioridade numérica é comum também nos sítios arqueológicos que temos vindo a referir (Viegas, 2011, p.331; Bourgeois e Mayet, 1991, p.270; Quaresma, 2012, pp.341-343; Silva, 2010, p.53; Viegas e Dinis, 2010, p.240), sendo, nos casos de Chãos Salgados, Miróbriga (?), Belo e Tróia, também seguida pelas Hayes 45.

As formas de TSA D que apresentam um maior NMI em *Balsa* são a Hayes 61, maioritariamente a variante A, e a Hayes 99. A Hayes 91 tem também algum destaque (Viegas, 2011, p.333). Em Belo a Hayes 61 é das formas maioritariamente presentes, por sua vez as Hayes 59 e 91 também se encontram bem representadas (Bourgeois e Mayet, 1991, p.293). Em Chãos Salgados, Miróbriga (?), é a Hayes 58 que apresenta um número superior, no entanto as formas 59 e 91 também tem uma representação considerável (Quaresma, 2012, pp.341-343).

A Hayes 61, variante A, é também a forma de TSA D com mais presença em Pedras d'el Rei (Viegas e Dinis, 2010, p.240). Em Tróia, as Hayes 59 e 61 são também as formas com maior destaque (Silva, 2010, p.62).

E relativamente à forma sem paralelos em Faro, a Hayes 48, esta encontra-se presente em *Balsa* (Viegas, 2011, p.333) e em Chãos Salgados, Miróbriga (?) (Quaresma, 2012, pp.341-343).

Quanto às restantes produções tardias, também já tivemos a oportunidade de referir que, na Rua Infante D. Henrique nº 58-60, apenas se identificou um fragmento de TSL. Este tipo de produções apresenta níveis percentuais muito reduzidos ou até mesmo pouco significantes nos restantes sítios em comparação (Viegas, 2011, pp.331 e 437; Bourgeois e Mayet, 1991, pp. 384-385; Quaresma, 2012, pp.285-287; Silva, 2010, p.53; Viegas e Dinis, 2010, p.240).

6. Conclusão

O atual estado do conhecimento sobre *Ossonoba* tem sido maioritariamente adquirido através da arqueologia. Esta cidade portuária situada no atual Algarve central/oriental, outrora confundida com Milreu, foi uma das mais importantes da região. Deste modo é importante continuar a contribuir para o seu estudo e melhor conhecimento.

Consequência das diferentes conjunturas políticas, económicas e sociais, as cidades encontram-se em constante mudança. Ao contrário da zona da Vila-Adentro, que tem sido continuamente habitada, desde a proto-história, a área à qual pertence o conjunto cerâmico aqui em estudo terá sido habitada desde a primeira metade do séc. I d.C., até ao primeiro terço/metade do séc. V., voltando a ser novamente ocupada apenas no séc. XX.

A importância dos estudos de materiais é crucial quando o objetivo é compreender melhor as alterações na malha urbana de uma cidade, assim como a constante evolução das suas relações comerciais com outros pontos do Império. O espólio exumado numa escavação nunca deverá ser tratado como um ponto individual, deste modo, tentámos ao máximo enquadrar, primeiramente o sítio e, de seguida, os materiais em estudo.

Com o prosperar da cidade e a resultante transformação da zona da Vila-Adentro no centro político e religioso da *urbs*, as áreas em seu redor e os terrenos junto à via que se dirigia a ocidente foram ocupados, nascendo assim novas áreas, como a residencial e a industrial. Sendo assim provável que o sítio onde se situa hoje o Hotel Sol Algarve tenha sido já parte da nova área residencial.

Contudo, a área escavada não foi suficiente para que se pudesse obter uma boa leitura das estruturas encontradas, apenas tendo sido identificado um conjunto de paredes de boa alvenaria. Os relatos relativos à existência de tijolos de quadrante e fragmentos de um pequeno tanque levam a pensar que se pudesse tratar de um pátio ou até de uma área de peristilo, no entanto, não há dados que o confirmem. Ao confrontar os dados do relatório e as tipologias dos materiais existentes foi também possível perceber que muitas das UEs não se encontravam preservadas, o que condicionou a análise cronoestratigráfica. Para mais, o NMI contabilizado neste estudo leva-nos a questionar se este se trataria unicamente de uma ocupação unicamente residencial ou se este sítio terá também tido uma área relacionada com o comércio.

A presente dissertação permitiu-nos estudar a totalidade do conjunto de *terra sigillata* proveniente da escavação levada a cabo, em contexto de obra numa unidade hoteleira, na Rua Infante D. Henrique nº 58-60, em Faro, no ano de 2004. Este conjunto

de 1618 fragmentos permitiu-nos definir 568 como sendo diagnósticos, dos quais resultou um NMI de 370.

Este conjunto é composto por uma grande heterogeneidade de categorias desta cerâmica de mesa importada: itálica; sudgálica; hispânica; africana A, C e D; luzente; e ainda cerâmica de imitação de produção bética. Relativamente à distribuição percentual do NMI, a TSSG apresenta o maior valor, seguida pelas TSA C, TSH, TSA A, TSA D, CI, TSI e TSL (Quadro 14 e Gráfico 8 – Anexo IV).

A diversificação das formas identificadas é relativamente grande, sendo o conjunto de TSSG o que apresenta uma maior quantidade. No entanto, a forma à qual corresponde um maior NMI é Hayes 50, nomeadamente as variantes A e A/B, o que acaba por ser bastante comum, quando se faz uma comparação entre vários sítios arqueológicos.

Ao analisar a distribuição percentual relativa à quantidade média anual recebida de cada uma das produções (Quadro 15 e Gráfico 12 - Anexo IV), verifica-se que as importações sudgálicas ganham ainda uma maior importância, tal como a TSA C. O mesmo não se verifica nos casos da TSA A e TSA D, no entanto, não se notam diferenças muito significativas, quando comparando estas percentagens com as que se retiram a partir do NMI.

Se as compararmos com os valores relativos à quantidade média anual calculada para a cidade (Quadro 22 e Gráfico 15 - Anexo IV), os valores que apresentam maior discrepância são os relativos à TSfoc e TSI. Relativamente à TSfoc, esta categoria não foi identificada no local em estudo, pois o início da sua produção é mais tardio que a cronologia associada ao sítio. A TSI, por sua vez não apresenta valores relevantes, pois também tem uma época de produção distinta da cronologia do sítio, sendo que o momento em que a cidade de *Ossonoba* cresceu corresponde com a época em que esta categoria começou a ser exportada em menor quantidade. Já a TSA C apresenta valores muito menores nas médias anuais calculadas para a cidade, do que nas calculadas apenas para o sítio em estudo.

De facto, as quantidades existentes de importações de *sigillata* africana C identificadas na Rua Infante D. Henrique nº 58-60 são muito superiores às registadas nos outros locais da cidade. Será então necessário apresentar mais estudos relativos a coleções de Faro para tentar compreender se esta situação se mantém.

Este estudo permitiu atribuir ao local uma datação situada entre a primeira metade do séc. I d.C., anos 30/40 d.C. e primeiro terço/metade do séc. V., anos 450/460 d.C., dentro da qual se destacaram dois picos de importações, o primeiro entre os meados do

séc. I d. C. e inícios do II, e segundo entre a segunda metade do séc. III e a primeira metade do séc. IV.

A primeira fase apontada, entre meados do séc. I d.C. e inícios do II, relaciona-se com o primeiro momento de maior desenvolvimento da cidade. Ou seja, aquando das campanhas de Cláudio, que trouxeram grande estabilidade à região, e da conquista da Britânia que levou a um grande aumento da passagem de rotas comerciais pelo porto de *Ossonoba*. Neste momento da sua história a cidade cresceu para além da Vila-Adentro, aumentando consideravelmente o seu perímetro, sendo, portanto, a zona onde se encontra a atual Rua Infante D. Henrique ocupada.

Após a clara quebra das importações, em inícios do séc. II d.C., é possível identificar um segundo grande pico, entre a segunda metade do séc. III d.C. e a primeira metade do séc. IV. Esta enquadra-se no momento em que a cidade estava a prosperar, sendo favorecida pelo declínio de *Balsa* e até de algumas cidades da vizinha Bética. Por esta altura a produção de preparados piscícolas em *Ossonoba*, e na região envolvente, terá também começado a aumentar e os intercâmbios comerciais com o Norte de África tiveram também uma grande importância.

A menor quantidade de TSA D e a inexistência de outras produções mais tardias demonstram que a ocupação deste espaço da cidade não terá avançado muito além da datação proposta.

A comparação do padrão de importações da *terra sigillata* da Rua Infante D. Henrique nº 58-60 com o de outros sítios arqueológicos demonstra que, em termos gerais, embora existam algumas diferenças em termos de cronologias e volumes de importação, as maiores diferenças encontram-se nas percentagens relativas à TSI e à TSA D. Castro Marim é o sítio urbano que tem uma maior diferença ao nível do padrão de importações, no entanto não podemos esquecer que este sítio foi abandonado no séc. II.

As formas identificadas em superioridade numérica correspondem, maioritariamente, com as apresentadas nos outros sítios arqueológicos, principalmente nos sítios urbanos, como aliás já era de esperar, visto que os sítios rurais em comparação apresentam cronologias de ocupação com um início e término mais tardios, relativamente ao nosso local de estudo. No entanto, embora existam padrões diferentes de consumo, as formas em maior quantidade são também quase sempre comuns.

Com este estudo não apresentamos um ponto conclusivo, mas sim um contributo para o estudo da cidade romana de *Ossonoba*. Tal como já foi apontando, há muito por conhecer relativamente à *civitas ossonobensis*, tanto em relação à *urbs*, como à sua

envolvente. A continuação do estudo desta e de outras coleções é crucial, a importância dos resultados das intervenções de emergência não pode ser ignorada, de forma a que haja, cada vez mais, um evoluir do estado do conhecimento sobre esta cidade.

A dissertação que aqui apresentamos oferece dados muito importantes, contudo, não podemos esquecer que esta é apenas relativa à *terra sigillata*, sendo que existem ainda 22 contentores com materiais deste sítio por estudar. Materiais estes que, certamente, poderão dar-nos informações também muito relevantes, relativas ao sítio e a quem o ocupou.

Bibliografia

- Abreu, A. C. (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, (Vol. V). Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Alarcão, J. de (1968) - Vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve. In *Conimbriga*, 7 (pp.1-33). Coimbra.
- Alarcão, J. (1974). *Portugal Romano*. Coimbra: ed. Verbo.
- Alarcão, J. (1988a). *Roman Portugal* (Vols. I-II). Warminster, England: Aris & Phillips LTD.
- Alarcão, J. (1988b). *O domínio romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Alarcão, J. (1990). Identificação das cidades da Lusitânia portuguesa e dos seus territórios. In J. G. GORGES (Ed.) – *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires* (p. 21 -34), Table ronde internationale du Centre Nacional de Recherche Scientifique (Talence 1988). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- Alarcão, J., Delgado, M., Mayet, F., Alarcão, A. & Ponte, S. (1976). In J. Alarcão & R. Etienne (Ed.) *Fouilles de Conimbriga VI. Céramiques diverses et verres*. Paris: Diff. E. de Bocard.
- Anica, A. C. (2001). *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico* (Vol. II). Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- Arruda, A. M. (1999a). O Algarve nos séculos V e IV a.C. In M. G. M. Marques (Ed.) *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)* (pp.23-31). Lisboa: Colibri.
- Arruda, A. M. (1999b). O Algarve no quadro geocultural do Mediterrâneo antigo. In M. G. M. Marques (Ed.) *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)* (pp.21-22). Lisboa: Colibri.
- Arruda, A. M. (2007). A idade do Ferro no Algarve: velhos dados (e outros mais recentes) e novas histórias. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga) (pp.117-130). Silves.
- Arruda, A. M. (2012). O Algarve Romano na Rota Atlântica do Comércio Romano. In B. Mora Serrano & G. Cruz Andreotti (Coord.) *La etapa neopúnica en Hispania y el*

- Mediterrâneo centro occidental: identidades compartilhadas*. Sevilha: Universidad de Sevilla.
- Arruda, A. M. & Gonçalves, L. J. (1993). Sobre a Romanização do Algarve. In *Actas do II Congresso peninsular de História Antiga, 1990* (pp.455-465). Coimbra.
- Arruda, A. M., Bargão, P. & Sousa, E. (2005). A ocupação pré-romana de Faro: alguns dados novos, In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8 (pp. 177-208). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Atkinson, D. (1914). A Hoard of Samian Ware from Pompei. In *Journal of Roman Studies*, 4 (pp.27-64).
- Basílio, E. (2017). *Paço dos Lobos da Gama (Évora): contributo do conjunto cerâmico de época romana para a compreensão da sua funcionalidade na urbs*. Évora: Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Ambiente apresentada à Universidade de Évora.
- Beja, N. (1999-2000). Transcrição de documentos relativos à história do Algarve. In *Anais do Município de Faro*, XXIX/XXX (pp.209-247). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Beja, N. & Teixeira, N. (2007). De Castelo a Fábrica: resultados preliminares das sondagens arqueológicas em curso na Fábrica da Cerveja Portugália em Faro. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do algarve - Percursos de Estácio da Veiga) (pp.655-665). Silves.
- Beja, N. & Teixeira, N. (2008). Sondagens arqueológicas na Cerca Seiscentista de Faro: Resultados de uma pequena intervenção. In *Xelb*, 8 (Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga) (pp.305-313). Silves.
- Bernardes, J. P. (2004). Sobre o Litoral Algarvio no Período Imperial Romano. In M. C. Lopes & R. Vilaça (Coord.) *O Passado em Cena – narrativas e fragmentos*. Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão (pp. 247-260). Coimbra/Porto.
- Bernardes, J. P. (2005a). A relação entre campo/cidade. Os casos de Milreu e Ossonoba. In *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo da Exposição (pp. 35-42). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Bernardes, J. P. (2005b). As necrópoles de Ossonoba. Morrer em Faro há 2000 anos. In *Caminhos do Algarve Romano*, Catálogo da Exposição (pp.26-34). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Bernardes, J. P. (2006). Faro romana: Ossonoba e Milreu. In *Monumentos*, 24 (Dossiê: Faro, de vila a cidade) (pp. 12 -17). Lisboa: DGEMN.

- Bernardes, J. P. (2007). A Investigação Arqueológica do Período Romano no Algarve: balanço e perspectivas de investigação. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do algarve - Percursos de Estácio da Veiga) (pp.655-665). Silves.
- Bernardes, J. P. (Coord.). (2008). *A Rota do Mosaico Romano – O Sul da Hispânia (Andaluzia e Algarve)*. Faro: Ideias em baú.
- Bernardes, J. P. (2011). A Cidade de Ossonoba e o Seu Território. In *Anais do Município de Faro*, XXXVII (pp.11-26). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Bernardes, J. P. (2014). *Ossonoba e o seu território: as transformações de uma cidade portuária do sul da Lusitânia*. In D. Vaquerizo, J. A. Garriguet & A. León (Eds.) *Ciudad y territorio: transformaciones materiales e ideológicas entre la época clásica y el Altomedioevo, Monografías de Arqueología Cordobesa*, 20 (pp. 355-366). Córdoba.
- Bernardes, J. P. (2017). O sistema portuário de Ossonoba. In J. M. Campos Carrasco & J. B. Meléndez (Ed.) *Los Puertos Atlánticos Béticos y Lusitanos y su relación comercial con el Mediterráneo, Hispania Antigua, Serie Arqueológica*, 7 (pp.391-398). Huelva: Universidad de Huelva.
- Bernardes, J. P., Fernández Sutilo, L., Campos Carrasco, J. M. & Pereira, C. (2014). El mundo funerario del extremo suroccidental de Hispania a través de dos ciudades: Ossonoba versus Onoba. In *Revista Onoba*, 2 (pp.127-127).
- Bernardes, J. P. & Encarnação, J. (2018). O Templo Romano de Faro. In *Anais do Município de Faro*, XL (pp.17-38). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Bernardes, J. P., Etchvarne, C., Lopes, M. C. & Costa, C. (Coord.) (2018). *Arqueologia Urbana em Centros Históricos*. [S.l.]: Litográfis – Artes Gráficas, Lda.
- Bernardes, J. P. (Coord.). (no prelo). *Carta Arqueológica do Concelho de Faro*. Faro (policopiado).
- Bicho N. *et al.* (2001). *A situação actual da arqueologia e do património arqueológico no Algarve*. Faro: Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- Bombico, S. (2017). *Economia Marítima da Lusitânia Romana: Exportação e Circulação De Bens Alimentares*. Évora: Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em História Especialidade: Arqueologia
- Botto, J. M. P. (1896). Notícia do Museu Archeologico de Faro. In *O Arqueólogo Português*, 1 (pp.25-27). Lisboa: S. 1.
- Botto, J. M. P. (1898). Ichnographia parcial das construcções luso-romanas de Milreu (Estoi, - Algarve). In *O Arqueólogo Português*, 4 (pp.158 -160). Lisboa: S. 1.

- Botto, M. C. (1899). *Glossario Critico dos Principaes monumentos do Museu Archeologico Infante D. Henrique*. Faro: Typographia E. Seraphim.
- Bourgeois, A. E Mayet, F. (1991). Les sigillées. In *Fouilles de Belo*, VI. Publ. de la Casa de Velázquez, 14. Paris.
- Bonifay, M. (2004). *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: B.A.R. (BAR International Series; 1301).
- Bussiere, J. (1995). Lampes hellénistiques et tardo-republicaines (Lampes d’Algérie II). In *AntAfr* 31 (pp.232-276).
- Bustamante Álvarez, M. (2010). *Terra Sigillata Hispánica en (Mérida, Badajoz). Valoración tipocronológica a partir de los vertederos del suburbio Norte. Augusta Emerita*. Tesis en área de Arqueología, Dpto. de Historia, Geografía y Filosofía. Cádiz: Universidad de Cádiz.
- Bustamante Álvarez, M. & López Rosendo, E. (2014). Las imitaciones locales de Terra Sigillata en la Bahía de Cádiz. In F. J. García Fernández & E. García Vargas (Ed.), *comer a la moda. Imitaciones de vajilla de mesa en turdetania y la bética occidental durante la antigüedad (s. VI A.C. - VI D.C.)*. Barcelona: Universitat De Barcelona.
- Carandini, A. *et al.* (1981). Ceramica Africana. In *Atlante delle forme ceramiche I*, Enciclopedia dell’Arte antica e orientale. Roma.
- Cardoso, J. L. (2007). Vida e Obras de Estácio da Veiga. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do algarve - Percursos de Estácio da Veiga) (pp. 15-74). Silves.
- Carneiro, A. (2017). Arqueologia 3.0, in *Arqueologia 3.0 I. Da escavação ao 3D. Gestão, inovação e divulgação em arqueologia*. In *Arqueologia 3.0 I. Da escavação ao 3D. Gestão, inovação e divulgação em arqueologia* (pp.7-12). [S.l.]: Fundação da Casa de Bragança.
- Carneiro, A. & Sepúlveda, E. (2004). Terra Sigillata Hispânica Tardia do concelho de Fronteira: exemplares recolhidos entre 1999 e 2003. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7.2 (pp.435-458).
- Covaneiro, J. (no prelo). “Acus crinalis” ou alfinetes de cabelo. Objectos de adorno em osso na Ossóbona romana. In *Actas do Encontro O mundo animal na Romanização da península Ibérica* (Lisboa, 26 e 27 de junho de 2015).
- Cruz, M. D. & Correia, V. H. (2007). *Normas de Inventário - Cerâmica utilitária*. Lisboa: Instituto de Museus e da Conservação.

- Dannel, G., Dickinson, B. E Vernhet, A. (1998). Ovolos on Dragendorff 30 from the collections of Frédéric Hermet and Dieudonné Rey. In Bird, J. (Ed.), *Form and Fabric. Studies in Rome's material past in Honour of B. R. Hartley* (pp.69-109). Oxford: Oxbow (Oxbow Monograph; 80).
- Dannel, G. B., Dickinson, B. M., Hartley, B. R., Mees, A. W., Polak, M., Vernhet, A. E Webster, P. V. (2003). *Gestempelte Südgalische Reliefsigillata (Drag. 29) aus den Werkstätten von la Graufesenque: gesammelt von der Association Pegasus - Recherches Européennes sur la Graufesenque / Mainz: Verlag des Römisch-Germanischen Zentralmuseums.*
- Dias, J. M. (1988). Aspectos geológicos do Litoral Algarvio. In *Geonovas*, 10 (pp.113-128). Lisboa.
- Dias, M. M. A. (2004). A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In A. A. Tavares, M. J. F. Tavares & J. L. Cardoso (Ed.), *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio (pp.157-170). Lisboa.
- Dias, V. (2017). Para lá do caco...a valorização do espólio arqueológico após a escavação. In *Arqueologia 3.0 I. Da escavação ao 3D. Gestão, inovação e divulgação em arqueologia* (pp.195-204). [S.l.]: Fundação da Casa de Bragança.
- Delgado, M. (1967). Terra sigillata clara de Conimbriga. In *Conimbriga*, 6 (pp.47-128). Coimbra.
- Delgado, M. (1968). Terra sigillata clara de museus do Alentejo e Algarve. In *Conimbriga*, 7 (pp. 41-65). Coimbra.
- Deneauve, J., (1969). *Lampes de Carthage*. Paris VII
- Edmonson, J. C. (1987). *Two industries in Roman Lusitania: mining and garum production*. Oxford: BAR International Series 362.
- Ettlinger, E.; et al. (1990). *Conspectus formarum terrae sigillatae italico modo confectae*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GMBH (Materialen zur romisch-germanischen Keramik; Heft 10).
- Fabião, C. (1992-1993). Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve. In *Studia Historica. Historia Antigua*, X-XI (pp.227-252).
- Fabião, C. (1999). O Algarve Romano. In M. G. M. Marques (Ed.) *O Algarve da antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)* (pp.33-51). Lisboa: Colibri.

- Fabião, C. (2000). O Sul da Lusitânia (Algarve Português) e a Bética: concorrência ou complementaridade? In *Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae, Conservas, aceite y vino de la bética en el Imperio romano*, Écija e Sevilha, Dezembro de 1998 (pp.717-730). Écija: Gráficas Sol.
- Fabião, C. (2007). Estácio da Veiga e a exploração de recursos marinhos no Algarve, em época romana. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga) (pp.131-142). Silves.
- Faria, A. M. de (1997). Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In F. Barata & R. Parreira (Coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar* (pp. 361-371). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Fernandes E. (2012). *Cerâmicas finas norte-africanas e mediterrânicas orientais no Baixo Guadiana (séculos V a VII)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Fernandes E. (2018). Fifth and sixth century African Red Slip and Late Roman C wares from Ossonoba (Faro, Algarve, Portugal): the assemblage from Horta da Misericórdia. In S. Willis (Ed.) *Journal of Roman Pottery Studies*, 17 (pp.93-109) United Kingdom: OXBOW BOOKS.
- Fernández, A. (2014). El comercio tardoantiguo (ss.IV-VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerâmico de la Ría de Vigo. In *Roman na Late Antique Mediterranean Pottery*, 5. England: CMP (UK) Ltd Oxford.
- Fernández Ochoa, C., Morillo Cerdán A. & Zarzalejos Prieto, M. (2014). Imitaciones de terra sigillata en Hispania durante el Alto Imperio (épocas augustea y julioclaudia). In R. Morais, A. Fernández E M. J. Sousa (Ed.), *as produções cerâmicas de imitação na Hispânia* (pp.43-74). Porto: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.
- Fernández Ochoa, C., Morillo, Á. & Zarzalejos, M. (Eds.) (2015). *Manual de cerâmica romana II Cerâmicas romanas de época altoimperial en Hispania. Importación y producción*. Espanha: B.O.C.M.
- Franco, M. L. (1940a). Os últimos achados arqueológicos do Largo da Sé. In *Correio do Sul* de 10 e 17.3.1940.
- Franco, M. L. (1940b). “Outra inscrição inédita de Ossónoba e Um Templo romano em Faro. In “*Correio do Sul*”, de 1 e 28.7.1940.

- Gamito, T. J. (1983). Breve apontamento sobre o povoamento do Algarve desde a pré-História até à época romana e o seu condicionalismo geográfico. In *Anais do Município de Faro*, XIII (pp.331-358). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Gamito, T. J. (1991). Contribuição da Arqueologia para o estudo da evolução urbana de Faro. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas, Lisboa 1990* (pp.19-26). Lisboa.
- Gamito, T. J. (1992). Cemitério romano do século II/III – Faro, Rua das Alcaçarias. In *Conimbriga*, 31, (pp.99-118). Coimbra.
- Gamito, T. J. (1994). Faro. Polícia Judiciária. In *Informação Arqueológica*, 9 (p.115-117). Lisboa.
- Gamito, T. J. (1997). A cidade de *Ossonoba* e o seu território envolvente. In F. Barata & R. Parreira (Coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar* (pp. 343-359). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Gamito, T. J. (2007). *O Algarve e o Margreb (711-1249)*. Faro: Universidade do Algarve.
- Gamito, M. T. J. & Maia, M. G. P. (1976). Um prato da oficina de CN ATEIVS achado em Faro. *Separata dos Anais do Município de Faro*, 6. Faro: Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Genin, M. (2006). La sigillée marbrée des ateliers de la Graufesenque: État de la question. In *SFECAG, Actes du Congrès de Pézenas* (pp.231-243).
- Genin, M., Dejoie, C., Parseval, P. De, Relaix, S., Schaad, D., Schenckdavid, J.-L. E Sciau, P. (2007). *La Graufesenque (Millau, Aveyron)*, vol II. Les sigillées lises et autres productions, Santander-Cantabria: Éditions de la Fédération Aquitania/Études d'Archéologie urbaine.
- Gomes, C. J. P. & Ferreira, R. J. P. P. (2005). *Flora e Vegetação do Barrocal Algarvio (Tavira - Portimão)*. [S.l.]: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- Gomes, M. V. & GOMES R. V. (1988). *Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve*. Faro: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura.
- Gonçalves, V. (1989). Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Lisboa: UNIARQ (Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Hauschild, T. (2007). Vida e Obras de Estácio da Veiga. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do algarve - Percursos de Estácio da Veiga) (pp.303-316). Silves.
- Hauschild, T. & Teichner, F. (2002). Milreu. Ruínas, Roteiros da Arqueologia Portuguesa. Lisboa: DGPC.
- Hayes, J. W. (1972). *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.

- Hayes, J. W. (1980). *Late Roman pottery*. Supplement. London: The British School at Rome.
- Harris, E. C. (1989). *Principles of Archaeological Stratigraphy*. Londres: Academic Press.
- Hermet, F. (1934). *La Graufesenque (Condatomago)*. I, Vases sigillés. II, Graffites. Paris.
- Hertel, D. (1984) - Um retrato claudiano de mulher em Faro, Portugal. In *Anais do Município de Faro*, XIV (pp.159-172). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Hübner, E. (1871). *Notícias archeológicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia.
- IRCP = Encarnação, J. d' (1984). *Inscrições romanas do conventus pacensis: subsídios para o estudo da romanização*, (Vols. 1-2). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Knorr, R. (1912). *Sudgallische terra sigillata Gefässe von Rottweil*. Stuttgart.
- Knorr, R. (1952). *Terra-Sigillata Gefässe des ersten Jahrhunderts mit Töpfernamen*. Stuttgart.
- Lancha, J. (1985a). La mosaïque d'Océan découverte à Faro. In *Conimbriga*, XXIV (pp.151-175). Coimbra.
- Lancha, J. (1985b). O Mosaico «Oceano» descoberto em Faro (Algarve). In *Anais do Município de Faro*, XV (pp.111-124). Faro: Camara Municipal de Faro.
- Lancha, J. & Oliveira, C. (Coord.). (2013). *Corpus dos mosaicos romanos de Portugal/Corpus des mosaïques romaines du Portugal: II, Conventus pacensis: 2, Algarve Este*, Faro.
- Maia, M. G. P. & Maia, M. (1997). *Lucernas de Santa Bárbara*. Castro Verde: Edição Cortiçol.
- Man, A. D. (2008). *Defesas Urbanas Tardias Da Lusitânia*. Porto: Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Mantas, V. (1986). Arqueologia urbana e fotografia aérea: contributo para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro. In *Trabalhos de Arqueologia*, 3 (Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana - Setúbal 1985) (pp.13-26). Lisboa.
- Mantas, V. (1990). As cidades marítimas da Lusitânia. In *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et Territoires* (Table ronde internationale du Centre Nacional de

- Recherche Scientifique (Talence 1988) (pp.149-205). Paris: CNRS (Coll. Maison des Pays Ibériques; 42).
- Mantas, V. (1993). A cidade Luso romana de Ossonoba. In *Actas del I Coloquio de Historia Antigua de Andalucía* (pp. 515-537). Cordova.
- Mantas, V. (1997a). As civitates: esboço da geografia política e económica do Algarve Romano. In F. Barata & R. Parreira (Coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar* (pp. 283-309). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Mantas, V. (1997b). Os caminhos da serra e do mar. In F. Barata & R. Parreira (Coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar* (pp. 311-325). Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- Mantas, V. (1999). As *Villae* marítimas e o problema do povoamento português na época romana. In J. G. Gorges & F. Gérman (Eds.), *Économie et territoire en Lusitanie romaine* (pp.135-156). Madrid.
- Mantas, V. (2004). A Lusitânia e o Mediterrâneo: identidade e diversidade numa província romana. In *Conimbriga*, 43 (pp.63-83). Coimbra.
- Marques, M. T. (Coord.). Araújo, A. C., Faria, A. M., Nuno. C. S., Pinheiro, D. P. E Lourenço, F. S. (1995). *Carta Arqueológica de Portugal, concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim*. Lisboa: SEC/IPPAR.
- Martínez Rodríguez, F. (1987). *Análisis y personalización de un grupo cerámico de barniz rojo de imitación propio de la Bética romana altoimperial*. Memoria de Licenciatura. Seville.
- Martínez Rodríguez, F. (1989). Las cerámicas béticas de imitación tipo Peñaflor: bases para el estudio de un nuevo grupo cerámico de época altoimperial. In *Boletín de la Asociación Española de amigos de la Arqueología*, 26 (pp.60-65). Asociación Española de Amigos de la Arqueología.
- Mayet, F. (1978). Les importations de sigillées à Mérida au Ier siècle de notre ère. In *Conimbriga*, 17 (pp.79-100) Coimbra.
- MAYET, F. (1984). *Les céramiques sigillées hispaniques. Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique* (2 vols). Paris : Diffusion de Bocard.
- Munsell Soil Color Charts* (2010). 2009 Year Revised. Grand Rapids. MI: Munsell Color.
- Nicosia, et al. (2015). Dark Earth in the geoarchaeological approach to urban contexts. In N. Carcaud, G. Arnaud-Fassetta (Dir.) *La géoarchéologie française au xxie siècle* (pp.213-223).

- Mees, A. (1995). *Modellsignierte Dekorationen auf sudgallischer terra sigillata*. Stuttgart: Theiss.
- Mees, A. (2007). Diffusion et datation des sigillées signées et décorées de La Graufesenque en Europe. L'influence de l'armée sur l'évolution du pouvoir d'achat et du commerce dans les provinces romaines. In *SFECAG, Actes du Congrès de Langres* (pp.145-208). Marselha.
- Mezquíriz De Catalan, M. A. (1961). *Terra sigillata hispanica*. Tomo I Texto; Tomo II Indices y Laminas. Valencia.
- Mezquíriz De Catalan, M. A. (1985). Terra sigillata Ispanica. In *Atlante delle forme ceramiche (Ceramica fine Romana nel Bacino Mediterraneo, 2*. Enciclopedia Dell'arte Antica Clássica e Orientale (pp.97-174). Roma.
- Nieto, X. E Puig, A. M. (2001). *Excavacions arqueològiques subaquàtiques a la Cala Culip. 3. Culip IV: la Terra sigillata decorada de La Graufesenque*. Monografies del Casc 3. Girona: Museu de Arqueologia de Catalunya.
- Oliveira, C. & Viegas, C. (2005). Mosaicos romanos do Algarve: perspectivas de investigação. In *Xelb 5* (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve) (pp.53-72). Silves.
- Oliveira, C. & Viegas, C. (2011). Corpus des Mosaïques Romaines du Portugal: discussion des questions stylistiques et chronologiques des mosaïques de l'Algarve Oriental. In *Actas do X Coloquio Internacional da AIEMA. O mosaico romano nos centros e nas periferias. Originalidades e identidades* (pp.719-742). Conimbriga.
- Oswald, F. (1931). *Index of potter stamps on Terra Sigillata*.
- Oswald, F. (1964a). *Index of figure types on Terra Sigillata "Samian Ware"*. Londres.
- Oswald, F. (1964b). *Index of potter stamps on Terra Sigillata*.
- Passelac, M. (1993). Céramique sigillée italique. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Passelac, M. & Vernhet, A. (1993). Céramique sigillée sud-gauloise. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Paulo, D. (1999/2000). As sondagens arqueológicas realizadas na antiga Fábrica da cerveja - Faro. In *Anais do Município de Faro, XXIX/XXX* (pp.16-85). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Peña, J. T. (2007). *Roman Pottery in the Archaeological Record*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Pereira, A. (2001/2002). Terra Sigillata do Largo da Sé – Faro. In *Anais do Município de Faro*, XXXI/XXXII (pp.60-77). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Pereira, C. (2008). *As lucernas romanas de Scallabis*. Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, C. (2012). Lucernas romanas de Ossonoba (Faro, Portugal). Um contexto ambíguo. In *Habis*, 43 (pp.119-147). Sevilha: Universidad de Sevilla.
- Pereira, C. (2014). *As necrópoles romanas do Algarve - Acerca dos Espaços da Morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, C. (2017). Produção e Comércio de Lucernas Durante e Antiguidade Tardia: Génese e Evolução Das Lucernas Tardo-Antigas de Produção Africana. In *OPHIUSSA*, 1 (pp.105-121). Lisboa: Europress.
- Pereira, C. (2018). As lucernas romanas no ocidente. In *Anais do Município de Faro*, XL (pp.41-61). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Picon, M. (2002). Les modes de cuisson, les pâtes et les vernis de la Graufesenque : une mise au point. In Genin, M. & Vernhet, A., (Dir.), *Céramiques de la Graufesenque et autres productions d'époque romaine. Nouvelles recherches. Hommages à Bettina Hoffmann* (pp.139-164). Montagnac: éditions monique mergoil.
- Polak, M. (2000) - *South Gaulish Terra sigillata with potter's stamps from Vechten*. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta – Supplementum 9*. Nijmegen.
- Protocole Beuvray, 1998: Protocole de quantification des céramiques. In: ARCELIN, P.; TUFFREAU-LIBRE, M. (dir.) – La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray, (Bibactre; 2), p. 141-157.
- Quaresma, J. C. (1999a). Terra sigillata africana D e foceense tardia das escavações recentes de Mirobriga (Chãos Salgados, Santiago do Cacém). In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.2 (pp.69-82). Lisboa.
- Quaresma, J. C. (1999b). *Terra sigillata* africana, hispânica, foceense tardia e cerâmica africana de cozinha de Mirobriga (Santiago do Cacém). In *Conimbriga*, XXXVIII (pp.137-200). Coimbra.
- Quaresma, J. C. (2003). *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém*. *Trabalhos de Arqueologia*, 30. Lisboa.
- Quaresma, J. C. (2008a) - Les groupes de pâtes/vernis des sigillées hispaniques provenant de La Rioja et d'Andujar trouvés à Chãos Salgados, Santiago do Cacém /

- Mirobriga* (Portugal). In *Rei Cretariae Romanae Fautorum*, Acta 40 (pp.483-491).
- Quaresma, J. C. (2008b). *Le type Hayes 91 A et B: problématique de sa production au sein de la sigillée africaine*. In D. SFECAG. Congrès international d'Empuries (L'Escala, Espagne), (pp.495-502). 1er-4 Mai 2008.
- Quaresma, J.C. (2009). *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?)*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História, na Especialidade de Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Quaresma, J.C. (2012). *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano: terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?)*. Lisboa: UNIARQ.
- Raposo, L., Martins, A. S. & Correia, V. (2000). *Arqueologia: Normas gerais*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- Raynaud, C. (1993a). Céramique africaine Claire A. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Raynaud, C. (1993b). Céramique africaine Claire C. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Raynaud, C. (1993c). Céramique africaine Claire D. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Raynaud, C. (1993d). Céramique luisante. In *Dictionnaire des Céramiques Anciennes*, série Lattara, 6.
- Resende, A. de. *As antiguidades da Lusitânia*. ([1593]2009). Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes e S. Pinho. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ribeiro, O. (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editoria.
- Roca Roumens, M. & Fernández García, M. I. (Coord) (1999). *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales*. Universidad de Jaén / Universidad de Málaga.
- Roca Roumens, M.; Fernández García, M. I. (Coord.) (2005). *Introducción al estudio de la cerámica romana. Una breve guía de referencia*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Málaga/Asociación Cultural CVDAS (Monográfico nº 1 de CVDAS, revista de Arqueología e Historia).

- Rodrigues, S. (2004). *As Vias Romanas do Algarve*. Faro: Centro de Estudos do Património da Universidade do Algarve/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.
- Rodríguez Martín, F. G. (2002). *Lucernas romanas del museo nacional de arte romano (Mérida)*. Monografías Emeritenses – 7. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo.
- Rosa, J. A. P. e (1976). Novas achegas para a localização de Ossónoba (últimos achados em Faro). Comunicação ao III Congresso Nacional de Arqueologia, Porto. In *Anais do Município de Faro*, VI (pp.37-42). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Rosa, J. A. P. e (1984). Estamos em Ossónoba? Comunicação ao IV Congresso Nacional de Arqueologia. In *Anais do Município de Faro*, XIV (pp.149-156). Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Saénz Preciado, M. & Saénz Preciado, C. (1999). La terra sigillata hispánica altoimperial. In Roca Roumens, M.; Fernández García, M. I., (Coord.), *Terra sigillata hispánica. Centros de fabricación y producciones altoimperiales* (pp.61-136). Universidad de Jaén/Universidad de Málaga.
- Salgueiro, T. B. (2005). Paisagens Urbanas. In C. A. Medeiros (Coord.) *Geografia de Portugal*, 2 (pp. 230-303). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Autores.
- Santos, M. L. E. da V. A. dos (1971-1972). *Arqueologia Romana do Algarve* (Vols. 1-2). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Silva, A. P. M. M. da (2010). *A terra sigillata da oficina de salga 1 de Tróia: contextos de escavações antigas (1956-1961) e recentes (2008-2009)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Silva, R. B. da (2013). *As "marcas de oleiro" na terra sigillata da Península de Lisboa*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia apresentada à Universidade Nova de Lisboa.
- Sousa, E. de (2009). *A cerâmica de tipo Kuass no Algarve: os casos de Castro Marim e Faro*. Lisboa: UNIARQ.
- Sousa, E. de (2017). Sobre o início da romanização do Algarve: 20 anos depois. In *Archivo Español de Arqueología*, 90 (pp.195-218). CSIC.
- Speed, G. (2013). *Towns In The Dark? Urban Transformations From Late Roman Britain To Anglo-Saxon England (AD 300-600)*.Leicester: Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Leicester

- Teichner, F. (2001). Nova interpretação da área 21, a partir da planta elaborada por Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, sobre a Villa romana de Milreu (Estoi, Algarve) notícia preliminar. In *O Arqueólogo Português*, S.IV,19 (pp.187-198). Lisboa.
- Teichner, F. (2003). Resultados preliminares das últimas escavações na pars rustica noroeste da Villa romana de Milreu. In *Xelb*, 4 (Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve) (p. 103-114). Silves.
- Teichner, F. (2004). Breve descrição dos vestígios arqueológicos identificados sob a Casa Rural de Milreu (Estoi, Faro). In *Estudos. Património*, 6 (pp.157-161). Lisboa.
- Teichner, F. (2005). Cerro da Vila – aglomeração secundária e centro de produção de tinturaria no sul da Província Lusitânia. In *Xelb*, 5 (Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve) (pp.85-100). Silves.
- Teichner, F. (2006). Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marítimos. In *Setúbal Arqueológica*, 13. (Simpósio Internacional “Produção e comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica – Homenagem a Françoise Mayet), Setúbal, Maio 2004 (pp.69-82). Setúbal.
- Teichner, F. (2007). Casais Velho (Cascais), Cerro da Vila (Quarteira) y Torreblanca del Sol (Fuengirola): ¿Factorías de Transformación de Salsas y Salazones de Pescado o de Tintes? In *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*, Universidad de Cádiz, Noviembre de 2005 (pp. 117-125). Oxford.
- Teichner, F. (2013). El territorium de Ossonoba (Lusitania): economía agrícola y economía "marítima". In *Paysages ruraux et territoires dans les cités de l'occident romain: Gallia et Hispania* (Actes du colloque international Ager IX), Barcelona, 25-27 mars 2010 (pp.137-147). Montpellier.
- Teichner, F., Schierl, T., Gonçalves, A. & Tavares, P. (2007). Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga e as necrópoles romanas de Ossonoba (Faro), In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do algarve - Percursos de Estácio da Veiga) (pp.159-178). Silves.
- Trindade, M. J. F. (2007). *Geoquímica e mineralogia de argilas da bacia algarvia: transformações térmicas*. Aveiro: Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Aveiro.

- Vasconcelos, J. L. de (1905 - 1913). *Religiões da Lusitânia*. (Vols. II-III). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vázquez de la Cueva, A. (1985). *Sigillata Africana en Augusta Emerita*. Monografias Emeritenses – 7. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano, Asociación de Amigos del Museo.
- Veiga, S. M. P. E. da (1866). *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares. Distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Editora, a Livraria Catholica.
- Veiga, S. M. P. E. da (1886 - 1887 - 1889 - 1891). *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. (Vols. 1-4) Lisboa: Imprensa Nacional.
- Veiga, S. P. M. E. da (1904). Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. In *O Arqueólogo Português*, IX (pp.200-210). Lisboa.
- Veiga, S. P. M. E. da (1905a-b). Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. In *O Arqueólogo Português*, X (pp. 107-118). Lisboa.
- Veiga, S. P. M. E. da (1910). Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos históricos. In *O Arqueólogo Português*, XV (pp.209-233). Lisboa.
- Vernhet, A. (1986). Centre de production de Millau. Atelier de la Graufesenque. In C. BÉMONT & J. P. JACOB (Dir.), *La terre sigillée gallo-romaine. Lieux de production du Haut Empire: Implantations, produits, relations*. (pp.96-103) Paris: Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archaéologie Française; 6).
- Viana, A. (1949). Restos de Ossónoba, no Largo da Sé, em Faro. Separata dos n.ºs 39 a 46 da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores* (pp.1-36).
- Viana, A. (1952). Ossónoba. O problema da sua localização. *Revista de Guimarães*, 42 (pp.250-285). Guimarães.
- Viegas, C. (2003a). *Terra sigillata da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. Trabalhos de Arqueologia*, 26. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Viegas, C. (2003b). Les sigillées du sud de la Gaule à Castro Marim et Faro (Algarve – Portugal). In *SFECAG, Actes du Congrès de Saint -Romain -en -Gal* (pp. 641 - 646). Marseille: SFECAG.
- Viegas, C. (2003c). Terra sigillata imports in Santarém (Portugal). In *Rei Cretaria Romanae Fautores, Acta*, 38 (Roma, 2002) (pp. 323 -330). Abdington.

- Viegas, C. (2006a). *A cidade romana de Balsa (Torre de Ares - Tavira): (1) A terra sigillata*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira/Instituto Português de Museus.
- Viegas, C. (2006c). A ocupação romana de Castro Marim. In *Xelb*, 6 (Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve) (pp. 241 -260). Silves.
- Viegas, C. (2007a). Les céramiques tardives dans les sites du sudouest de la Péninsule Ibérique (Algarve – Portugal). In M. Bonifay & J. C. Trégliá (Ed.), *LRCW2 Late Roman Coarse wares, cooking wares and amphorae in the Mediterranean. Archaeology and Archaeometry*, (Vol. I) (p. 71 -83). Oxford: Archaeopress (BAR Int. series 1662.1).
- Viegas, C. (2007b). A cidade de Balsa: investigações recentes. In *Xelb*, 7 (Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve, Percursos de Estácio da Veiga) (pp.317 - 340). Silves.
- Viegas, C. (2008a). O mosaico do Oceano (Faro) – cerâmicas associadas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monográfica 10 (Faro, 2004) (pp. 197 -214). Faro.
- Viegas, C. (2008b). A cidade de Ossonoba – importações cerâmicas. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monográfica 10 (Faro, 2004) (pp. 215 -231). Faro.
- Viegas, C. (2009). *A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*, Lisboa: Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Viegas, C. (2011). *A ocupação romana do Algarve. Estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Lisboa: UNIARQ.
- Viegas, C. (2012). A cerâmica cinzenta grosseira do Algarve. In D. B. Casasola & A. R. I Lacomba (Ed.), *Cerámicas hispanorromanas II Producciones regionales* (pp.681-697). Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz.
- Viegas, C.; Dinis, T. (2010). Pedras d’el Rei (Tavira): villa suburbana de Balsa. In *Xelb*, 10 (Actas do 7º Encontro de Arqueologia do Algarve) (p.235 – 251). Silves.
- Vrydaghs, L. & Devos, Y. (2010). The contribution of micromorphology to study Dark Earth: the example of Brussels (Belgium). EGU General Assembly.
- Walters, H. B. (1914). *Catalogue of the Greek and Roman lamps in the British Museum*. Londres.

Fontes:

- Cardoso, J. (1994). *A Geografia da Ibéria segundo Estrabão*. Braga: APPACDM Distrital de Braga.
- Guerra, A. (1995). *Plínio-O-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Letras de Lisboa.
- Mela, Pompónio: *De Chorographia libri tres*. Edição de V. Bejarano, Barcelona, 1987. In Fontes de Hispania Antigua, VII.

Relatórios de escavação

- Botelho, P. & Santos F. (2017). Nota Técnica. Trabalhos Arqueológicos no âmbito da Obra de Construção de edifício na Rua Francisco Barreto, n.º 32-34 (Faro). Évora: ENGOBE - Arqueologia e Património Cultural.
- Ferreira, S. D. (2007). *Escavação arqueológica na Capela de S. Domingos (Sé de Faro)*. Silves.
- Ferreira, S. D. & Botelho, P. (2011). *Intervenção Arqueológica na Rua Dr. Francisco Gomes, 13-21 e Rua da Marinha, 12-12ª (Faro)*. Faro: AESArqueologia LDA.
- Ferreira, S. D. & Botelho, P. (2011). *Intervenção Arqueológica na Rua Dr. Pereira de Sousa, 13-21 e Rua da Marinha, 12-12ª (Faro)*. Faro: AESArqueologia LDA.
- Maia, M. (2004). *Relatório preliminar das sondagens arqueológicas realizadas no terreno da Rua Infante D. Henrique nº 58 - 60, Faro*. Tavira: Associação do Campo Arqueológico de Tavira.
- Paulo, D. (1997). *Relatório Inicial sobre o Largo de S. Francisco*. Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Paulo, D. (1997). *Relatório sobre as obras da Rua do Albergue nº 10 e 12*. Faro: Câmara Municipal de Faro.
- Santos, J. C. & Renata, S. (2005). *Sondagens Arqueológicas – Núcleo Histórico da Vila Adentro*. Faro: GeoArquE.
- Sondagens arqueológicas prévias no Largo 25 de Abril e Ruas adjacentes*. (2005). Era – Arqueologia, S.A.
- Ventura & Pereira (2005). *Estudo de Impacte Ambiental do Porto de Recreio de Faro*. Faro.

Cartografia:

Carta Militar de Portugal: Folha 611. [Material Cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. - Escala 1:25 000. Lisboa: S.C.E., 2005.

Carta Geológica da Região do Algarve - Folha Oriental. Serviços Geológicos de Portugal. – Escala 1:100 000, 1992.

Carta de Sensibilidade Arqueológica da cidade de Faro. Faro: Câmara Municipal de Faro - Serviço de informação geográfica, 2014.

Online:

Base de Dados Endovélico: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios>. (01.2019).

Flora-On: Flora de Portugal Interactiva. (2014). Sociedade Portuguesa de Botânica. www.flora-on.pt. (04.01.2019).

Samian Research Database, Römisch-Germanisches Zentralmuseum Mainz (RGZM). <http://www.rgzm.de/samian/home/frames.htm>. (11.01.2019).

SIPA: Morgado, C., Clemente, M. Vale, N. & Vale R. (2006). Núcleo urbano da cidade de Faro.

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24719. (05.01.2019).

Vias Romanas em Portugal: <http://viasromanas.pt/index.html> (10.01.2019).